Rafaele Cristina de Souza Queiroz

Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Rafaele Cristina de Souza Queiroz

Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para a obtenção de título de mestre em Antropologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha
Coorientadora: Profa. Dra. Fátima Weiss de Jesus

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha – Presidente
Universidade Federal do Amazonas-PPGAS

Profa. Dra. Ana Carla Bruno – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas-PPGAS

Profa. Dra. Silvana Nascimento – Membro Externo
Universidade de São Paulo – PPGAS

Manaus-AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Queiroz, Rafaele Cristina de Souza
Q3e Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM / Rafaele Cristina de Souza Queiroz . 2023
166 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Flávia Melo da Cunha
Coorientadora: Fátima Weiss de Jesus
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Escrevivência. 2. Mulheres Negras e Racializadas. 3. Assistência Médica. 4. Autoetnografia. I. Cunha, Flávia Melo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Para Gabriele, minha querida irmã mais velha.
(In memorian)

Agradecimentos

O meu agradecimento vem influenciado pela frase “Sou uma, mas não sou só”. Sou grata a tantas mulheres que estiveram me acompanhando neste momento de pesquisa e vida acadêmica do mestrado, que fica difícil nomear cada uma, pois são várias.

Eu sou grata a ti, querida mãe, Maria de Fátima, por suas orações, por me ensinar sobre o amor, me ensinar a plantar e cuidar das plantinhas. Admiro a sua sabedoria e principalmente a sua resiliência esses anos todos após a morte de sua filha mais velha, obrigada por todas as suas palavras de bênção. Ao meu padrasto Natalino pelas orações e apoio financeiro.

Às minhas semelhantes por me permitirem acessar as suas vivências e por aceitarem fazer parte deste trabalho: tia Julia, tia Cristina, prima Pila e prima Cassiane. Ao tio Pulba por cuidar do meu pulso e fechá-lo. Ter passado mais tempo com vocês do que o de costume me fez revisitar várias vezes memórias boas da infância.

Grata pela minha relação familiar com minhas irmãs, sobrinhas e sobrinhos: Dani, Flor, Raquel, Vavá, Laurinha, Pedrinho, Biel, Ster, Mimi e Gael. É incrível ver vocês falarem de mim como se eu fosse a pessoa mais incrível que já conheceram! Amo amar vocês.

À minha amiga de infância Úrsula, você é minha irmã e alma gêmea.

À querida Martinha pelas orações e conselhos.

À minha amiga Jessica Dandara por me auxiliar nas correções gramaticais e ortográficas do meu texto, por ser cuidadosa com meu estilo de escrita.

Grata às amizades que fiz no mestrado: Tayná Boeas e Ianna Paula, com nosso grupo no WhatsApp “Continue a nadar”. À Daniela Gato, às colegas do grupo de orientações da profa. Flávia Melo, pelas trocas incríveis que o mundo da pesquisa antropológica proporciona. Aos meus amigos e amigas da graduação: Beca, Tiago, Adriely, Laís, Olga, João Victor. Precisamos criar redes na academia para não sucumbir ao mundo acadêmico. Como diz bell hooks: “A academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado.”

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades (GESECS), que faço parte desde a graduação, em 2017. Cresci muito intelectualmente com o grupo.

À orientação, de 2017 a 2021, de profa. Fátima Weiss, por ter me apresentado o mundo da pesquisa antropológica e o fazer etnográfico.

À orientadora Flávia Melo por me ouvir com atenção, pela paciência, pela leitura atenciosa ao meu texto, pelo profissionalismo nas orientações e indicações de leituras, você me acolheu no momento que eu não tinha qualquer vontade de estar na academia, me questionava

o que estava acontecendo de errado comigo, estreitamos a relação e começamos a trabalhar juntas. “Vamos juntas, pequena padawan”, é assim que me chamas, e como uma boa aprendiz, busquei atentamente seguir as instruções. Minha mãe falou que você gosta de mim, então isso é tão importante quanto as orientações. Se eu ingressei no mestrado foi graças àquele grupo de estudo que fizeste durante a pandemia da Covid-19, no final de 2020, para ajudar jovens negras nas provas de mestrado e doutorado, e se estou concluindo esse mestrado e ingressarei ao doutorado no próximo semestre, é porque você foi incrivelmente sensível à minha trajetória e extremamente profissional em suas orientações.

E, finalmente, a Deus, por ouvir as orações da mamãe para que me concedesse sabedoria, inteligência, conhecimento e graça para concluir esta dissertação.

Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais negras/os se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem.

(Grada Kilomba, 2019)

RESUMO

Esta dissertação apresenta meus esforços teórico-metodológicos ao escrever sobre uma experiência radicalmente próxima e atravessada pela dor da ausência: o luto. Uma escrita localizada no meu cotidiano, unida a reflexões decoloniais e interseccionais a respeito de mulheres negras e racializadas. Utilizei a escrevivência como prática da escrita de nós, mulheres negras e racializadas, para descrever como experimentamos a assistência médica nos municípios amazonenses do Careiro e Manaus. Mobilizei a autoetnografia evocativa como meio para me perceber em campo. Assim, esta dissertação é uma bricolagem de operadores teóricos e metodológicos: a escrevivência (Evaristo, 2005; 2020); a autoetnografia (Anderson e Glass-Coffin, 2013; Ellis et al, 2010; Adams et al., 2017; Versiani, 2005); a autoetnografia evocativa (Bochner e Ellis, 2016); e, por fim, a percepção de ser afetada/atravessada por minhas vulnerabilidades enquanto pesquisadora/antropóloga: a antropologia de coração partido (Behar, 1996). Em minhas bases argumentativas sigo também os aportes teóricos do conhecimento situado e dos saberes localizados (Haraway, 1995); da interseccionalidade (Collins, 2022); sobre mulheres negras e racializadas (hooks, 1981; Gonzales, 1984; Vergés, 2017); e da escrita acadêmica feminista negra (hooks, 2017; 2020; Kilomba, 2010; 2016). A autoetnografia vem acompanhada de desenho, poemas, pensamentos anotados no diário pessoal e no caderno de campo que me deram suporte durante a escrita, mas não somente. Sigo alguns aspectos tratados por Ellis (2015), como a experiência pessoal no campo, que na escrevivência estão em primeiro plano. Apresento aspectos reflexivos e as minhas emocionalidades junto aos sentidos; trago informações e histórias de vidas únicas, mas que remetem a uma problemática social que atinge os corpos de mulheres amazonenses negras e racializadas em suas experiências com a assistência médica do Sistema Único de Saúde no Amazonas. Apontamentos críticos a respeito de como o racismo construiu o mito de corpos negros mais resistentes e, por fim, recorro a intelectuais negras para estabelecer conexões com a realidade por mim apresentada nas idas e vindas do Distrito do Purupuru (no Careiro) a Manaus junto às minhas semelhantes.

Palavras chaves: Escrevivência, mulheres negras e racializadas, assistência médica, autoetnografia.

ABSTRACT

This dissertation presents my theoretical-methodological efforts when writing about an experience that is radically close and permeated by the pain of absence: mourning. A writing located in my daily life, combined with decolonial and intersectional reflections about black and racialized women. I used escrevivência as a writing practice for us, black and racialized women, to describe how we experience medical assistance in the Amazonian municipalities of Careiro and Manaus. I mobilized evocative autoethnography as a means to understand myself in the field. Thus, this dissertation is a bricolage of theoretical and methodological operators: Escrevivência (Evaristo, 2005; 2020); autoethnography (Anderson and Glass-Coffin, 2013; Ellis et al, 2010; Adams et al., 2017; Versiani, 2005); evocative autoethnography (Bochner and Ellis, 2016); and, finally, the perception of being affected/crossed by my vulnerabilities as a researcher/anthropologist: heartbroken anthropology (Behar, 1996). In my argumentative bases I also follow the theoretical contributions of situated knowledge and localized knowledge (Haraway, 1995); intersectionality (Collins, 2022); about black and racialized women (hooks, 1981; Gonzales, 1984; Vergés, 2017); and black feminist academic writing (hooks, 2017; 2020; Kilomba, 2010; 2016). Autoethnography is accompanied by drawings, poems, thoughts noted in the personal diary and in the field notebook that supported me during writing, but not only. I follow some aspects discussed by Ellis (2015), such as personal experience in the field, which in writing are in the foreground. I present reflective aspects and my emotionalities along with the senses; I bring information and stories from unique lives, but which refer to a social problem that affects the bodies of black and racialized Amazonian women in their experiences with medical assistance from the Unified Health System in Amazonas. Critical notes on how racism built the myth of more resistant black bodies and, finally, I turn to black intellectuals to establish connections with the reality presented by me in my comings and goings from the District of Purupuru (in Careiro) to Manaus along with my peers.

Keywords: escrevivência, black and racialized women, medical assistance, autoethnography.

Lista de figuras

Figura 1- Matéria no Portal Acrítica 24
Figura 2- Vakinha Online 24
Figura 3- A negação 76
Figura 4- Gabi, 2017. 83
Figura 5- Baby chá 85

Lista de siglas

ASC – Agente Comunitário de Saúde

BR-319 – Rodoviária Federal Brasileira - Manaus–Porto Velho

Covid-19 - Coronavírus SARS-CoV-2

Fcecon-AM - Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS- Organização Mundial da Saúde

SUS- Sistema Único de Saúde

UBS- Unidade Básica de Saúde

UPA- Unidade de Pronto Atendimento

UTI- Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ---------- **2**

A escrita da observação e absorção da vida ---------- **3**

Caminhadas metodológicas ---------- **7**

Observação e absorção da vida ---------- **13**

(Ensaio fotográfico) ---------- **13**

CAPÍTULO I ---------- **20**

ESCREVIVENDO ---------- **20**

A escrevivência: teoria como cura ---------- **22**

A escrita de nós: escreviver situado ---------- **29**

A autoetnografia: entraves e caminhos da pesquisa ---------- **34**

Em movimento, às vezes em Manaus, às vezes no Purupuru, às vezes na BR-319, mas sempre querendo ficar no Purupuru ---------- **44**

(Ensaio fotográfico) ---------- **44**

CAPÍTULO II ---------- **52**

CONVERSAS DE VARANDA ---------- **52**

Experiências na assistência médica: gestação, parto e puerpério ---------- 59

Tia Julia e as vivências com assistência médica em Manaus ---------- 68

Essa mulher é minha irmã, Gabriele ---------- 74

Será que o universo dá sinais para o que irá acontecer? ---------- 83

Entrelaçamento e varandas ---------- 91

(Ensaio fotográfico) ---------- 91

CAPÍTULO III ---------- **100**

OS DESLOCAMENTOS ---------- **100**

O Purupuru nem é tão longe de Manaus ---------- 102

Era para ela parir em Manaus, não no Careiro ---------- 106

Eu estou com enjoo de tanto andar ---------- 110

Deslocamento e os imponderáveis da vida real ---------- 115

(Ensaio fotográfico) ---------- 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 145

REFERÊNCIAS ---------- 148

INTRODUÇÃO

A minha trajetória acadêmica me traz até este nível. Foram iniciações científicas voltadas para as relações raciais e de mulheres negras, identidade étnico-racial, racismo, autoestima e saúde reprodutiva; todos os temas estudados e desenvolvidos durante a graduação, apoiando-me em intelectuais negras e decoloniais. Entre leituras e o meu entorno social observo o cotidiano, a teoria acontecendo no cotidiano ao perceber e compreender o social e cultural; nas relações de gênero, na divisão sexual do trabalho e dos espaços; quando vou às casas de minhas semelhantes e as encontro fazendo as atividades domésticas; quando estou escrevivendo e rememorando o ocorrido com a minha irmã Gabriele. Nessas observações percebo como opera o racismo estrutural e como este é um mal real que ceifa os nossos e as nossas, mas também busco caminhos metodológicos para me situar na escrita, proporcionando-me a escrevivência.

Em janeiro e fevereiro de 2019, realizando meu relatório de pesquisa de iniciação científica, eu estava escrevivendo a respeito da construção identitária de mulheres negras amazônidas quando uma das minhas interlocutoras, vítima de violência obstétrica, tem sua vida brutalmente retirada. Começam, então, as minhas indagações a respeito do ocorrido, e encontro trabalhos e pesquisas que apontam como os corpos de mulheres negras - como o daquela minha semelhante - são os mais violados no atendimento obstétrico e no parto. No mesmo ano entrego o relatório e inicio a minha última iniciação científica, que era sobre saúde reprodutiva. Desde então venho lendo e ouvindo vivências de mulheres negras e racializadas na assistência médica pública.

Como um ato de resistência, dando sequência à minha trajetória acadêmica, me coloco nesta dissertação num lugar de escrevivência e trago os diálogos gravados e transcritos de Gabriele Queiroz, minha irmã, morta em fevereiro de 2019, durante o parto de seu quarto filho; e as vivências de minha tia Júlia em processo de tratamento de um câncer no colo do útero, seus deslocamentos e a trama que se desenvolve; assim como as conversas de varanda com minhas primas e tia sobre gestação e parto.

Você encontrará aqui um texto com entrelaçamentos da minha trajetória e escolhas acadêmicas, bem como as escrevivências de minhas semelhantes em relação às suas vivências com a assistência médica. Ou seja, você não encontrará neste texto a imparcialidade. Constará "uma etnografia feminista encarnada e situada (…) Assim, delineia-se um estado de corpo etnográfico no qual a escrita exterioriza experiências contraditórias e divergentes, e inclui o

corpo situado como protagonista da produção de conhecimento antropológico" (Nascimento, 2019, p. 469).

Minhas vivências em campo, nas iniciações científicas e agora, no mestrado, são marcadas pela experiência próxima (Nascimento, 2019). Estabeleço uma escrita por meio da serendipidade e da bricolagem de eventos do meu cotidiano, unidas à escrevivência e à autoetnografia evocativa. Esta dissertação é marcada pela proximidade, e é esta experiência que me proporciona a escrita de nós. As escrevivências se entrelaçaram e me permitiram visualizar a noção de dororidade, pois sou atravessada por diálogos e memórias que remetem a corpos marcados, em que o racismo submete os nossos corpos de mulheres negras e racializadas "ao vazio, à ausência, à fala silenciada" (Piedade, 2017, p. 16).

Aqui apresento a escrevivência, a "escrita de nós", junto à autoetnografia evocativa como possibilidade de uma escrita antropológica do particular, noções que irei desenvolver no decorrer da dissertação, apoiada em intelectuais contemporâneas que trazem à antropologia as metamorfoses que a etnografia atravessa no decorrer de sua existência como uma ferramenta que permite à antropóloga descrever o trabalho de campo.

A escrita da observação e absorção da vida

"Onde não há médico"[1] é o nome de um livro que lembro de ter visto minha mãe ler quando eu era criança. Morávamos no Purupuru, um interior tão pequeno, tão pequeno, que na época se dividia em três partes: o Deserto, a Rua do Seu Jaquirana[2] (onde eu morava), e a Ponta do Vento. Nós éramos dois mil moradores, as ruas eram caminhos de chão batido, e em cada uma dessas três partes os moradores eram parentes entre si.

Eu estava doente[3], e minha mãe recorreu ao livro, seguindo as instruções de acordo com os sintomas que eu apresentava no dia. Colocou o seu ouvido no meu peito, notou barulho, percebeu o cansaço e a febre que estava alta. O livro era prático, e as instruções eram simples, sem linguagem técnica. Acredito que tenha sido útil a ela por muito tempo, visto o estado atual de conservação dele, com muitas marcações a lápis de cores, e as pontas das páginas danificadas

[1] Este livro foi doado para minha mãe por um padre católico. É um manual para agentes da Pastoral de Promoção da Saúde. Atualmente, o livro da minha mãe está sem capa, mas eu lembro que na capa dele haviam homens atravessando um rio com a água acima dos joelhos e carregando uma pessoa numa estrutura de madeira. Em uma busca na internet, localizei o livro de David Werner, Edições Paulinas, 1981.
[2] Descrevo no capítulo 3 o porquê desses nomes.
[3] Eu estava com febre e gripada.

e até mesmo a ausência da capa me remetem à sensação de que este livro é primordial em comunidades pequenas como o Purupuru da época.

O livro dizia que meus sintomas eram de pneumonia e que um determinado antibiótico por tantos dias era a medicação correta, mas minha mãe só tinha algumas doses da medicação e não completaria os dias adequados. Começou me dando a dosagem baseada em idade e peso, e o xarope caseiro que ela mesmo havia feito. Assim, fui medicada por ela até o dia de viajarmos para Manaus, onde ela me levaria para uma consulta médica.

Eu recebi os primeiros atendimentos feitos pela minha mãe: remédios para aliviar a febre e a tosse, que eram o antibiótico que ela ainda tinha e o xarope caseiro que ela fez, e que aprendeu com a minha avó. Anos depois, com a minha primeira sobrinha, mamãe recorreu às mesmas instruções, porém ela possuía mais recursos e não precisou se deslocar à cidade. Deu as medicações corretamente, fez o xarope e deu para a Raquel.

As viagens a Manaus na época de minha infância ocorriam em alguns dias específicos, não era como hoje que temos viagens a Manaus todos os dias e em diferentes horários. As viagens eram feitas por barcos, aos domingos, segundas e quintas-feiras. Era possível viajar pela estrada, mas a viagem era muito arriscada, pois a estrada era de terra e com muitos trechos delicados. Minha mãe optava viajar de barco, pelo fato de podermos ficar abrigadas nele durante os três dias em que o motor ficava ancorado na Escadaria dos Remédios de Manaus, local onde a maioria dos barcos atracavam para que agricultores pudessem vender seus produtos na feira e comerciantes locais adquirirem produtos para levar ao Purupuru.

Lembro-me que acordamos cedo para ir à beira do rio esperar o barco passar. Mamãe separou as redes e as roupas para ficarmos nos dias em que o barco se ancorava na Escadaria de Manaus. Descíamos para o flutuante do meu avô Nelson por volta de umas seis horas da manhã, e ali aguardávamos o barco passar por volta das oito ou nove horas. Sentávamos na varando do flutuante. A água do rio tem um cheiro peculiar, principalmente quando é cercado pela mata. Aqui no Purupuru, a água do rio é quentinha e calma pela manhã, e quando vai amanhecendo tem um cheiro muito gostoso, uma mistura da brisa da manhã, cheiro de mato verde e lembranças da infância, dos banhos para ir à escola.

Essa é uma das memórias que tenho e que a mamãe me ajudou a relembrar com outros detalhes, pois era assim que ela se deslocava a Manaus em busca de assistência médica que não havia no Purupuru. Eu não deveria ter mais de dez anos nesse episódio de adoecimento; lembro de ter feito muitas dessas viagens, não somente para atendimento médico meu, mas para o atendimento médico de minha mãe e das minhas irmãs. Como sou a caçula, sempre estava em sua companhia.

A viagem de barco em meio a tantas frutas e verduras era uma diversão.Os barcos, na época, eram o principal meio de escoar as produções dos agricultores locais. Às vezes, nessas viagens, mamãe levava os sacos de farinhas que a gente tinha feito para vender a fim de custear a viagem e comprar medicamentos, caso fosse necessário. É este cotidiano e estas vivências que influenciam na minha escrita, é neste local que me situo.

O que norteia esta dissertação é a escrevivência com mulheres negras e racializadas do interior do Amazonas que vivenciam ou vivenciaram a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM. Utilizo a escrevivência como prática da escrita de nós, mulheres negras e racializadas, para descrever nossas experiências e a forma como experimentamos as relações com a assistência médica. Parto de duas escrevivências centrais: a de Gabriele Queiroz, vítima fatal da violência obstétrica em Careiro; e a de Tia Júlia, em processo de tratamento de um câncer no colo de útero em Manaus.

Segui as escrevivências no intuito de descrever como mulheres negras e racializadas vivenciam a assistência médica no Careiro/AM e em Manaus/AM. Defini o tema, as perguntas norteadoras e os caminhos da pesquisa da seguinte forma: Como saber? Por meio das escrevivências; com quem? Com Gabriele, tia Julia e minhas primas; por quais meios? Por meio de um conjunto de estratégias como as caminhadas do fim da tarde e as conversas de varanda. Os objetivos estão interligados entre si e serão respondidos a cada capítulo, e consistem em (1) exemplificar a escrevivência como uma possibilidade da escrita antropológica de pesquisadoras negras e racializadas; (2) escreviver a experiência de mulheres negras e racializadas com a assistência médica no Careiro e em Manaus; (3) e descrever os itinerários de Gabriele e Tia Júlia para acessar a assistência médica hospitalar em Careiro e Manaus.

Com a escrevivência, fui redesenhando a escrita etnográfica e provavelmente dando à dissertação outros caminhos, pois escreviver envolve o cotidiano e a dinâmica da vida. Se o planejamento inicial era trabalhar a gestação, o parto e o puerpério em escrevivências, notei ao experimentar o campo que o que se desenhava nas escrevivências era o deslocamento destas mulheres até a sede do município, o Careiro Castanho, ou até a cidade Manaus. Parte de suas experiências se situa nesse deslocamento e isso marca suas relações com a assistência médica. Neste sentido me levei a escreviver junto à minha irmã Gabriele, à tia Júlia e nas conversas de varandas e caminhadas com minhas primas.

A princípio, a pergunta que me cercava e eu acreditava que seria isso que teria ao mergulhar no campo (ou melhor, me entrelaçar com as minhas semelhantes), era de como as mulheres negras carregam sobre seus corpos o estigma da resistência e negação da fragilidade. Eu estava segura de que ouviria relatos principalmente a respeito da violência obstétrica, afinal,

era este meu principal objetivo: construir uma etnografia das vivências de mulheres negras em relação à gestação, parto e puerpério, e por meio das narrativas demonstrar como a cor é uma categoria que assegura ou não a fragilidade dos corpos femininos, tornando-os violáveis e desumanizados, fundamentando-me nos estudos de e sobre mulheres negras (hooks, 1981; González, 1983; Carneiro, 2003), e feministas negras que abordam as intersecções das opressões. Entretanto, notei que a noção de violência obstétrica[4] era um discurso mais político e mais acionado dentro dos grupos que estudam o tema e dos movimentos sociais que trabalham no campo da saúde reprodutiva do que de conhecimento das minhas semelhantes de escrevivências.

Em nossas conversas, elas sempre relatam a ação do outro sobre seu corpo como uma ação normal da prática médica. E, somente após eu nomear e explicar a ação como violência obstétrica é que percebiam e começavam a relatar outras intervenções médicas, tomando a partir de então a noção de que seus corpos sofreram violência obstétrica. Nunca afirmando terem sido violentadas, mas usando falas como: "É, me falaram que eles faziam isso mesmo. Fiquei até com medo, por isso tentei não chamar atenção". Nesta fala observamos como o medo aciona o controle do corpo durante as contrações e dores do parto para "não chamar atenção".

Mediante a experiência em campo sigo a escrevivência de gestação, parto e puerpério com Gabriele Queiroz, sua saída do interior do Purupuru para a busca de assistência médica na sede do município Careiro Castanho/AM, e as experiências de parto na cidade de Manaus/AM. A escrevivência de Gabriele será um entrelaçado das minhas vivências com ela, visto estarmos em uma relação de irmãs e em que acompanhei a sua trajetória. Conto com a transcrição de conversas que tivemos em janeiro de 2019 para a realização de uma iniciação científica que teve por título: "Mulheres Negras Amazônidas". Terei ainda as "conversas de varanda" com Cassiane Aguiar, Raquel Aguiar e Eliete Aguiar sobre suas experiências de parto, e a escrevivência de Eliene Aguiar (Tia Júlia) sobre seu ir e vir para o tratamento do câncer do colo de útero em Manaus/AM.

---

[4] O conceito de violência obstétrica é constantemente questionado e sob disputa. No Brasil é um conceito contemporâneo em construção. A definição mais antiga se encontra em documentos da Venezuela como a "Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia" (Venezuela, 2007), que tipifica vários tipos de violência vivenciado por mulheres, entre eles a violência obstétrica. No Amazonas, a Lei nº 4.848, de 5 de junho de 2019, define como violência obstétrica a "apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres através de tratamento desumanizado (...) que cause dor, dano ou sofrimento desnecessário à mulher". Provisoriamente, é nesta concepção que apoio a minha reflexão a respeito da violência obstétrica.

Partindo do pressuposto de que a dor tem cor (Leal et al., 2017), por meio da escrevivência (Evaristo, 2005) irei tratar das vivências que compartilhei com Gabriele Queiroz. Com a autoetnografia (Ellis et al, 2010) irei trazer as conversas de varandas com minhas tias e primas, e minhas percepções mediante o campo, bem como os deslocamentos feitos.

O projeto de pesquisa pretendia evidenciar como mulheres negras lidam de forma direta com a violência obstétrica. Após novas leituras e vivenciar o campo, pretendo utilizar a categoria mulheres racializadas para tratar das escrevivências da minha tia e primas, que não se autodeclaram negras, mas sim pardas, e utilizarei a categoria política de mulher negra com Gabriele Queiroz, que era como se autodeclarava e se reconhecia no seu meio social.

Caminhadas metodológicas

> [...] Assumir uma perspectiva construtivista, performativa e comunicativa em relação a textos não significa minimizar a eficácia simbólica dessa tradição. Significa oferecer um modo alternativo de compreender textos e interagir a partir de outros pressupostos, com a tradição [etnográfica], que entende textos como representação.
> (Daniela Versiani, 2005)

Alerto você que lê este texto, que minha escrita pode até ser interpretada como emotiva, mas não é esvaziada de reflexões que nos fazem pensar como mulheres negras e racializadas experenciam a assistência médica e entre outras questões sociais que nossos corpos vivenciam diante das relações raciais. Uma das minhas intenções é fazer você se incomodar e engasgar ao ler as escrevivências aqui presente, mas, principalmente, incomodar.

No decorrer da pesquisa, fui vendo as possibilidades metodológicas para conseguir descrever a vida cotidiana, fui fazendo uma espécie de bricolagem: Escrevivência & Autoetnografia, que me dará base para descrever as conversas de varanda e as caminhadas. Conversas de varanda e caminhadas são duas atividades que mulheres da comunidade costumam fazer juntas. Mediante tal possibilidade de termos trocas e diálogos, transformo em um meio para descrever e realizar a escrevivência. Também durante as caminhadas entre as duas pontes da BR-319 que caíram, a ponte rio Autaz-Mirim e rio Curuçá, vejo a possibilidade de descrever as dificuldades de deslocamento, seja antes da queda das pontes, seja posteriormente, visto que a nossa região Amazônica nos coloca diversos desafios para os atendimentos de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Poderia começar seguindo as regras de introdução dos manuais de pesquisa e escrita acadêmicas para apresentar brevemente o que constará neste trabalho, seguindo os modelos

de dissertações e projetos de pesquisa que tenho lido, observando a forma da escrita, a abordagem e a análise, e comparando a metodologia estabelecida pelas pesquisadoras estudadas. Pensei, então: pesquisar é isso. Seguir todos esses processos, as regras, os prazos e chegar a um produto como uma receita de um prato de comida, respeitando todas as etapas e adicionando cada ingrediente no tempo adequado para, assim, chegar ao resultado esperado.

Parece, mas não há nada fácil em fazer uma nova receita. Podem acontecer várias coisas antes, durante e depois, independente da receita, pois ela não previne o real. Com muitas inquietações, dúvidas, medo, deletar de frases e parágrafos, ctrl+z para voltar o que foi apagado, sentimento de não pertencimento, deslocamento, ausência de palavras, quero trazer neste momento, o que estou propondo a escreviver. Adianto que escreverei em primeira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural, pois sou parte do todo como as minhas semelhantes são.

Existem dois momentos em relação à escrita e ao campo. Quando estou escrevivendo/escrevivência (Evaristo, 2005) sou parte das vivências e meu corpo compartilha as sensações, emoções. Aqui o engasgo é meu, é nosso, compartilhando da doraridade entre mim e as minhas semelhantes, estou sendo afetada. Estou no mesmo plano das experiências que minhas semelhantes, no caso, minha irmã Gabriele Queiroz e tia Julia, e durante com minhas primas Pila, Cassiane e tia Cristina.

Em outro momento estou a autoetnografia (Anderson e Glass-Coffin, 2013) (Ellis et al., 2010), (Adams, et al., 2017) e (Versiani, 2005); a autoetnografia evocativa (BochneR e Ellis, 2016). Quando estou na varanda, conversando com minhas primas Cassiane e Raquel e tias Cristina e Julia sobre as suas experiências com a gestação, parto e puerpério; quando vou a casa da minha tia Julia para meu tio Pulba "pegar" meu pulso e a minha prima Raquel começa a relatar como foram os primeiros anos a respeito do diagnóstico de câncer do colo de útero da tia Julia; quando marcamos de caminhar e acabamos falando sobre assistência médica e sobre como os médicos tratam pessoas com sobrepeso; quando faço as viagens do Purupuru a Manaus com minha tia Julia; quando retrato o interior que moro e minha relação com esse lugar; quando escrevo a respeito do processo de luto, visto que meu entendimento de autoetnografia segue a linha das minhas percepções, "quando os pesquisadores fazem autoetnografia, eles escrevem retrospectiva e seletivamente sobre epifanias que decorrem de, ou são possibilitadas por fazer parte de uma cultura e/ou possuir uma identidade cultural particular" (Ellis et al., 2010, p.276); quando descrevo as sensações vivenciadas com as minhas semelhantes.

Nestes dois momentos o eu e o outro estão em constante dinâmica, é aqui que sinto o eu (self) com o outro, a alteridade explode em minha cabeça, a minha vivência dentro do outro me remete à escrevivência do eu (self) e a minha relação remete à autoetnografia.

A escrevivência seguirá o primeiro plano em Gabriele Queiroz, vítima de violência obstetrícia, em que tratarei como o racismo massifica o mito do corpo negro mais forte e resistente (Carneiro, 2003), sendo assim, suscetível a procedimentos médicos desumanos (leal et al., 2017). Neste momento, a violência obstetrícia tem um caráter político, social e cultural. Diferente das minhas semelhantes que não percebiam as ações sobre seus corpos durante as primeiras conversas de varanda, pois entendiam que os procedimentos médicos, como toques exagerados, pedir para ficar quietinha, não fazer escândalo e deixá-las esperando mais um pouquinho eram normais. Venho por intermédio de leituras, com base em Leal et al., (2017) e intelectuais negras que tratam do tema, como também da leitura da ficha médica da Gabriele, apontar o processo de desumanização e negligência médica que ela passou.

O referencial teórico e metodológico partirá dos estudos de gênero, das teorias feministas negra e interseccional, estudos feministas decoloniais. Escolho esse referencial teórico, visto que eles são os mais adequados para tratar a temática dentro de uma perspectiva interseccional e que me proporciona uma melhor leitura da realidade vivida no campo, aspectos teóricos que argumentarei com mais precisão em outras seções.

Neste caminho conduzo a escrita e o campo, outrora escrevivências e autoetnografia. O sentir, o olhar e o ouvir junto aos "imponderáveis da vida real" (Malinowski, 2018, p. 76), que têm como plano de fundo o ir e vir pelos caminhos do Careiro, o qual significa caminho de índio, relação familiar, vivências com a assistência médica e o luto. Nesta escrita aprimoro a etnografia às minhas necessidades no campo não para trazer a escrita da minha trajetória, mas como fui atravessando os caminhos das minhas semelhantes e entrelaçando as nossas vidas, que tecem o meu existir, e o agora, que reflete nas nossas vivências sociais.

Pensei antes que conhecia o campo e que estava numa zona de conforto, na varanda de casa merendando café com tucumã, mas na verdade foi uma zona de conflito interno até o presente e que "Não saber o que se vai descobrir é, evidentemente, uma verdade da descoberta", como bem me diz Marilyn Strathern (2014, p.353). Mas eu pensava que já sabia que iria descobrir, bastava ajustar a escrita.

Pensei: "irei fazer antropologia 'em casa', sem estranhamento com o outro e distanciamento, 'tudo em família'". Mas o engano foi meu, me deparei com questionamentos internos, e aqui observei que:

> É claro que o mero fato de ser um "membro" da cultura ou sociedade abrangente em questão não garante que o(a) antropólogo(a) adotará os gêneros culturais locais adequados. Pelo contrário, ele(a) bem poderá produzir algo praticamente irreconhecível (STRATHERN, 2014, p.136).

Foi quando reconduzi a minha proposta de pesquisa deixando de focar na violência obstétrica e me apropriei da escrevivência para escreviver as vivências no campo e com minha irmã Gabriele, e a autoetnografia, ou seja, respondo as inquietações e a chamada de atenção de Marilyn Strathern em relação à autoetnografia e à autoridade etnográfica, não que eu precisasse respondê-la, mas sim tirar a carga de sentir a minha escrita como um diário pessoal de minhas experiências, principalmente porque "o que está em questão é a maneira como a autoridade etnográfica é construída em referência às vozes daqueles que fornecem a informação e o papel que lhes é atribuído nos textos resultantes" (Strathern, 2014, p.136).

Um outro momento da pesquisa são os aportes teóricos e empíricos da teoria feminista negra e principalmente da abordagem interseccional, como ela me sustenta teoricamente ao estudar a condição de vida de mulheres negras e racializadas. Com a interseccionalidade, consigo perceber e decodificar a realidade que o campo me apresenta.

Assim como a escrevivência me sustenta na escrita, e a autoetnografia, no campo, a interseccionalidade me proporciona a problematização das relações desiguais mediante a sociedade, é a interseccionalidade que coloca aos meus olhos e aos nossos corpos o nosso lugar nas relações sociais.

Partindo da ideia da multiplicidade identitária, entendo que não existe uma mulher universal, como foi tratada a "condição feminina" na primeira onda feminista. Somos mulheres diferentes, seja na cor da pele, seja na realidade econômica, escolaridade, regionalidade, estrutura corpórea, mentalidade, base religiosa, orientação sexual e geração. Nossas experiências e vivências são diferentes, mesmo partindo da ideia de que somos mulheres, não existe a mulher em termos universais.

Não reduzindo a opressão feminina apenas ao machismo, atento-me para as várias faces da opressão vividas por diferentes mulheres. Por mais que se trate da luta feminina, somos diversas, o machismo contempla todas, porém se manifesta de maneiras diferentes, as opressões a serem enfrentadas também estão no plano racial. Sobre a ideia de uma mulher universal, bell hooks aponta:

> As feministas brancas não desafiaram a sua tendência racista-sexista em usar a palavra "mulher" para se referirem apenas às mulheres brancas; elas apoiaram isso. Para elas; serviram duas propostas. Na primeira foi-lhes permitido proclamar os homens brancos como os opressores do mundo, enquanto faziam parecer linguisticamente que não existia nenhuma aliança entre as mulheres brancas e os homens brancos baseados na partilha racial e imperialista. Na segunda tornou-se possível às mulheres brancas agirem como se houvesse alianças entre elas e as mulheres não brancas na nossa sociedade e, fazendo isso, elas conseguiram desviar a atenção do seu classicismo e racismo (bell hooks, 1981, p.101).

Percebo a pluralidade humana em meu entorno e com as minhas semelhantes. Dentro do feminismo surge a necessidade de um olhar mais amplo, além do que se diz sobre "a condição feminina". Nessa expectativa, a intersecção necessita haver, pois a opressão é diversa, não apenas para buscar o enfrentamento, combate e apontamento da opressão de gênero, mas também pontuar as opressões de raça e de classe, entre outras facetas já apontadas aqui.

As argumentações aqui presentes me levaram a debruçar-me nas teorias feministas, principalmente as das intelectuais negras, especialmente no sentindo da contextualização da interseccionalidade. Aponto a sua importância para o meu desenvolvimento intelectual e para o que me proponho nesta pesquisa, que muito agregou e me fez colocar a teoria em prática, lembrar trechos de leitura nas falas das mulheres aqui presentes.

A interseccionalidade remete às reflexões e teorizações a respeito da "multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social". (Piscitelli, 2008, p.263). Para a interseccionalidade, os marcadores sociais da diferença - gênero, sexualidade, idade/geração, raça, classe social, corporalidades, religião, regionalidade - são aspectos importantíssimos para seu estudo, pois promovem potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações.

Nos primeiros estudos feministas, Lélia Gonzalez (1982) aponta a ausência da mulher negra. Em suas palavras: "a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. Os debates estavam no campo da dominação sexual, social e econômica" (p.100). Não se via discussões a respeito da condição da mulher negra, o ser mulher era tratado de forma universal, a mulher negra não era um debate apreciado, tanto nos textos quanto nos encontros feministas, em relação ao contexto nacional.

Portanto, a interseccionalidade me proporciona a possibilidade de decodificar o real e contestá-lo (Collins, 2022). Pensar as relações sociais, principalmente no cenário que me situo e as minhas semelhantes, sou colocada a pensar criticamente as questões sociais que nos atingem enquanto mulheres negras e racializadas, para isso me desafio à busca por uma teoria social crítica que dê conta das problemáticas que atravessam as nossas escrevivências, principalmente quando temos uma sociedade dividida em hierarquias que vão desaguar em inúmeras violências em nossos corpos, à negação do Outro que o tira da condição de humano, a ponto de nos negar a fragilidade e a dor.

A seguir desenvolvo alguns aspectos, brevemente pontuados nesta introdução, desenvolvendo de forma mais abrangente nos próximos capítulos, sendo eles, três.

No primeiro capítulo, terão os aspectos teóricos e as escolhas por mim feitas para desenvolver esta dissertação, juntando a escrevivência e a autoetnografia. Adianto que a escrevivência é uma escrita que me faz parte do cenário, uma escrita que não se constrói

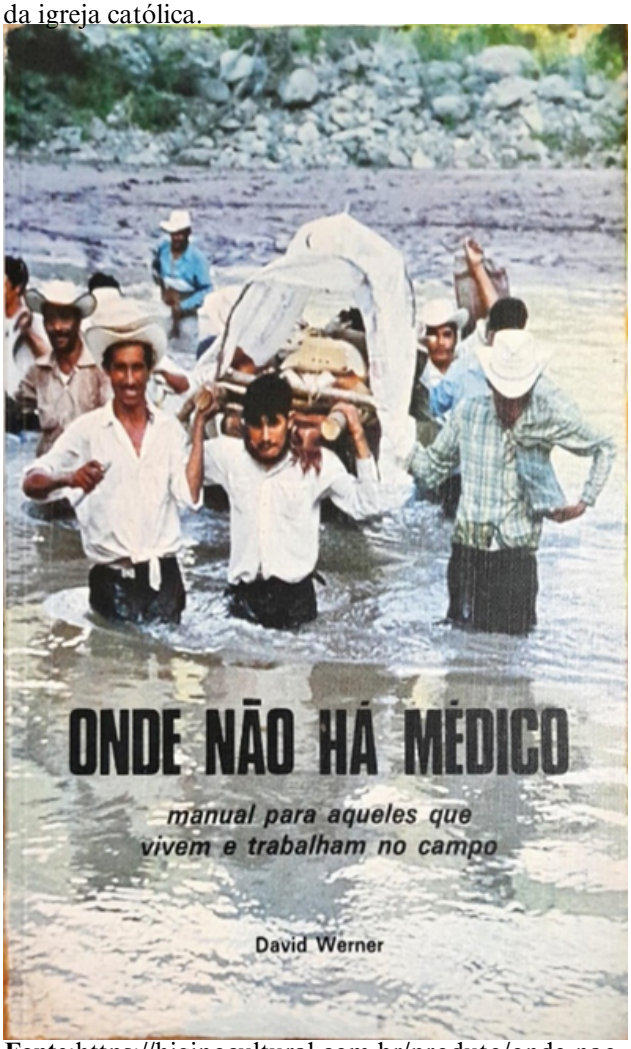
sozinha, estou sendo afetada ao escreviver com as minhas semelhantes. Já a autoetnografia são meus esforços de me distanciar da relação aproximada e me perceber enquanto antropóloga vivenciando a escrevivência junto às minhas.

No segundo capítulo, irei desenvolver as conversas de varanda com Pila (Raquel), Cassiane e tia Cristina. Nele constará as suas vivências com a assistência médica e a minha busca de descrever a observação e absorção da vida com as escrevivência. Neste mesmo capítulo trago as escrevivências de minha irmã Gabriele e de tia Julia.

Já no terceiro capítulo, apresentarei brevemente o lugar que escrevo, ou seja, o Purupuru. O deslocamento em busca de assistência médica de minha irmã Gabriele e tia Julia. Neste capítulo descreverei como o Purupuru não está tão distante da capital Manaus, mas por razões administrativas, o SUS nos coloca em um deslocamento demorado.

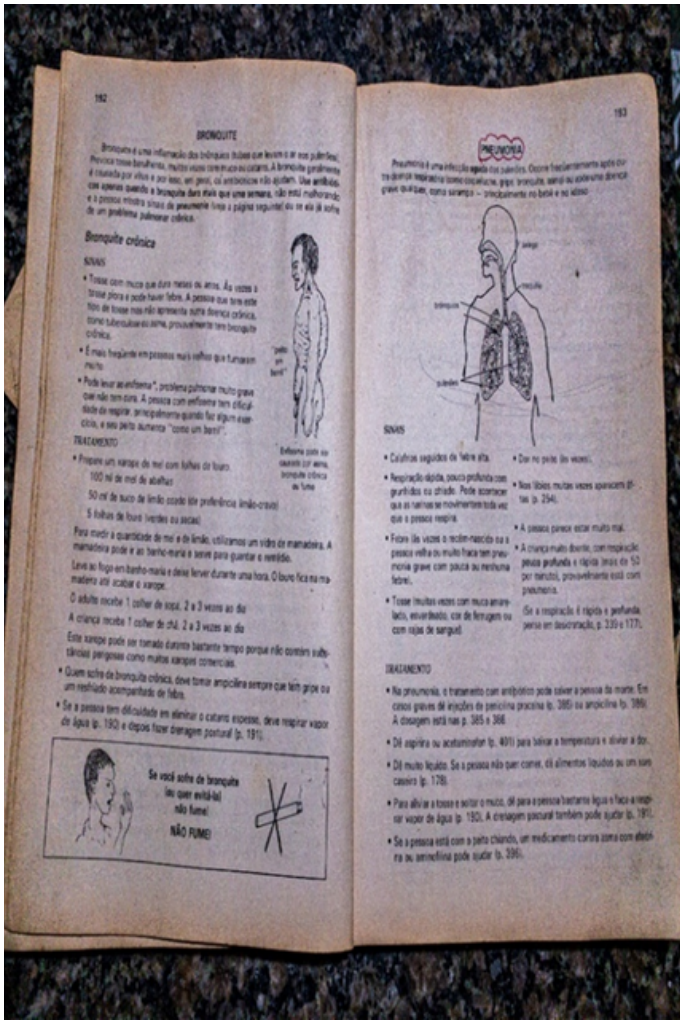
Observação e absorção da vida
(Ensaio fotográfico)

Legenda: Capa do Livro que minha mãe recebeu da igreja católica.



Fonte:https://higinocultural.com.br/produto/onde-nao-ha-medico-david-werner-5a-edicao/

Legenda: Página do livro Onde não há medico consultada pela minha mãe.



Fonte: Acervo Pessoal

Legenda: Varanda da casa flutuante de meu avô Nelson. Na esquerda tia Delza na direita avô Nelson.



Legenda: Casa flutuante do meu avô Nelson. Início do período de seca.



Legenda: Varanda da casa flutuante. Na porta prima Jaini e sua filha Melissa. Sentada com os pés na água minha irmã Gabi.



Legenda: Crueira de mandioca secando ao sol na varanda da casa flutuante.



Legenda: Ata a rede, a viagem vai demorar.



Legenda: Atraca(dor) - Porto da Escadaria Manaus-AM (Período de seca).



Legenda: Carrega(dor) - Porto da Escadaria Manaus-AM (Período de seca).



Legenda: A espera por uma embarcação maior. Porto da Ceasa - Manaus-AM.



Legenda: Ambulância Aquática. Porto da Ceasa-Manaus-AM.



Legenda: Corrida contra o tempo. Porto da Ceasa-Manaus-AM



CAPÍTULO I
ESCREVIVENDO

> Quando eles falam, é científico;
> quando falamos, não é científico.
> Quando eles falam, é universal;
> quando falamos, é específico.
> Quando eles falam, é objetivo;
> quando falamos, é subjetivo.
> Quando eles falam, é neutro;
> quando falamos, é pessoal.
> Quando eles falam, é racional;
> quando falamos, é emocional.
> Quando eles falam, é imparcial;
> quando falamos, é parcial.
> Eles têm fatos,
> nós temos opiniões.
> Eles têm conhecimentos,
> nós temos experiências.
> Não estamos lidando com uma
> 'coexistência pacífica de palavras', mas com uma hierarquia violenta, que
> define quem pode falar e quem pode produzir conhecimentos.
> (Grada Kilomba em "Decolonizing
> Knowledge" 2016)

Neste capítulo, trago as noções de escrevivência, a escrita de nós, escreviver e de autoetnografia como uma possibilidade de escrita antropológica, e como fui me apropriando destes conceitos na prática da escrita, principalmente como operadores teóricos que possibilitam uma escrita humanizada, que retire de nossos ombros a carga de mulheres negras fortes, resistentes, mulheres guerreiras. Assim como também me proporciona uma escrita pautada em conceitos que possibilitam uma escrita situada e decolonial, assumo aqui minha posição na escrita desta dissertação, reivindico uma escrita do real, juntando a tradição, com a forma de escrita de intelectuais fora do eixo Norte, à escrita científica.

Uma escrita que possibilita ler as minhas semelhantes como um ser dotado de sentimentos e emoções, a ponto de não as tratar como objeto de pesquisa, mas como parte da trama da vida social e cultural. O distanciamento e a neutralidade me colocariam fora da escrevivência, e não é isso que me proponho a fazer, portanto, assumi os riscos metodológicos. Se a escrita é de nós, ela é humanizada e particular, as intersecções presentes possibilitarão olhar-nos como iguais, e que a comparação será para agregar, porém estou atenta aos lugares que ocupamos.

A escrevivência é um acontecimento, experiência, vivências que remetem à coletividade, logo se entende a escrevivência como a escrita de nós, não uma escrita sobre si,

não é autobiografia, mas o entrelaçamento das vivências de mulheres negras e racializadas. (Evaristo, 2015). Em uma entrevista no canal do YouTube da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, a intelectual responsável por tal prática de escrita aponta que a escrevivência é: "[...] uma escrita que nasce realmente de uma vivência, que não precisa ser minha vivência particular. É a vivência da comunidade, é a vivência do amigo que conheço, e que acabo também projetando como a minha vivência, a partir da experiência." (Evaristo, 2015).

A escrevivência pode ser entendida como uma escrita acadêmica decolonial de pesquisadoras da periferia do mundo, que traz à tona as estratégias de escritas utilizando a memória, a oralidade, as vivências, o cotidiano. Com as reflexões da tradição da escrita antropológica, que perpassam a minha escrita situada e particular, busco uma escrita mais próxima e humanizada da minha vivência em campo ao escreviver as vivências das minhas semelhantes.

Por isso, trago também a autoetnografia atrelada à escrevivência, dando-me uma escrita potente do real, "ou seja, não basta construirmos novos objetos, é preciso construir novas metodologias e teorias para lê-los de modo complexo" (Versiani, 2005, p. 216), pois a escrita de mulheres negras e racializadas, conforme aponta Conceição Evaristo (2005), é para "incomodar os da casa grande", que estão de suas varandas acomodados, trazendo noções e percepções distorcidas de nossas vivências por meio de uma ótica embranquecida, pautada na cooperação harmônica dos povos escravizados e marginalizados, negando-os a humanidade e colocando em posições tuteladas. Sendo assim, a escrevivência chega como um "operador teórico", prática de escrita que vem ganhando espaço na academia com estudantes negras. (Felisberto, 2020, p.166).

Neste capítulo, busco definir esse esforço de propor a escrevivência e a autoetnografia como modelos metodológicos. A seguir, apresento como estou buscando o entrelaçamento destas noções e como constituí essa bricolagem epistemológica.

A escrevivência: teoria como cura

> Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura.
>
> (hooks, 2017)

O campo de pesquisa em que me encontro inserida é um entrelaçamento de minha vivência com as de outras mulheres negras. Eu não sou só uma, estou constantemente sentindo na pele a realidade, seja em diálogos com outras mulheres negras, seja nos espaços que circulo ou existindo na universidade. Na minha primeira iniciação científica, em 2017/2018 digo que me ressignifiquei enquanto mulher negra quando escrevia sobre autoestima de mulheres negras, bem como suas relações com seus cabelos e com os outros.

Foi na relação com as minhas semelhantes que vi a possibilidade de "tornar-se um sujeito" como diria Grada Kilomba (2010, p.12), pois o campo me trouxe para reflexões acerca da realidade do racismo diário contado por mulheres negras que o vivenciavam, baseado em suas subjetividades e percepções, e como isso interfere na identidade de cada uma de tal forma que nossas falas se entrelaçam. É difícil, estando em campo, distanciar-me, e na hora da escrita, a memória do que ouvia, via e sentia, ardia como água em ferida. Mas não era somente dor, havia também afeto, escuta, sensibilidade e acolhimento.

Eu estava dando materialidade às nossas vivências, estava escrevendo sobre a gente. O que era ausência eu estava tentando preencher ao falar em seminários, congressos e ambientes que frequentava para apresentar o que pesquisava na iniciação científica.

Mulheres reais como eu carregam consigo histórias, as quais se entrelaçam nas nossas trajetórias de vida. Por isso, falar de mulher negra amazônida fez com que eu ressignificasse a minha percepção dos espaços, foi a forma que encontrei para mostrar as mulheres negras que existem no Norte do país. Esses trabalhos trouxeram aos ouvidos e aos olhos faces múltiplas de mulheres negras amazônidas.

Quando trago esta percepção de "o campo e eu, minhas irmãs negras são meu campo, eu sou meu campo" parto do pressuposto da coletividade, como o campo reflete a mim e às minhas semelhantes, entendendo a nossa multiplicidade de ser mulher e ser mulher negra. Compreendo que estou inserida em um campo em que as nossas narrativas e vivências se entrelaçam às nossas interseccionalidades, não somente como recorte, mas, como os marcadores da diferença atravessam as vivências das minhas semelhantes.

Quando tratada a interseccionalidade como recorte, acabamos caindo num reducionismo de pensar as nossas relações em caixas diferentes, que não se conectam, e não como uma relação que vai influenciar como o mundo percebe as diferenças, ou seja, o nosso modo de ser, com nossas especificidades enquanto pessoa, e o nosso estar perante os sistemas e as relações sociais. A interseccionalidade é uma prática de abordar as relações sociais, que possibilita um olhar aguçado, percebendo que as opressões podem ocorrer de forma simultânea.

Sigo a escrita desta dissertação por meio da escrevivência e dialogando com a maioria das teóricas, escritoras e pesquisadoras negras, mas não somente.

> Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. (EVARISTO, 2020. p. 35)

Escrevivência é um termo utilizado na dissertação de Conceição Evaristo e um estilo de escrita de seus livros literários. O assinalo aqui, junto às reflexões da autora, porque seguirei esta forma de escrever nesta dissertação. Evaristo afirma que “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (Evaristo, 2007, p. 21).

Lendo os livros de literatura de Conceição Evaristo, percebia as semelhanças que eu tinha nas histórias de cada personagem. Ao ler Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017), me identificava com a forma de ver e sentir o mundo ao seu redor, ao ficar um bom tempo pensando e olhando para o nada, me desligando do plano real e às vezes recordando a minha infância no pequeno interior do Amazonas, no Purupuru. Das obrigações domésticas, que para realizar algumas era necessário ir ao rio lavar roupas, louças e tomar banho, das aulas na única escola estadual, e principalmente de ver as minhas irmãs mais velhas fazendo coisas que eu ainda não podia, como jogar bola com as pessoas maiores, tomar banho de rio e ir nadando para bem longe da beira do rio.

Sou a filha caçula de quatro mulheres. Minhas irmãs saíram de casa quando eu tinha entre 9 e 10 anos. Foi quando, na primeira fase da adolescência, experimentei o vazio, visto que as minhas irmãs decidiram morar com o nosso genitor, ficando somente eu, minha mãe e meu padrasto. Minha irmã mais velha estava casada desde os 15 anos, uma longa história que também identifiquei semelhanças em vários personagens dos livros de Conceição Evaristo.

Tais reflexões me fazem pensar a escrevivência, aqui vou focar em Ponciá Vicêncio, que constrói a afeto em sua história. Chorei em alguns momentos, senti raiva quando o seu homem a bateu, entre tantas outras emoções, “às vezes, não poucas, o choro da personagem se confundia com o meu, no ato da escrita. Por isso, quando uma leitora ou leitor vem me dizer do engasgo que sente, ao ler determinadas passagens do livro, apenas respondo que o engasgo é nosso” (Evaristo, 2021). Essa era a mesma sensação que eu sentia, por vezes mais aflorada, devido à facilidade de imaginação que tenho.

Figura 1- Matéria no Portal Acrítica


ODISSEIA EM VÃO

Agricultora atravessa o rio Negro por remédio para câncer, mas descobre que está em falta em Manaus

Eliene está há dois meses com o tratamento contra o câncer de colo de útero interrompido, devido a falta do medicamento Bevacizumabe em Manaus. Ela já fez o percurso do Careiro da Várzea até Manaus 4 vezes, mas não obteve sucesso em conseguir o remédio. Saiba como ajudar

Lucas Vasconcelos
online@acritica.com
28/10/2022 às 19:15.
Atualizado em 28/10/2022 às 23:13

Eliene, que realiza tratamento desde 2019, já realizou quatro viagens dificultosas até Manaus (Fotos: Divulgação/Arquivo Pessoal)

Acervo Pessoal

Figura 2- Vakinha Online



Acervo Pessoal

Foi com essas sensações e principalmente da revolta e de não me conformar com as injustiças sociais é que busquei, junto a outras pessoas e amigos, uma maneira de fazer o engasgo que eu estava sentindo ser aliviado. Quando acompanhei minha tia nas madrugadas para ir a Manaus tomar as medicações, ela, calada, a única frase de reclamação que ouvi foi “estou enjoada de andar”, quando consegui viabilizar uma matéria junto ao Portal A Crítica para conseguir levantar valores para a sua medicação, quando eu peguei minha irmã gestante chorando na pia de casa ou quando ela falava que queria voltar a estudar, o engasgo é nosso, de

raiva, de revolta de nos sentirmos injustiçadas pelo mundo, raiva de ver minha tia com mais de meses sem tomar uma das principais medicações para o tratamento de câncer no colo do útero, e o farmacêutico me afirmar que isso atrapalha o tratamento, podendo agravar a doença, ou a interrupção da vida da minha irmã em uma unidade hospitalar sem equipamentos básicos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

Trago esta citação, "do engasgo é nosso" (Evaristo, 2021), para situar o porquê da escrevivência me conduzir como metodologia da escrita de nós. Assim como Ponciá Vicêncio saiu de um pequeno interior, eu também saí, com muitos sonhos, os quais sempre me remetiam à minha realidade na minha comunidade, e aqui estou hoje para escrever sobre nós, mulheres negras amazônidas, e afirmar que, ao dialogar com outras mulheres negras, percebo nitidamente que "o engasgo é nosso", e como isso vai do particular ao geral na vida de mulheres negras e racializadas.

Sinto-me também na posição em que Rupi Kaur descreve em seu livro *O que o sol faz com as flores.* Em um de seus poemas, ela diz: "Lembre-se do corpo da sua comunidade, respire o ar do povo que costurou seus pontos, é você quem se tornou você, mas as pessoas do passado são parte do seu tecido – *honre as raízes*" (Kaur, 2018, p. 149). Quando penso como escrever sobre mulheres negras, mesmo que eu seja uma, penso que sou parte de um todo e que somos diversas.

Com essas mulheres, irei escrever sobre as relações com a assistência médica no Amazonas. E mais, são mulheres que fazem parte da comunidade em que cresci e vivo até os dias de hoje, frequentamos e circulamos nos mesmos lugares. E o que sou está ligado a essa relação, principalmente com a motivação para a escrita desta dissertação: a minha irmã mais velha.

A escrevivência não é uma narrativa de quem está longe. Percebo na literatura de Conceição Evaristo que a escrevivência é narrativa e diálogos de alguém próximo. Estamos tão próximas que as nossas falas se completam e entrelaçam.

> E surge da minha experiência pessoal. Surge na investigação do entorno, sem ter resposta alguma. Da investigação de vidas muito próximas à minha. Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência. (EVARISTO, 2020, p.34)

Escrevo a partir de nossas experiências de mulheres negras racializadas, observando onde cada uma está. Estou usando a minha posição de estudante e pesquisadora para escreviver a nossa existência, usando bases teóricas, como a interseccionalidade e a teoria antropológica, apropriando-me do espaço. Entendo que não passei pela experiência da maternidade, mas passei

pela experiência do luto, a violência obstétrica que matou a minha irmã. Não foi o meu corpo violado, mas sinto todos os dias a ausência e a raiva por terem tratado de forma desumana o corpo dela.

A escrevivência é para além de palavras materializadas em papel, estamos a escrever a partir da oralidade que é passada pelo cotidiano, como as vivências dessas mulheres que trazem à tona o que sentimos, ouvimos e percebemos em nossos corpos, em uma sociedade que nos nega a humanidade, a fragilidade, a dor, a sensibilidade, o afeto e o amor.

> A escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si. (Evaristo, 2020, p.35)

É ao ouvi-las que me percebo e, de certa forma, me faz repensar a maternidade e o meu corpo suscetível a uma estrutura racista. Conceição Evaristo (2020) alerta que a escrevivência é uma escrita do real, e que traz facetas de várias mazelas sociais e raciais vivenciadas pela população negra assim como o racismo.

A escrevivência ressoa a coletividade,“ (...) escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado...” (Evaristo, 2020, p.38). É o que a renomada escritora dirá parafraseando uma criança que diz que a “escrevivência é a escrita de nós”, é a escrita que traz as emoções e memórias que remetem ao coletivo e que muitas das vezes são doloridas.

O termo “escrevivência” foi utilizado em 1995 na dissertação de Conceição Evaristo, e remete à escrita de mulheres negras que trazem para o texto as suas vivências, bem como as suas relações de como estar nesta sociedade. O corpo da mulher negra, silenciado muitas das vezes, mas que carrega consigo histórias. A escrevivência é uma estratégia de escrita que estou a seguir para falar de nós, reverberar o que essas mulheres presentes neste trabalho vivenciaram, vai do individual ao coletivo. Ela é uma metodologia de escrita que me possibilita fazer conexões, integrada e entrelaçada com as minhas semelhantes.

A escrita desta dissertação é marcada pela experiência do luto e da ausência, mas principalmente de como se deu a partida da minha irmã Gabriele por meio da violência obstétrica, tema que explorarei, mas que talvez não esteja como parte principal, e sim enquanto violação da humanidade, da dor e da sensibilidade dos corpos de mulheres negras. Desta forma de experiência e constituição do que seja a escrita por meio da escrevivência, me sustento no que Conceição Evaristo afirma:

> Foi a experimentação de uma escrita, marcada por uma escrevivência (...) a minha vivência de jovem moradora em uma favela. Talvez naquele momento, eu confirmava para mim mesma, sem saber ainda, que a escrita me seria possível. Escrevivência vem daí... (EVARISTO, 2020, p.33)

Vejo que posso explorar este tema com o intuito de debatermos a ação do outro sobre o corpo da mulher negra e racializada. E mais: como elas dão sentido e significado às ações realizadas sobre seus corpos. Com a escrevivência, não estou sozinha ao escrever, mesmo sendo uma prática solitária, não estou sozinha ao fazer tais reflexões. Tenho lido intelectuais negras das quais me sinto acolhida em seus textos, estou em constante relação com as minhas semelhantes que me fazem perceber como os corpos de mulheres negras e racializadas estão expostos ao racismo, e a escrevivência é essa escrita que nos remete ao coletivo.

Sinto-me acolhida quando leio Gloria Anzaldúa, *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Neste texto de 1981, sinto-me motivada a continuar a escrever, principalmente quando percebo no texto as inquietações, dúvidas e questionamentos do porquê estou a escrever a respeito do tema em questão. “A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver.” (Anzaldúa, 2000, p. 232), é com a escrita que estou a ressignificar e transformar o luto:

A dor da ausência
Tento não alimentar esse sentimento
Ausência
Ausência
Ausência
A dor da ausência não me ensinou nada
E eu decidi transformar essa dor em algo
Essa gestação está dolorosa, mas não, não quero que o parto seja desastroso
Pois assim foi para quem amo
Gestação dolorosa
Parto desastroso
E o que restou
A ausência
Ausência
Ausência
Escrever esta dissertação será eu deixando a dor da ausência doer em sua maior potencialidade
Mas eu sei que quando parir, esta dor também não será tão potente assim, pois eu estou no controle da escrita, mas não sozinha
A dor não será potente, não estarei só, eu sei que não. (POEMA DE MINHA AUTORIA)

Estou tomando cuidado com a escrita, confesso que um pouco medrosa, negar isso seria covardia ou receio, pois estou em alerta para a minha escrita não ser confundida como inteiramente das experiências pessoais, por isso me agarro na escrevivência para me manter menos amedrontada. Gloria Anzaldúa me disse que:

> O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja conosco ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. (ANZALDÚA, 2000, p.232)

Durante a escrevivência desta dissertação, colocarei poemas, sejam eles suavizando a minha escrita, sejam potencializando um sentimento e sensação que senti durante os diálogos que tenho com as mulheres da minha família.

Estou consumindo poemas e escrevendo poemas como nunca fiz em outras épocas, não são somente poemas de dor e angústia, são poemas de amor de afeto, e principalmente de diálogo com a minha criança. Sinto-me residindo dentro de mim como nunca me senti, e mais: talvez seja eu tentando desfocar da escrita teórica do tema desta dissertação. Estou tentando me sabotar, não sei ao certo, mas escreviver tem sido exatamente escrever e viver, está aqui a forma mais genuína que tenho para estabelecer uma relação com a escrita e como a vivência acadêmica e o campo vem me atravessando.

Ao ouvir as narrativas das mulheres presentes no trabalho, despertam-me conexões com outras narrativas que ouvi. Ser curiosa, às vezes, não é tão bom, pois acabamos desvendando coisas que poderíamos evitar para não causar desconforto, o conhecimento nem sempre é um mar de rosas.

Enquanto escrevo este parágrafo, estou atenta à panela de pressão que está no fogo. Hoje mamãe acordou um pouco ruim, reflexo da perda de minha irmã. Ela não é a mesma desde a partida de Gabriele. Nesta dinâmica entre escrever, produzir para a vida acadêmica e cuidar das atividades domésticas, lembro quando apresentei minha pesquisa para uma das possíveis participantes desta pesquisa. Dona Teresa pede para eu esperá-la na varanda, pois terminava de se arrumar, e chega falando: “Minha filha, que coisa, nunca falta o que fazer dentro de uma casa.” É exatamente este o sentimento que tenho quando divido meu tempo entre as obrigações domésticas e a produção acadêmica, nunca falta o que fazer dentro de casa, e na pesquisa sempre falta tempo e acúmulo das demandas.

Isso é a escrevivência, ela está atravessada pelo meu cotidiano. Penso nos autores consagrados da antropologia, se eles ficavam atentos ao arroz no fogo enquanto escreviam um

parágrafo de suas pesquisas. Será que Levi-Strauss ficava calculando seu tempo para dar conta das obrigações domésticas e da escrita? Ou Malinowski, quando começou a organizar os textos de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, será que ele era interrompido por uma criança pedindo para ajudar numa atividade escolar e se perdia no raciocínio? Será que Franz Boas ficava adiando a sua viagem à cidade onde fica localizada a universidade porque a sua mãe estava adoecida? Sei das dificuldades ao fazer ciência, mas as disparidades são nítidas quando vemos as bases bibliográficas da antropologia, sendo em sua maioria homens brancos que levam a importância de clássicos.

Sempre quando leio seus textos, penso "isso aqui não requer somente um esforço intelectual, requer tempo, ambiente favorável e principalmente dedicação plena". Não estou desmerecendo esses intelectuais, mas estou expondo que estamos em posições diferentes, e ambos escrevendo e fazendo antropologia. Eu estou tentando fazer antropologia a partir da escrevivência junto a outras mulheres, sejam intelectuais da área e acadêmicas, sejam elas do meu cotidiano ou colegas de curso.

A escrita de nós: escreviver situado

> Apesar da voz de nossas ancestrais tinham funções demarcadas pela casa grande, a nossa escrita não.
> (EVARISTO. In: DUARTE e NUNES, 2020)

A escrita de nós remete a uma escrita situada e do particular. Uma escrita de mulheres negras racializadas, que traz as suas existências e experiências em textos para dentro da academia. Uma escrita latente, que envolve as sensações e subjetividades, escrita que invoca a memória e a oralidade.

Me apoio nesta noção não somente com o debate de gênero, como citado, mas também às produções acadêmicas de estudantes negras e racializadas enquanto produção de conhecimento. Além disso, em outras intelectuais que me proporcionam reflexões como no sentido do entendimento do saber local, na escrita situada, percebendo os marcadores da diferença, me assegurando em intelectuais, como Donna Haraway (1995) - Saberes Localizados; Collins (2022) – Interseccionalidade; Evaristo (2020) – Escrevivências; bell hooks (2017;2020) - Escrita Acadêmica Feminista e Lila Abu-Lughod (2020) - Etnografia Crítica.

Para tal noção, me situo nas análises e conceituação de Donna Haraway (1995), que permite ir para além da universalização e generalização promovida pelo "god trick" (Haraway, 1995, p.19,20 e 24). Compreendo por intermédio dela, e olhando a escrevivência, que o

conhecimento é sempre situado e corporizado, o que me faz pensar mais ainda a "escrita de nós" como uma prática localizada de mulheres negras e racializadas, que tem uma dimensão política, ética e coletiva.

Sendo assim, localizo a escrevivência nas solicitações de Haraway de nos situar, observar a nossa localização, mantendo aspectos interseccionais, pautando-nos numa percepção ética e política.

> (...) quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre a objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. (HARAWAY, 1995, p. 20 e 21)

Em uma busca pela palavra escrevivência no Google Acadêmico e pelo termo "a escrita de nós", noto trabalhos na área da Literatura, Geografia, Ciências Sociais e Ciências Humanas, e principalmente pesquisadoras negras que, em seus trabalhos, remetem a uma escrita do particular ao coletivo, em que as suas vivências estão envolvidas com as de suas semelhantes. Isso é uma característica do conhecimento situado, "Os conhecimentos situados são sobre comunidades, não sobre indivíduos isolados. A única forma de encontrar uma visão mais alargada é estar em algum lugar particular" (Haraway 1988, p. 603). É neste sentido que reivindico a escrevivência, a "escrita de nós", sendo assim coloco-a dentro desta perspectiva de escrita acadêmica de conhecimento situado.

A pretensão não é se abster das práticas de escrita acadêmica tradicionais, as regras de produções, mas proporcionar uma escrita que surge de classes populares como um meio de retratar as vidas de pessoas negras de forma humanizada, uma partilha de conhecimentos, vivências, experiências, uma escrita afetiva, mesmo nos momentos de escrevivência da dor. Afinal, "uma história é sempre situada: ela tem tanto um narrador quanto uma audiência. Sua perspectiva é parcial (no duplo sentido da palavra) e existe uma motivação para narrá-la" (Lila Abu-Lughod, 2020, p. 52). Por isso, parto dessa noção de um conhecimento situado, me ancorando nas reflexões de Mara Viveros (2018):

> [...] as epistemologias feministas e decoloniais do "conhecimento situado", que orientam os estudos interseccionais, possibilitam não somente questionar as supostas certezas da "neutralidade" científica, mas também alimentar e incidir nas ações políticas dos diferentes movimentos. (VIVEROS, 2018, p. 30)

Por isso, para escrever as vivências destas mulheres, combinei a autoetnografia com a escrevivência para me colocar - em campo e na escrita - em constante interação com elas, a

ponto de me impor reflexões interseccionais sobre os nossos corpos racializados frente à assistência médica.

As minhas iniciações científicas surgiram de questionamentos pessoais ao observar o coletivo, e eu sempre estava envolvida nesse questionamento, não era algo distante, era parte. Com a proposta desta dissertação, ela surge com o falecimento de uma das mulheres negras com quem dialoguei e vivi. A iniciação era sobre identidade negra amazônida, e esta mulher chamada Gabriele Queiroz era uma das minhas referências de mulher negra amazônida. Ela faleceu bem antes de eu apresentar o relatório final para a comissão de avaliação.

Seu falecimento foi três semanas depois de eu acompanhá-la durante uma semana em sua residência, conversando sobre muitas coisas de sua infância até a sua fase adulta, sua relação com a comunidade em que viveu e a construção de sua identidade. Ela estava gestante, já na fase final. Gabriele Queiroz foi a minha irmã mais velha, a irmã responsável por me ensinar as coisas dessa vida e ser a minha principal referência de mulher negra amazônida, dedicarei essa dissertação a ela, e que, juntas, as nossas vozes ecoem, pois eu não sou somente uma.

Gabriele morreu em fevereiro de 2019, aos 35 anos, vítima de violência obstétrica. A percepção desta violência se deu pelo grau de intervenções que seu corpo teve e o espanto do corpo médico de outra unidade hospitalar para onde ela precisou ser removida. Ao chegar na outra unidade hospitalar, uma das médicas plantonistas retorna aflita aos familiares e pergunta: “O que fizeram com o corpo desta mulher?”, pois onde estava antes não havia condições alguma para assistir e ter realizado o parto. O caso segue com duas ações judiciais: uma coletiva e outra particular.

Minha escrita e meu campo serão atravessados por essa experiência. Não decidi escrever sobre o tema depois da morte de minha irmã, mas de alguma forma, no caminho da minha existência, me encontro nessa parte, e aqui estou a escreviver.

A escrita de nós consiste em trazer em palavra escrita as relações, vivências, experiências sociais, culturais e a dinâmica da vida social de mulheres negras e racializadas, principalmente as que tomam como ponto de partida a escrita da escrevivência na academia. Essa escrita não é somente atravessada pela vivência, mas por construções intelectuais de pensadoras que vêm fortalecendo o chão da academia com suas frentes de pesquisa

A universidade me proporcionou a oportunidade de adentrar ao mundo da pesquisa, usei disso como ferramenta para contar a história das mulheres negras amazônidas. Desmitificando a ideia da mulher universal, e mais, da mulher negra universal, parto de uma abordagem do feminismo negro e a interseccionalidade para pensar as mulheres negras

amazônidas. Trago a minha vivência em campo à luz da antropologia, o meu existir de mulher negra amazônida entre minhas semelhantes, e me proponho à escrita situada.

Também trato mulheres negras que se declaram pardas enquanto mulheres radicalizadas, não retirando delas a autoidentificação, mas politicamente entendendo de que forma essas mulheres são lidas em nossa sociedade.

Nas etnografias realizadas em duas iniciações científicas intituladas "Ativismo de cabelo: os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra" e "Mulheres Negras Amazônidas", realizadas entre 2017 e 2019, trago como reflexão que o que construí é a mais genuína escrevivência. Faço o sugerido por Patrícia H. Collins, referente à minha produção acadêmica.

> […] as intelectuais feministas negras devem defender seus argumentos na dimensão pessoal, ser responsáveis pelas consequências de seu trabalho, ter vivido ou experimentado de alguma forma o material com que trabalham e estar dispostas a dialogar sobre suas descobertas com pessoas comuns. (COLLINS, 2019. p.478)

A escrevivência, proposta por Conceição Evaristo, não foi pensada antes ou durante a realização das etnografias, foi posteriormente, ao ler os poemas e os livros de Evaristo. A escrevivência consiste na "contra-voz" (Evaristo 2005, p. 52). É a potencialidade de contar sobre si e as vivências a partir de entrelaçamentos com o Outro, constituindo o existir e o escreviver de si e de suas semelhantes, com um olhar de quem está dentro, imersa na mesma realidade social. Sendo assim:

> Escreviver significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. (SOARES & MACHADO, 2017. p. 206)

Quando retomei minhas duas etnografias, percebi que a escrevivência fazia muito sentido com o que fiz durante o campo, junto ao método etnográfico e às minhas necessidades de etnografar o nosso existir na região amazônica. E, assim, percebi a potencialidade da escrevivência para esta dissertação.

Escreviver não se limita aos cadernos de campo, aos pensamentos anotados em um bloco de papel, sensações, percepções e descrições do campo, nem sempre constará ali todas as camadas da vida. Escreviver não é decodificar uma dada realidade, não é uma linha contínua com início, meio e fim predeterminados. Escreviver é ser atravessada o tempo todo pelo imprevisto, pelo fracasso, pelas dúvidas, pelo real. E a antropologia também é atravessada pelo acaso, pelo imponderável, pela subjetividade. É roteiro reformulado e nunca dando conta do real.

A escrevivência não inicia no campo e nem termina após a entrega de uma pesquisa. O escreviver não acontece no isolamento do Eu, é com as outras que toma potencialidade e se torna múltiplas facetas. Busquei isso unida à autoetnografia para tratar sobre as experiências com a assistência médica de mulheres negras e racializadas do Purupuru:

> Escreviver não é se limitar à incidental experiência de um ser humano excepcional, não se reduz ao mero exercício narcísico, mas é, antes, uma antibiografia, uma construção de interconexões entre vivências distendidas no tempo-espaço, sendo, assim, uma cena de agenciamento coletivo de enunciação. (DELEUZE; GUATARRI, 2014, apud, SOUZA, 2020, p. 210)

Escreviver é a vida em movimento, é estar em constantes mudanças; é ir ao encontro das minhas semelhantes e voltar para casa com incertezas. Se vou conseguir uma forma de conversar sem que elas parem as atividades domésticas, pode ser me oferecendo para ajudar nas obrigações domésticas enquanto dialogamos sobre a temática da pesquisa; é a conversa de varanda rápida; a conversa durante uma caminhada; as constantes mudanças de plano. É fazer uma pausa para merenda e incluir no diálogo pessoas que chegam para pedir algo emprestado. É ver nas outras, semelhanças, é criar redes de afeto. Como bem apresenta Conceição Evaristo, esse jogo de palavras: “Escrever – viver – se ver. Escreviver. Escrevivência”.

> (...) a escrevivência vem a cada dia ganhando múltiplos sentidos dentro da academia, colocando a autora em diálogo com diferentes intelectuais que têm a experiência do racismo como eixo central de suas produções, seja no campo historiográfico-literário ou, entre outros, imbricado com as diferentes formas de opressão interseccional e de dominação, para refletir a prática em torno da escrita de mulheres negras, e mulheres oriundas de camadas populares, e o impacto desse fazer em suas produções/vidas. (FELISBERTO, 2020, p. 166)

A escrita de nós é um operador teórico da escrita do real, torna-se um gênero de escrita que vem tendo cada vez mais adeptas, uma escrita de corpos negros. “Escrevivência a gente pode pensar em uma escrita que é profundamente comprometida com a vida [...] e sempre em uma escrita marcada pela minha condição, pela minha vivência de mulher negra na sociedade brasileira” Evaristo (2017). Aqui, a minha proposta de se juntar à autoetnografia toma proporções que nos leva a sensações, é uma escrita emotiva, tem afeto, lembranças, dor e revolta, mas é uma escrita crítica que questiona o *status quo* de vidas negras e racializadas.

A autoetnografia: entraves e caminhos da pesquisa

> (...) mas eu digo que a antropologia que não parte seu coração, apenas não vale mais a pena fazer.
> E eu quero dizer isso. Realmente quis dizer isso. Porque meu coração está partido.
>
> (Ruth Behar,1996)

Afinal, somos seres subjetivos. Eu costumo falar muito em subjetividade e que devemos respeitar o nosso tempo, deixar um pouco de ser racional. Em relação à pesquisa, sempre escolho o método que me faz me sentir pertencida ao campo e que tire a visão de "coisa", no sentido do distanciamento que se exige na pesquisa científica, a neutralidade e a racionalidade ao tratar a questão da pesquisa, a busca por um estudo objetivo.

Aqui assumo os riscos de demonstrar as minhas vulnerabilidades. Eu estou alinhada às colocações de Behar (1996, p. 3), quando ela diz que a antropologia nesse molde provavelmente não irá me garantir bolsas em programas de apoio e financiamento de pesquisa. O que tão especial tem uma autoetnografia e escrevivência de corpos de mulheres negras e racializadas? Porém, não faz sentido a antropologia que não "quebre seu coração" (behar, 1996 p. 161), e aqui estou assumindo todos os riscos que já ouvi sobre a escrita de mulheres negras. Lembro-me de González (1988), quando ela fala que nossas falas sempre serão vistas como emotivas, e sabe, eu quero mesmo incomodá-los com essa forma de escrever sobre vidas de mulheres negras e racializadas.

Na minha escrita, não nego a objetividade da ciência, mas assumo que quem escreve é um ser com emoções, que, pelo caminho da pesquisa, eu estou considerando os imponderáveis da vida cotidiana como dados autoetnográficos, que trazem aos olhos realidades, vivências de mulheres que carregam consigo histórias que se entrelaçarão à minha. Por isso, falar de mulheres negras amazônidas, minhas semelhantes, foi a forma que encontrei para mostrar mulheres que existem.

Esta dissertação é como uma bricolagem de operadores teóricos, metodologia e escrevivência (Evaristo, 2005 e 2020); a autoetnografia (Anderson e Glass-Coffin, 2013,) (Ellis et al., 2010), (Adams, et al., 2015) e (Versiani, 2005); a autoetnografia evocativa (Bochner e Ellis, 2016) e, por fim, a percepção de ser afetada durante a autoetnografia e as escrevivências, ou seja, as minhas vulnerabilidades enquanto pesquisadora/antropóloga, a antropologia de coração partido. (Behar,1996).

Sendo a autoetnografia uma metodologia que parte de mim em relação ao campo, busco por meio da experiência pessoal entender a experiência nas dimensões cultural, social e política, o que vai me proporcionar a relação do escreviver do cotidiano.

A autoetnografia, por meio do "eu estive lá", permite-me a descrição das viagens de tia Julia até a cidade de Manaus para o tratamento na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCECON-AM); as conversas de varanda com as minhas primas; as nossas caminhadas nos fins de tarde; minhas idas à casa da tia Julia para levar medicações, sendo, portanto, a autoetnografia "(...) ao mesmo tempo, processo e produto" (Ellis; Adams, Bochner, 2015, p. 250).

A autoetnografia estará no eu pesquisadora junto ao eu das escrevivências, mas não são a mesma coisa, portanto, a autoetnografia concede o "reconhecimento da subjetividade como fator importante no processo de construção de conhecimento" (Versiani, 2005, p. 101). O que vai atravessando o pessoal com o cultural, estou de forma simultânea sendo afetada. Aqui ocorre um distanciamento imperceptível entre mim e as minhas semelhantes, talvez o distanciamento se situa na hora da escrita. Encontro o desafio de utilizar a autoetnografia junto à escrevivência, porém rapidamente resolvida quando me deparo com a reflexão de Ellis et al (2010):

> Consequentemente, a autoetnografia é uma das abordagens que reconhece e acomoda a subjetividade, a emocionalidade e a influência do investigador na investigação, em vez de se esconder destas questões ou de assumir que elas não existem. Além disso, os acadêmicos começaram a reconhecer que diferentes tipos de pessoas possuem diferentes pressupostos sobre o mundo - uma multiplicidade de formas de falar, escrever, valorizar e acreditar - e que as formas convencionais de fazer e pensar sobre a investigação eram estreitas, limitadoras e paroquiais. Essas diferenças podem ter origem na raça (ANZALDÚA, 1987; BOYLORN, 2006; DAVIS, 2009), no género (BLAIR, BROWN & BAXTER, 1994; KELLER, 1995), na sexualidade (FOSTER, 2008; GLAVE, 2005), na idade (DOSSA, 1999; PAULSON & WILLIG, 2008), capacidade (COUSER, 1997; GERBER, 1996), classe (HOOKS, 2000; DYKINS CALLAHAN, 2008), a educação (DELPIT, 1996; VALENZUELA, 1999), ou a religião (DROOGSMA, 2007; MINKOWITZ, 1995). (ELLIS eat al, 2010, p.02)[5]

Por meio da autoetnografia, junto à escrevivência, se dá o encontro com as subjetividades na produção da "escrita de nós", que entrelaça o cotidiano e o escreviver.

> Quando os investigadores escrevem autoetnografias, procuram produzir descrições estéticas e evocativas da experiência pessoal e interpessoal. Conseguem-no começando por discernir padrões de experiência cultural evidenciados por notas de campo, entrevistas, e/ou artefactos, e depois descrevem esses padrões usando facetas de narração de histórias (por exemplo, desenvolvimento de personagens e enredo), mostrando e contando, e alterações da voz autoral. Assim, o autoetnógrafo não só

[5] Texto traduzido com auxílio do software Deepl Tradutor, lido e interpretado por mim, com o auxílio desta ferramenta. Os textos da autora escolhida em questão estão todos em inglês, sendo assim, recorri a esta ferramenta para as traduções.

> tenta tornar a experiência pessoal significativa e a experiência cultural cativante, mas também, ao produzir textos acessíveis, pode ser capaz de alcançar audiências de massas mais vastas e diversificadas, que a investigação tradicional normalmente ignora, um passo que pode tornar possível a mudança pessoal e social para mais pessoas (BOCHNER, 1997; ELLIS, 1995; GOODALL, 2006; HOOKS, 1994. *Apud* ELLIS et al., 2010).[6]

Por intermédio disso é que trago as escrevivências de Gabriele e tia Julia com a assistência médica, suas dificuldades e dilemas, sensações e sentimentos que me fizeram retornar à infância como consta no início desta dissertação, a respeito de um evento que levou a minha mãe a sair comigo do Purupuru para obter ajuda médica em Manaus. Essas experiências não são isoladas de minha família, outras mulheres fazem esses deslocamentos, principalmente as que estão em processo de tratamento de algum serviço médico de alta complexidade.

Com a autoetnografia combinada à escrevivência, busco refletir criticamente as nossas vivências com a assistência médica, nosso deslocamento e acesso aos serviços de saúde. Sou levada a investigar por meio dos diálogos as semelhanças e interpretações pessoais dadas pelas minhas semelhantes e por mim.

Concordo com Versiani (2005), de que eu estou o tempo todo em movimento de adequação dos meus métodos, parto principalmente da busca por humanizar as minhas semelhantes, entro em crise e em questionamento sobre qual é o limite dessa busca, se estou extrapolando as fronteiras da escrita acadêmica e principalmente da produção antropológica.

> Assim, eu diria hoje, pesquisadores da cultura estão em pleno movimento de adequação de seus métodos à pluralização de saberes. Nesse movimento cabe pensar que função pesquisadores da cultura têm a desempenhar numa episteme percebida com e de que maneira os pressupostos teóricos e conceituais por eles assumidos colaboram ou não para a construção dessa episteme. (VERSIANI, 2005, p. 69)

A exemplo desta crise, até que ponto devo estabelecer um limite para a escrevivência e autoetnografia? Demonstro a junção da escrevivência com a autoetnografia num primeiro contato com Dona Teresa e suas filhas, retrato um dos meus consideráveis fracassos, desconsidero a vida cotidiana e as diferenças interseccionais entre mim, dona Teresa e suas filhas nesse momento.

É sobre tomar uma decisão em meio uma caminhada e torcer para que haja sucesso na execução da ideia. Era dia 6 de junho, do ano de 2022, após a caminhada que faço no fim da tarde para alongar as pernas após horas sentadas estudando, lendo e tentando escrever para entregar o primeiro capítulo para a minha qualificação que estava próxima, mas acreditava que

---

[6] Texto traduzido com auxílio do software Deepl Tradutor, lido e interpretado por mim, com o auxílio desta ferramenta.

seria adiada, visto os contratempos que tive. Eu, finalmente consegui ir até a casa da minha colega de escola, a Bianca, e falar com sua mãe, dona Teresa, e suas outras filhas Raquel e Rebeca.

No caminho, ia preparando uma fala, batia um ventinho frio no rosto, tinha lido na internet mais cedo que era tipo uma friagem que estava tendo no Purupuru. Me senti gelada. Seria o vento ou ansiedade de falar com elas? Não sei, mas eu sentia as borboletas no estômago se movimentando. Sentia um pouco de apreensão, e pensava como chegar nelas de forma macia e agradável, que não passasse um ar de alguém que quer somente extrair delas as vivências, as suas histórias de vida. Pensava: "minha fala deve ser direcionada para uma aproximação amigável", mas nada disso funcionou.

Tomei cuidados para não ser desagradável e nem academicista. Cheguei lá como a Rafa, filha da irmã Maria e irmã da Gabi. Primeiro avistei Rebeca que vinha subindo a rua em direção à casa de sua mãe. Vinha com uma sacola grande na mão, com algumas roupas dentro.

- Oi, mana[7], quero tanto falar com você, sua mãe e irmãs, será que podemos? Será que elas estão aí?

- Estão sim, acho que ali atrás, vem!

Fomos todas para a varanda, Rebeca falou que lá seria melhor. Chegando lá, espero a dona Teresa, que estava em algum afazer doméstico. Raquel, a mais nova, estava com um pouco de vergonha, e minha colega da época da escola, Bianca, já estava sentada.

Falamos rapidamente sobre o fato de que nunca falta o que fazer em casa, nisso ela fala que passou o dia lavando roupas e que nem terminou de lavar todas que queria. Realmente, tinham muitas roupas estendidas em cordas na varanda e o cheirinho agradável de amaciante que exalava das roupas estendidas eu tinha sentido antes de entrar.

Me reapresento para elas numa tentativa de resgatar quem eu sou, não falando das minhas posições na academia, mas quem eu sou enquanto Rafaele, filha da irmã Maria Natal. Disse que estudei com a filha dela mais velha, a Bianca, na única escola estadual do Purupuru, estudamos o ensino fundamental, e que eu só tinha saído de lá até a cidade para estudar. E foi assim que comecei a falar o que faço.

Falei que estudo a gente, a sociedade, e conto as nossas vivências. Falei dos trabalhos anteriores e principalmente do que eu já tinha feito em 2019 com a "líder do pitiú", dona Elidia,

---

[7] No Norte temos o hábito linguístico de tratar as pessoas por "mana" ou "mano". Ou seja, mesmo a pessoa não tendo uma relação de parentesco, chamamos de "mana". É um vocativo.

e a Gabriele. Expliquei que contei sobre as nossas vivências de mulheres negras amazônidas, e é isso que venho tentando fazer desde que entrei na universidade: escrever sobre as vivências de mulheres da minha comunidade. E que desta vez eu gostaria muito que, juntas, escrevêssemos sobre elas. Expliquei que a gente iria falar sobre a experiência de cada uma em relação à maternidade.

Elas acharam interessante e aceitaram. Raquel, a mais nova, disse que não tem muita história para contar, mas irá participar. Combinei, que eu estaria disponível para o dia que elas quisessem conversar comigo. Que não seria uma entrevista, mas uma conversa de varanda para falarmos como se deu a maternidade de cada uma, as semelhanças e diferenças, visto que são mulheres de idades diferentes.

Combinei com elas de mostrar os outros trabalhos que eu já fiz sobre mulheres negras, principalmente o último, em que há duas mulheres negras da nossa comunidade, para entenderem mais ou menos o que pretendo fazer junto a elas.

Mas escreviver é feito do real. Retornaria dois dias depois, mas era dia de preparativos de aniversário de uma das crianças da família, então mudamos a data. Remarcamos para o início da semana, era segunda-feira. Cheguei até a casa delas e não tive sucesso, foram vários imprevistos. Retornei mais duas vezes, também sem sucesso, elas estavam sempre muito ocupadas ou estavam de saída à igreja.

Até que mudei de planos, deixei os dias passarem. Fiquei sem saber o que fazer, repensei as estratégias e mandei mensagens dizendo que eu teria de retornar à cidade em breve, pois o período letivo iria iniciar e eu precisava ver onde iria morar durante as aulas, entre outras demandas.

Aqui, percebi os marcadores da diferença, as interseccionalidades. Por mais que eu compartilhe as atividades domésticas de casa, eu não sou completamente responsável por todas as obrigações, além de minha família ser pequena e a minha mãe e meu padrasto me proporcionarem a possibilidade de estudar, eles assumem a maioria das obrigações do lar, o que me possibilita sair no fim da tarde para uma caminhada, além do fato de não ter responsabilidades maternas.

Durante os imprevistos, comecei a repensar quem além da família da dona Teresa toparia estar nessa pesquisa. Foi quando fui visitar a minha tia Julia, e ela perguntou o que eu estava fazendo em Manaus por esses tempos. Daí eu percebi que minha tia e a filha dela talvez aceitariam fazer parte deste trabalho. Falei o que estava fazendo e que estava estudando, expliquei para ela, e ela começou a falar de algumas coisas sobre as suas gestações, que pouco lembrava. Então, visto a abertura, combinei de voltar outro dia para falar sobre a minha proposta

de escrevivência, foi então que minha prima chegou do trabalho, e falei para ela também sobre o que estou propondo escreviver. Assim, combinamos de voltar no outro dia.

Retorno no dia seguinte, e minha tia não estava em casa, mas "não arredo o pé até ela chegar", fico à sua espera. Quando chega, ela fala que era para eu ter fritado banana e ter merendado algo até o seu retorno, após isso começamos a conversar sobre minha ida à sua casa, enquanto eu corto as bananas para fritar, e ela faz um cuscuz para merendarmos.

Ao passo que merendamos à mesma mesa, na varanda coloco meu computador para mostrar algumas fotos que fiz da pesquisa anterior sobre mulheres negras amazônidas e algumas fotos minhas em seminários. Tia Julia pede para ver fotos da minha irmã Gabriele, e a partir daí somos envolvidas por lembranças, ressentimentos pela forma como foi sua partida, e iniciamos o diálogo sobre maternidade, além da experiência de minha tia com a assistência médica.

Escreviver é isso, é o real, os imprevistos são a relação que constituí e que tenho que construir entre mim e as minhas semelhantes. É o cotidiano das vidas de mulheres negras e racializadas que têm de se desdobrarem em várias, estando sempre sobrecarregadas com as demandas domésticas e, principalmente, é perceber quem sou eu nesta relação. Portanto, a autoetnografia junto à escrevivência me chacoalharam para perceber ainda mais essa dinâmica possível entre elas.

> (...) A presença do prefixo *auto,* do grego *autós*, serviria de "lembrete" a impedir a tendência à supressão das diferenças intragrupos, enfatizando as singularidades de cada sujeito-autor, enquanto o termo *etno* localizara, parcial e pontualmente, estes mesmos sujeitos em determinado grupo cultural (...) (VERSIANI, 2005, p. 69)

Compreendo que, mesmo a escrevivência sendo uma escrita de nossas vivências enquanto mulheres negras e racializadas, estamos diante da sociedade em posições diferentes. Assim, a autoetnografia me faz perceber as nossas subjetividades em relação às nossas experiências, nossas vidas estão em entrelaçamento. A autoetnografia se constitui, aqui, de forma evocativa, envolve as experiências vivenciadas por mim e minhas semelhantes. Corroboro com a seguinte posição sobre a escolha da autoetnografia como caminho metodológico junto à escrevivência:

> Primeiro, dado o foco na experiência pessoal, os autoetnógrafos falam contra, ou fornecem alternativas para scripts culturais, histórias e estereótipos (…) Um segundo propósito da autoetnografia é articular o conhecimento interno da cultura experiência. Essa suposição sugere que o escritor pode informar os leitores sobre aspectos da vida cultural que outros pesquisadores podem não ser capazes de conhecer. Uma pessoa que tenha diretamente experimentou opressões institucionais e/ou problemas culturais, como racismo, perda ou doença, pode falar sobre essas questões de maneiras diferentes de outras pessoas que têm experiências limitadas com esses tópicos. O conhecimento interno não sugere que um autoetnógrafo pode articular um conhecimento mais verdadeiro ou mais preciso em comparação com pessoas de fora,

> mas em vez disso, como autores, podemos contar nossas histórias de maneiras novas quando comparadas com a forma como os outros pode ser capaz de dizer a eles. (ADAMS et al., 2017, p. 3)[8]

A autoetnografia presente vem acompanhada de desenhos, poemas, pensamentos anotados em diário pessoal, conexões teóricas assinaladas no caderno de campo, mas não somente. Sigo alguns aspectos tratados por Ellis (2015) como, por exemplo, a experiência pessoal no campo, e digo mais, na escrevivência, está em primeiro plano; apresento aspectos reflexivos e as minhas emocionalidades junto aos sentidos; trago informações e histórias de vidas únicas, porém que remetem a uma problemática social que atinge os corpos de mulheres negras e racializadas, com suas experiências no atendimento médico, apontamentos críticos a respeito de como o racismo construiu mito de corpos negros mais resistentes e, por fim, recorro a intelectuais negras para estabelecer conexões com a realidade por mim apresentada. Santos (2017) traduz e demonstra como a autoetnografia é constituída:

> Nesse sentido, a autoetnografia tem um conjunto comum de prioridades, preocupações e modos de realizar a pesquisa. Essas prioridades da autoetnografia são: a) a experiência pessoal na pesquisa e na escrita vem em primeiro plano; b) apresentar os processos de tomada de sentido; c) usar e demonstrar reflexividade; d) apresentar um conhecimento fruto da informação privilegiada de um fenômeno experiência social (ou cultural); e) descrever e criticar normas culturais, experiências e práticas; e f) procurar respostas nas audiências (com os leitores, pares e sujeitos pesquisados). (ADAMS; ELLIS; JONES, 2015, p. 25-26, apud. SANTOS, 2017, p. 231)[9]

A autoetnografia associada à escrevivência é o operador teórico/metodológico da minha escrita, na qual o Eu e os Outros (minhas semelhantes) interagimos, conversamos, caminhamos, temos engasgos juntas, é uma autoetnografia evocativa. A escrita que trago é simples, mas não simplória, pois, realmente, a linguagem acadêmica imposta é um pouco difícil para mim. Em uma das buscas para escrita, fui angustiada à biblioteca da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, minha busca era por manuais de escrita acadêmica.

Depois de anos de restrições e circulações de pessoas por alguns ambientes, por conta da Covid-19, a universidade liberou o acesso à biblioteca. E, em março de 2022, fui até lá atrás de alguns livros que pudessem me conduzir na minha escrita para a dissertação. Entrei como de costume, esqueci a senha, tentei uma vez, duas vezes, e eu notava silêncio.

---

[8] Texto traduzido com auxílio do software Deepl Tradutor, lido e interpretado por mim, com o auxílio desta ferramenta. Os textos da autora escolhida em questão estão todos em inglês, sendo assim, recorri a esta ferramenta para as traduções.

[9] Texto traduzido com auxílio do software Deepl Tradutor, lido e interpretado por mim, com o auxílio desta ferramenta. Os textos da autora escolhida em questão estão todos em inglês, sendo assim, recorri a tal ferramenta para as traduções.

As únicas coisas que eu escutava eram as reformas que aconteciam em torno da biblioteca e o dedo da bibliotecária batendo nas teclas. Eu não ouvia pessoas como antes, querendo saber qual é o corredor tal, do livro tal, da área tal, aonde vai estar. E era tudo muito estranho, apesar de eu gostar do silêncio, mesmo gostando da sensação de ter um espaço grande, cheio de livros, em que eu pudesse transitar livremente, sem esbarrar em ninguém como de costume é a biblioteca, de vez em quando, a gente se esbarrava em alguém, ou acabava ajudando alguém a localizar um livro. Eu adentrei à biblioteca, finalmente lembrei a senha, depois de um longo período sem frequentar por conta das restrições anteriormente citadas.

Fiz todos os procedimentos, fui para o final, lá ao fundo da biblioteca como de costume, peguei um livro, sentei-me e comecei a passar os dedinhos sobre ele. Pensei: "Putz! Quando eu sair daqui virá uma crise de renite daquelas que duram dois dias, e eu vou precisar tomar um remedinho para melhorar". Enfim, me ocorreram vários pensamentos. Várias, várias memórias legais que vivi dentro da biblioteca com os meus amigos. E sentada, eu observava aquela luz forte sobre os livros, as cores, várias cores, e um silêncio, pois isolei todos os outros barulhos, o barulho do dedo da bibliotecária no teclado, o barulho da reforma. Ficou só eu. No fundo, o barulho do ar-condicionado. Era impossível isolar esse ruído.

Eu me vi cercada de livros e por palavras, queria conhecer novas palavras para o meu vocabulário, e algumas que lia, não sei nem como pronunciar, pois são palavras fora do meu cotidiano, são palavras que jamais usarei em uma conversa com pessoas do meu convívio. E nisso, lembrei de Conceição Evaristo (2008), lembrei do que estou me propondo a escrever nessa dissertação, e como estou me colocando na escrita autoetnografia. E eu lembrei desse poema dela, que é um poema que retrata muito bem meu processo de escrita autoetnográfica e escrevivente:

> Quando eu morder
> a palavra,
> por favor,
> não me apressem,
> quero mascar,
> rasgar entre os dentes,
> a pele, os ossos, o tutano
> do verbo,
> para assim versejar
> o âmago das coisas.
>
> Quando meu olhar
> se perder no nada,
> por favor,
> não me despertem,
> quero reter,
> no adentro da íris,
> a menor sombra,
> do ínfimo movimento.

> Quando meus pés
> abrandarem na marcha,
> por favor,
> não me forcem.
> Caminhar para quê?
> Deixem-me quedar,
> deixem-me quieta,
> na aparente inércia.
>
> Nem todo viandante
> anda estradas,
> há mundos submersos,
> que só o silêncio
> da poesia penetra. (EVARISTO. Da calma e do silêncio. In: Poemas da recordação e outros movimentos, 2008)

A minha escrita é simples, pois não pretendo surpreender a banca avaliadora com eloquência, palavras e conceitos difíceis. Quero que todas as pessoas consigam ler e sejam levadas junto a mim e às minhas semelhantes para as nossas escrevivências. Ou seja, enquanto autoetnógrafa, quero me conectar aos leitores (Bochner & Ellis, 2016) a fim de compartilharmos os engasgos vivenciados por mulheres negras e racializadas, posteriormente irei tratar como esse engasgo se caracteriza na doraridade tratada por Vilma Piedade (2018). Como autoetnógrafa evocativa e neste trabalho, prefiro "falar da maneira como a maioria dos seres humanos falam... os leitores não devem ter que lutar incessantemente para nos entender" (Bochner & Ellis, 2016, p. 79).

A autoetnografia evocativa consiste em: concentrar a atenção nas pessoas; escrever para pessoas reais, ou seja, as quais nunca se comunicaram por meio da linguagem acadêmica; apresentar um texto acessível, que leve os leitores a sentirem-se envolvidos ao ler; na apresentação dos resultados, o autoetnógrafo é afetado; a identidade do autoetnógrafo é presente, pois busca meios que facilite contar as histórias, não foca somente no que está contando, mas como está contando; autoetnógrafos buscam transmitir as emocionalidades vivenciadas e as sensações com o intuito de levar o leitor às mesmas sensações (Bochner & Ellis, 2016).

> Os autoetnógrafos querem torcer e virar a cabeça dos leitores e fazer seus corações baterem mais forte de vez em quando. Queremos evocar sentimentos e induzir os leitores a fazer uma conexão pessoal com as histórias que estamos contando. A nossa escrita não é somente acadêmica; é pessoal e artística também (...) os autoetnógrafos geralmente resistem à tentação ortodoxa da redação das ciências sociais, é importante emocionar para o bem-viver humano. (Bochner & Ellis, 2016, p.80)[10]

[10] Texto traduzido com auxílio do software Google Tradutor, lido e interpretado por mim, com o auxílio desta ferramenta.

Em Handbook of Autoethnography (2013)[11], para a construção do texto *Eu aprendo indo: modos autoetnográficos de investigação*, Anderson e Glass-Coffin (2013) apontam como questão metodológica a seguinte pergunta:

> Quais são os modos de investigação associados às autoetnografias e como eles podem ser melhor apresentados para fornecer alguma orientação para estudiosos atraídos por esse gênero em que o Eu e o(s) Outro(s) interagem, se relacionam e dançam juntos de maneira que desafiam a sabedoria da ciência social mais tradicional? (ANDERSON E GLASS-COFFIN, 2013, p.57)

Respondo-os e concluo que, em minha experiência, a escrevivência se apresenta como um operador teórico e metodológico que dá conta do que me propus a descrever. A escrevivência, junto à autoetnogrfia, são a possibilidade de trazer os imponderáveis da vida, estou entrelaçada às escrevivências de minhas semelhantes, minhas vulnerabilidades estão expostas, rememorar tem sido um exercício bastante delicado, que me traz sentimentos de raiva, não de dor, mas de raiva, por perceber como o meu corpo e das minhas semelhantes estão diante de uma sociedade racista, que nos coloca em posições de não humanidade e não fragilidade. Sigo a escrita autoetnográfica por uma posição ética e sensível, afinal, somos seres subjetivos e estamos fazendo ciência.

[11] Tradução: Manual de Autoetnografia, livro ainda não traduzido para língua portuguesa brasileira.

Em movimento, às vezes em Manaus, às vezes no Purupuru, às vezes na BR-319, mas sempre querendo ficar no Purupuru
(Ensaio fotográfico)

O ano de 2019 já tinha sido tão difícil para a minha família por conta do falecimento da minha irmã mais velha, a Gabi.

Em junho de 2020, consegui retornar ao interior em que minha família materna mora, era um mix de sentimentos, entre eles o tão ouvido nos anos 2020 e 2021: o medo.

Medo.

Medo do que poderia acontecer, com a minha ida para a minha casa no interior. Medo de ver possivelmente uma das minhas sendo ceifada, pelo vírus da Covid-19.

Vivo um constante ir e vir entre o Purupuru e Manaus. Nos períodos letivos sou moradora de Manaus, e em períodos de férias sou moradora do Purupuru.

Estava ansiosa, organizando na cabeça cada passo até chegar perto da minha mãe, tudo pensado: tomar banho, pegar uma roupa que já tenho guardada no meu quarto e deixar as bolsas da viagem para limpar no outro dia, não tocar nelas.

Nas bolsas estavam as medicações de tarja preta da mamãe, ela passou a tomar depois do falecimento da minha irmã para conseguir sobreviver aos dias.

Virou uma loucura, para quê tudo isso?

Era medo, medo de ser possível vetor da Covid-19. Para mãinha, nem "bença" pedi a ela quando cheguei, parecia alguém que não sabia demonstrar afeto, pois as nossas manifestações dele é chegar em casa, tomar a "bença", abraçar e beijar.

Afeto.

Demonstração que algumas vezes se dá pelo toque, o toque e aproximação com o outro era um grande perigo neste período, principalmente para quem trabalhava fora ou estava chegando de outros ambientes.

Ao entardecer do mesmo dia, já acomodada no meu quarto, entrou pela janela um vento frio. Eu dei o nome de solidão, tinha cheiro, cheiro de capim verde cortado e queimado, com mistura de terra molhada da chuva breve que se passou.

Era silenciosa o entardecer, mas não tanto assim, ao fundo ouvia o vento passar pelas folhas das árvores.

Era um entalo na garganta, tipo quando tomamos água e vai junto o ar que aperta o peito.

Vieram-me pensamentos, fui para janela, talvez vendo a lua eu não me sentiria um enorme pesar, porque sinto tal coisa se não conheço essas pessoas, na verdade o sentimento não era somente de empatia pela dor do outro, era mais que isso.

Era sensação de impotência mediante a conjuntura que estávamos passando. E medo das minhas serem acometidas pelo tal vírus, eu acho que não suportaria ver mais uma das minhas irmãs se indo, nem em pensar na mamãe nessa situação.

Silêncio, não deixa alguém ouvir isso.

Ouvi mãinha orar no quarto dela pedindo graça e que Deus concedesse sabedoria às pessoas que fazem ciência para descobrir a cura ou alguma coisa para diminuir o efeito do vírus da Covid-19.

Um vento forte passou, os fios balançaram, trovões anunciam uma forte chuva, falta energia.

Que sensação horrível!

Fria.

Silenciosa.

Perturbadora.

Meu padrasto diz: "Vamos cantar, pois quem canta os males espanta!" A música começava assim:

"Calmo, sereno e tranquilo, sinto descanso nesse viver."

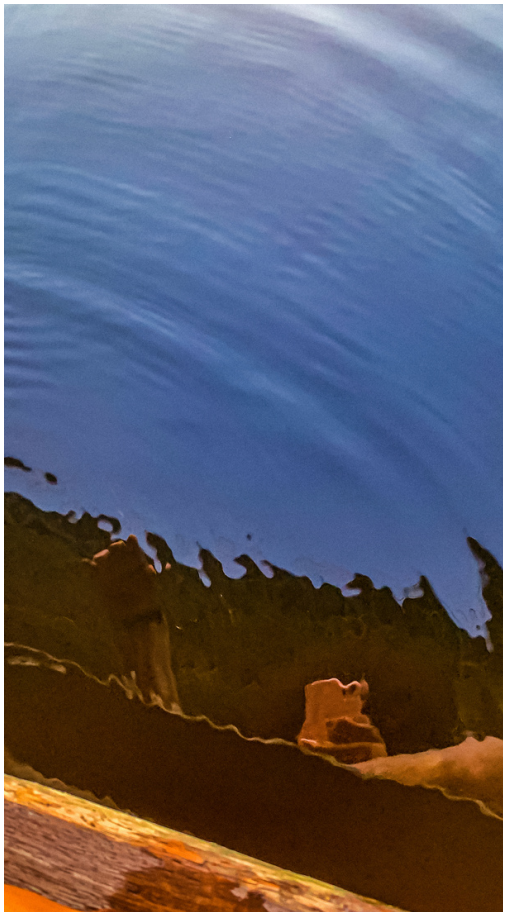
Me recolho para dormir, ouvindo a chuva no telhado e o barulho que a rede fazia quando mãinha se embalava.

Baixinho, eu pedi: "Deus, por favor, cuida das minhas, não suportaria mais um luto."

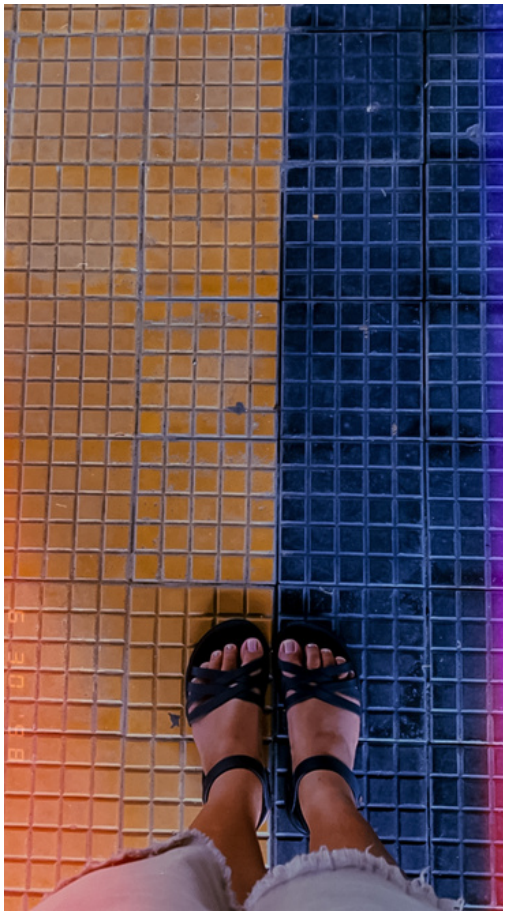
Legenda: Percepção. O aqui e o agora.
Estrada BR-319

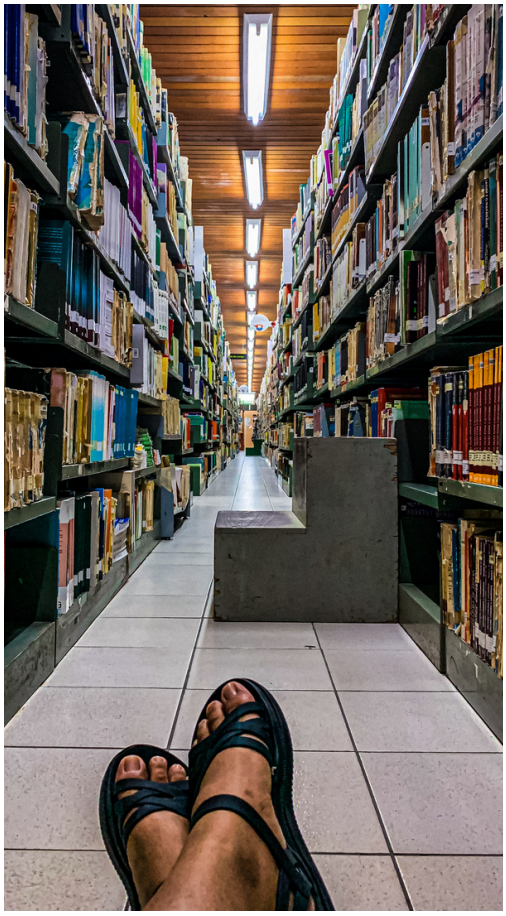


Legenda: Percepção. O aqui e o agora.
Varanda da casa flutuante do avô Nelson

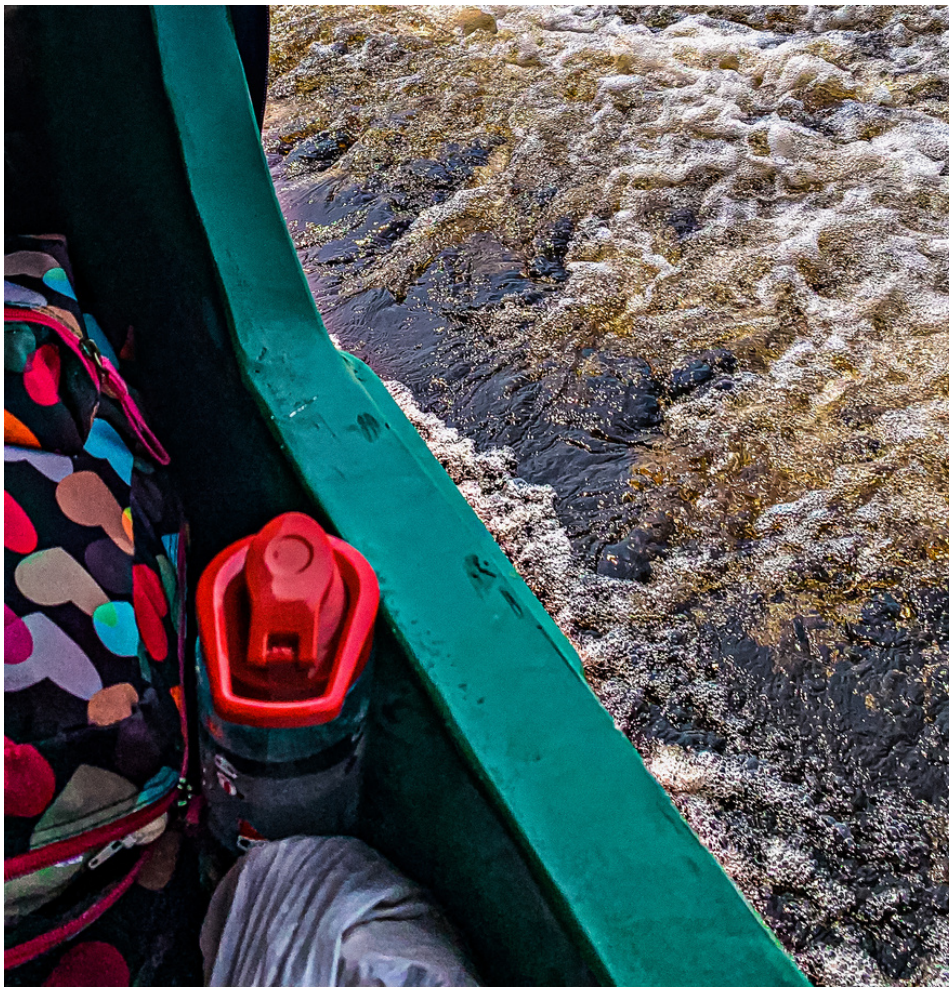


Legenda: Percepção. O aqui e o agora. Universidade Federal do Amazonas-UFAM





Legenda: Percepção. O aqui e o agora. Rio Negro



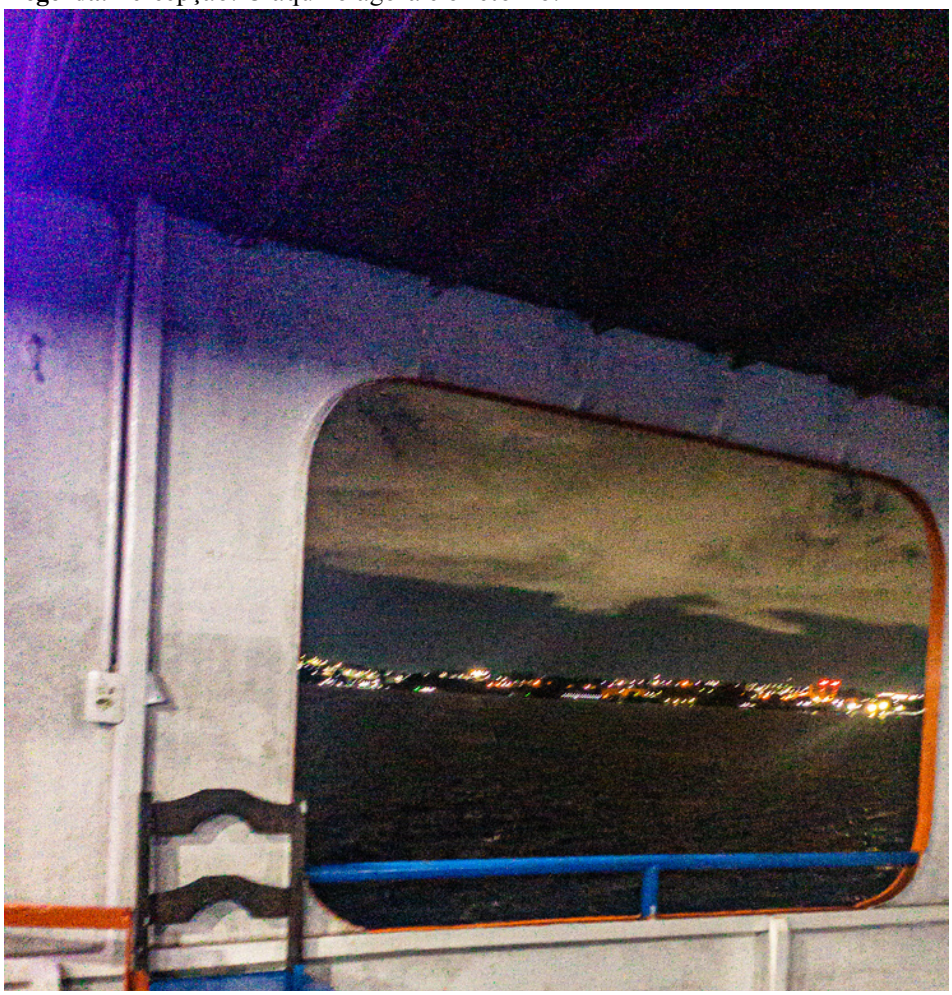
Legenda: Percepção. O aqui e o agora. Rio Negro



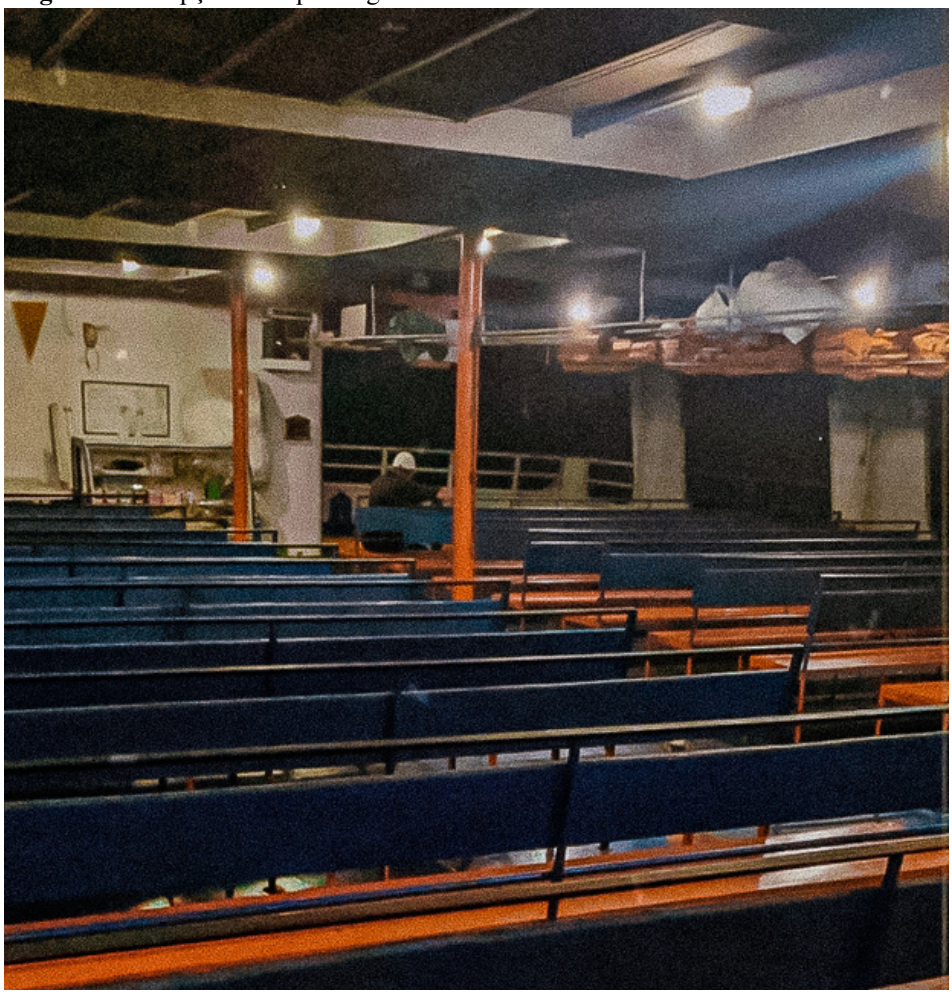
Legenda: Percepção. O aqui e o agora. Aguardando travessia. Ponte rio Curuçá



Legenda: Percepção. O aqui o agora e o retorno.



Legenda: Percepção. O aqui o agora e o retorno.



Legenda: Percepção. O aqui o agora e o retorno.



Legenda: Percepção. O aqui o agora e o retorno.



CAPÍTULO II
CONVERSAS DE VARANDA

> Uma antropologia impura, forjada na fronteira, no entrelugar.
>
> (MELO, 2020, p. 16)

Quando eu era riquinho[12], a varanda era um local em que eu sempre estava, ou nela ou debaixo do assoalho da varanda brincando. A varanda da nossa primeira casa, aqui no Purupuru, era de madeira, assim como toda a casa. Uma varanda um pouco alta e que debaixo dela dava para criar vários mundos, além de me esconder da minha irmã Gabi quando ela queria pentear e prender meu cabelo ou queria me fazer dormir meio-dia. Mamãe me contou que meus cabelos sempre estavam lá pelos altos, ao vento. Quando entrava em casa, estava cheio de teia de aranha, pois ficava debaixo do assoalho.

A varanda era grande, começava na direção da sala e terminava na cozinha. A nossa casa era em formato retangular, comprida, que dava para correr no corredor ao lado da varanda. Ela, a varanda, era um pouco perigosa para as crianças por ser alta, então tinham ripas[13] de madeiras para evitar acidentes.

Nesta varanda, ficavam alguns utensílios da roça e de pesca, como enxadas, terçados de capinar, enxadecos, boca de lobo, peneiras, tarrafa, malhadeira e os remos, tanto os remos que eram usados para remar na canoa quanto os remos de mexer a massa da mandioca no forno da casa de farinha.

Tinham armadores de rede na varanda de casa, uma escada que dava acesso ao quintal. Mamãe gostava de sentar-se na escada para me dar a merenda da tarde, ela costumava me oferecer ovos de galinha caipira, que tínhamos no nosso quintal, fazia batidos até ficar bem fofos como nuvens, porém nuvens amarelas por conta da pigmentação, misturava com açúcar e farinha amarela, que ela e meu padrasto faziam. Ela me dava essa comida com o intuito de me deixar forte, porque eu era bem magrinha, que nem um riquinho, segundo conta a mamãe.

Quando a produção de bananas, abacaxi, macaxeira, farinha e goma era muito grande, ficavam na varanda. Lembro perfeitamente a mistura desses cheiros entrando pela janela do

---

[12] Apelido me dado quando criança. Forma carinhosa que meus familiares me chamavam. Segunda a mamãe, riquinho por ser magrinha, na época, e me parecer um passarinho que aqui alguns chamam de "riquinho", que é o mesmo que o periquito rico.

[13] Madeiras finas, em formato retangular.

corredor de casa. Às vezes, minha mãe fazia bolinho de chuva quando haviam muitas bananas maduras. Recordo que ela colocava os bolinhos num recipiente, e íamos até varanda misturar com açúcar e canela. Em algumas ocasiões, levávamos vários para dar na igreja; outras, ela dava entre os vizinhos.

Durante os jogos da copa do mundo, recordo a de 2002. Os moradores do Purupuru fizeram uma cota para o gerador de energia funcionar nos dias do jogo do Brasil, pois ainda não tínhamos luz elétrica 24h. Alguns vizinhos, que não tinham televisão, vinham para a nossa casa e ficavam da varanda assistindo ao jogo.

No flutuante da vovó Salvina, mãe de minha mãe, também tinha varanda, era cercado dela, e foi na varanda do flutuante da vovó que eu aprendi a nadar. Na parte da frente da varanda de seu flutuante ficava a parte rasa do rio, lá eu dava meus primeiros mergulhos quando criança. No lado esquerdo, era o lado do rio mais fundo, esse lado era usado para lavar roupas e louças, somente as pessoas grandes e quem sabia nadar ficavam daquele lado, por isso mamãe não deixava eu me aventurar em um mergulho desse lado da varanda do flutuante de minha avó.

Às vezes, a vovó, com malinesa[14], me pegava e me jogava no meio do rio para perder o medo de nadar. Era desesperador e divertido. Ela fazia isso, mas se eu demorasse a chegar na varanda do flutuante, ia me buscar. Não fazia sem me observar, um modo um pouco estranho de fazer com que eu tivesse coragem de nadar para a parte mais funda do rio.

Quero perder o medo de outras coisas como, por exemplo, do observador cruel da escrita acadêmica, que acusa a todo instante que minha escrita não é tão útil para a academia. Bem que minha avó poderia me jogar em algum lugar para perder esse medo! Talvez a minha orientadora, profa. Flávia Melo, me jogue em um seminário e diga: “Te vira”, mas deixando em negrito que estará me orientando e dando suporte até eu perder esse maldito medo.

Essas são as lembranças que tenho da varanda, um local familiar, de afetos e espaço útil para a casa, situei as minhas lembranças dela junto à da mamãe para demonstrar como ela se torna uma serendipidade nessa dissertação.

A maioria das casas do Purupuru tem varanda, um local geralmente mais aberto e com espaços para atar rede, colocar cadeiras e mesas. Na casa da tia Julia, a varanda é atrás, junto à cozinha, e por onde entra na casa. É um lugar aberto, onde ficam os utensílios domésticos de cozinha, como a pia, o fogão e a geladeira. É uma casa pequena, com duas divisões: a parte da frente, que é o quarto, a parte fechada da casa, e atrás, a varanda e a cozinha. Na casa da tia

[14] Nesse sentido, a palavra remete a uma atitude brincalhona e travessa da minha avó para comigo.

Cristina, a varanda é na frente da casa próximo à rua, e na lateral esquerda, na casa da minha prima Cassiane, a varanda é na frente da casa próxima à rua. É sempre neste local que nos encontramos: na varanda.

Situo os meus esforços de trazer a varanda pela ideia de serendipidade em Melo (2020), quando a autora analisa a escrita antropológica de duas orientandas e os sentidos por elas dado aos feminismos e à antropologia, partindo das suas trajetórias acadêmicas e suas vivências.

As conversas de varanda consistem em diálogos descontraídos e o meu envolvimento na dinâmica cotidiana das minhas semelhantes, na tentativa de escreviver as suas experiências com a assistência médica, no caso, durante a gestação, parto e puerpério de tia Cristina e minhas primas Cassiane e Pila.

Mesmo recorrendo aos manuais de antropologia, principalmente de etnografia, percebi a necessidade de algo que me colocasse em contato com as minhas iguais, que correspondessem às nossas realidades, visto que já nos encontramos entrelaçadas em nossas vivências, mas eu precisava de meios e estratégias de descrever, o que pretendo na presente dissertação com as nossas vivências situadas.

Eu não me situo numa condição de forasteira, "um ocidental traiçoeiro", diria Wagner (2010), ou até mesmo sigo o manual da prática antropológica funcionalista. Aqui me chama a atenção a criticidade de Bastide (1979) a Malinowski, quando afirma que a forma de etnografia descrita por Malinowski seria uma maneira de "treinar os futuros colonizadores nos métodos da etnografia" (Bastide 1979, p.16). Malinowski é o intelectual mais conhecido pelos estudantes de Ciências Humanas e Sociais, com o seu livro *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Sendo conhecido como um dos principais trabalhos de campo e que, de certo modo, Malinowski organizou de forma metodológica a etnografia que até hoje é utilizada na maioria dos trabalhos antropológicos, senão em todos.

Se estou entrelaçada com as minhas semelhantes, no sentido de "Como os fios de uma corda, vidas se entrelaçam e se sobrepõem" (Tim Inglod, 2017, p. 7), eu me vejo diante da necessidade de pensar o fazer antropológico nos moldes não convencionais, porém acionando as noções de reflexividade, diálogo e interação social. "A interação humana na realidade social é simultaneamente ação e ciência, visto que ela permite, ao mesmo tempo, modificar o mundo e, ao mudá-lo, conhecê-lo." (Bastide, 1979, p. 6).

Eu sabia que na varanda teríamos trocas, eu e minhas semelhantes (Eu e o Outro), durante os nossos diálogos e interações, sejam nas conversas de varanda, sejam nas caminhadas. Aqui, o Outro (minhas semelhantes) não é distante, ambos estamos envolvidos no campo, no diálogo e nas escrevivências, e essa pesquisa é feita com ambas.

Durante algumas conversas, eu tinha a sensação de que estava me intrometendo demais em alguns assuntos, como, por exemplo: ninguém sabia que a Pila estava grávida, somente a tia Cristina, que é agente de saúde, e a tia Julia, que é sua mãe. Pila não havia contado para o restante da família ainda, e não contou. Pila sofreu um aborto espontâneo, somente assim a família soube que ela estava grávida. Eu guardei segredo, também não contei para a mamãe, nem à vovó Salvina, mas agora elas já sabem e posso colocar aqui nesse texto. Há outras trocas da vida privada delas que optei por não trazer à dissertação.

Eu tinha noção que poderia ocorrer também estranhamento entre o Outro e a pesquisadora (as minhas semelhantes e eu), pois mesmo sendo da família, eu estava acessando camadas de suas vidas, não queria me comportar como "um forasteiro excêntrico, intrometido, de aparência curiosa e estranhamente ingênuo vivendo entre elas" (Wagner, 2010, p. 34). Por isso, todo o cuidado e a busca por estratégias para humanizar as nossas relações.

Faço essas reflexões entendendo as minhas posições de acadêmica, a qual busco contar a história das minhas semelhantes, sem generalizar as nossas experiências, porém que fazem pensar como tantas outras mulheres negras e racializadas vivenciam uma assistência médica que nos desumaniza.

Nas conversas de varanda, o diálogo foi fundamental, não somente o diálogo por si só, esvaziado de sentido e significado, mas o diálogo que proporciona um potencial na comunicação entre mim e minhas semelhantes. Aqui, elas apresentam os sentidos e noções para a intervenções que tiveram durante a gestação, parto e puerpério, e foi nessa abertura do diálogo que percebi que a noção de violência obstétrica não era êmica, minhas semelhantes não atribuíam os mesmos sentidos que eu à intervenção médica sobre seus corpos, aspecto que tratarei mais à frente durante as nossas conversas.

Se não estivermos em uma relação dialógica, teríamos somente uma noção, sendo assim, o diálogo inibe uma narrativa predominante (Crapazano, 1991). Me atentando aos sentidos e significados dados por elas, a ponto que me permiti interpretações por intermédio de suas escrevivências, nessas conversas de varanda ocorre a reflexividade. Me asseguro em Conceição Evaristo (2020) a respeito desta reflexividade:

> Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (...) afirmo que a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso. A Escrevivência é uma escrita que não se contempla nas águas de Narciso, pois o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. E nem ouvimos o eco de nossa fala, pois Narciso é surdo às nossas vozes. (EVARISTO, 2020, p. 38)

A reflexividade me coloca em relação com as minhas semelhantes de forma a envolver a dualidade rica da antropologia: a identidade e alteridade. A reflexividade pode ser entendida "como o retorno a si mesmo e à sua atividade são os únicos remédios contra o intelectualismo e os meios para melhorar a qualidade de uma dada investigação" (Ghasarian, 2008, p. 18).

Esse retorno a si mesmo não carrega aspecto narcisista, mas sim de pensar e repensar as práticas em campo, de como eu fui atravessada pelas escrevivências de minhas semelhantes, e do quanto as nossas vivências são um entrelaçamento, não estão isoladas de outras mulheres.

Percebo isso na tese de Melo (2020), quando retrata os deslocamentos de suas interlocutoras de Benjamin Constant/AM até Manaus em busca de assistência médica, assim como a dissertação de Campos (2018), ao relatar as experiências de suas interlocutoras com assistência médica em Benjamin Constant/AM, em relação ao parto e também aos deslocamentos feitos por elas entre as cidades fronteiriças. Observo em sua dissertação o desconhecimento das interlocutoras a respeito da violência obstétrica, que na época da etnografia de Campos (2018) era conhecida pela OMS como violência institucional.

Aponto como o trabalho do cuidado recai sobre as mulheres, conforme Ianna (2022) apresenta na luta por moradia e em movimento político como lideranças de ocupação em Parintins/AM. Além da vida política, elas carregam a responsabilidade do cuidado pelos seus, e pontuou que nossas experiências não estão isoladas em relação ao trabalho de cuidar, por meio da tese de Pimenta (2019), que etnografa e conclui que a maioria das mortes de mulheres na Serra Leoa estavam relacionadas ao trabalho de cuidar, ou seja, como ela chama o cuidado perigoso, se referindo ao cuidado de pessoas acometidas pelo vírus do ebola.

Principalmente nos trabalhos de Leal (et al., 2017), que demonstra que mulheres negras e pardas estão mais vulneráveis à violência obstétrica, e de Lima (2013), que traz os piores indicadores entre mulheres negras, pardas e indígenas em relação a mulheres brancas, a respeito da violência obstetrícia, a pesquisadora sinaliza que as violências mais relatadas por estas mulheres foram: episiotomia, a manobra de Kristeller, e o impedimento de acompanhante no parto. Essas outras pesquisas se dão em outros territórios, mas observo os aspectos interseccionais e o quanto as experiências de mulheres negras e racializadas são parecidas em diferentes localidades.

Noto também no trabalho de Martin (2006), ao descrever incidentes específicos descritos por suas interlocutoras no seu trabalho *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*, como os corpos de mulheres estão sujeitos a manipulações e intervenções médicas, e o poder que a medicina tem sobre os corpos das mulheres, negras e racializadas ou não. Nesse

mesmo trabalho, ela situa aspectos interseccionais na assistência médica ao observar outros trabalhos realizados em paralelo ao dela:

> Um fator, adicional na assistência médica oferecida às mulheres das minorias é, obviamente, o comportamento incutido nos médicos durante o curso de medicina e mesmo depois (...) durante seu trabalho de campo em hospitais, Diana Scully descobriu que pacientes pobres e negros são abertamente considerados objetos de escárnio (...) (MARTIN, 2006, p. 240)

Durante as conversas de varanda, mesmo em meio ao meu envolvimento, vou pontuando as vivências semelhantes de minha tia e primas com assistência médica, portanto, considero as conversas de varanda como uma manifestação da serendipidade em meu campo, pois "O princípio da serendipidade ou "a arte de fazer descobertas não procuradas" (Rival; Salazar, 2013, p.178 *apud* Melo, 2020, p.12) seria, portanto, a essência da teoria etnográfica, ao perceber a reflexividade e o diálogo presente nesses diálogos. Mais uma possibilidade junto à experiência de escreviver as nossas vivências.

Quando fui ao encontro das primeiras possíveis mulheres negras e racializadas para propor as escrevivências, vi diante de mim o que Veeda Das diz a respeito dos limites da investigação. Iniciei com altas expectativas e principalmente com os limites definidos. Veena Das pontua que na investigação não se deve definir os limites (Difruscia, 2010), e meus limites eram extrair narrativas de violência obstétrica, minhas noções estavam estabelecidas, porém fui atravessada de tal forma que descobri os limites que teria diante o tema proposto, a ponto de modificar o enfoque durante o campo, mas não me distanciar, além de buscar dentro da minha família escrevivências que me proporcionaria um escreviver junto às minhas semelhantes.

Nessas tentativas e nos limites de descrever as vivências de mulheres negras e racializadas por meio da escrevivência, busquei caminhos para tornar a escrita mais antropológica possível, por isso a importância da serendipidade no meu modo de fazer antropologia:

> A importância da serendipidade talvez esteja relacionada ao que Marcio Goldman (2006) considera o cerne da antropologia: estudar uma experiência humana através da experiência pessoal. Por esse motivo, o trabalho de campo é fundamental, pois nele se experimenta a socialidade, principal ferramenta da pesquisa antropológica (p. 167). Diferente das teorias nativas e científicas, o saber antropológico advém justamente da relação entre "um saber científico sobre os outros" e "um diálogo com os saberes desses mesmos outros" (GOLDMAN, 2006, p. 163) cujas condições de possibilidade são experimentadas no campo. Nesse sentido a teoria etnográfica está a meio caminho e, por essa razão, a antropologia pode ser considerada uma disciplina na fronteira, forjada na relação entre saberes. (MELO, 2020, p. 12)

Nesse capítulo, trago as conversas de varanda com a tia Cristina e minhas primas Cassiane e Pila. Se faz presente também as escrevivências de tia Julia e da minha irmã Gabriele. A escrevivência de minha irmã se dará por intermédio de minha memória e material guardado de uma pesquisa anterior, em que gravei os nossos diálogos a respeito de sua vivência com a assistência médica e a construção de sua identidade enquanto mulher negra. Conto com o suporte da minha mãe, com as suas intervenções, uma escrevivência feita por muitas mãos. A minha experiência pessoal está pautada ao perceber meu corpo negro como o da minha irmã, suscetível às ações médicas que ela vivenciou.

Minha noção de varanda é situada, não estou observando de longe como Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala* (2001), que lê o mundo por meio de sua ótica, a da casa grande. Eu não. Estou junto, envolvida na dinâmica da varanda, do entrar e sair, de fazer merenda, de receber a visita, de ajudar a preparar a comida, de demonstrar afeto, de um local que proporciona encontros, de ouvir as dores de quem se encontra meses sem sua principal medicação.

Estou na varanda pensando que a nossa escrevivência não é romântica e harmoniosa, e que jamais servirá "como histórias para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (Evaristo, 2007, p. 21). Penso a varanda, portanto, como um dos locais principais para os encontros e nossas conversas familiares.

Em levantamento bibliográfico, percebi que essa tendência da varanda como um local de partilha é comum nos interiores do Brasil. Ana Damásio (2020), realizando sua etnografia, sempre se encontrava nas varandas das casas das mulheres de sua família, em Canto do Buriti/PI. Quando percebi essa semelhança vi a potencialidade da "etnografia de varanda", não nos moldes de Malinowski ao observar os trobriandeses, porque a minha varada não é a de Gilberto Freire (2001), nem a de Malinowski, não é, pois estou em uma relação que ocorre reflexividade, diálogo, escuta.

Essa varanda tem semelhanças com a de Ana Damásio (2020), "um espaço não apenas físico, mas também imagético" (p.25), porém, aqui no Purupuru é um local de encontro, transição e de partilha. Aqui o Outro não é distante, no caso, minhas semelhantes, além de que os nossos diálogos nunca seguiam um padrão e não tinham um roteiro de perguntas e respostas, estávamos imergidas no cotidiano, o que às vezes tornava a minha captura do que ouvia mais difícil pelas sobreposições de falas e de conversas paralelas que iam surgindo:

> "Dona Julia, a senhora tem açaí hoje?"; "Boa tarde, Julia, como vai por aí?"; "Ei, Pila, bora jogar bola hoje no fim da tarde!?"; "Boa tarde, irmã Maria, só se embalando,

> né!"; "Irmã Maria, vou levar uns galhos de cidreira!"; Dona Salvina, cadê o almoço?"; "Passe lá em casa para pegar uns tucumãs!"" (Caderno de Campo, 2022)

As varandas são próximas às ruas, e é muito comum quem passa na rua se comunicar em voz alta com quem está na varanda, eram essas ou mais intervenções.

> Assim, a varanda pode ser lida como espaço moral, breviário e regulatório das relações entre as pessoas em algumas cidades pequenas. Levando então em consideração muitas vezes que em algumas cidades do interior brasileiro a rua pode estar, literalmente, na porta de casa, justamente pela ausência de muros. (DAMÁSIO, 2020, p. 64)

Como já dito anteriormente, minha escrita antropológica não segue um padrão, a antropologia que estou fazendo neste momento é "impura" ao olhar canônico de fazer etnografia, ela é entrelaçada com corpos de mulheres negras e racializadas, e feita por uma mulher negra de um interior do Amazonas. Entendo mais, que o fazer antropológico não se faz no isolamento, portanto, as relações no campo influenciam na minha prática antropológica. Assim, a varanda é o local onde se dava as maiorias de nossas conversas.

Experiências na assistência médica: gestação, parto e puerpério

> Eu ficava caladinha para não sofrer mais.
> (Cassiane,2022)

Antes do texto, quero apresentar minhas semelhantes:

Começar pela minha irmã Gabriele (Gabi), mulher negra amazônida, agricultora, filha mais velha e a minha referência de mulher negra. Aqui, presente, as minhas vivências com ela e nossos diálogos. Gabi é filha de Maria de Fátima (nossa mãe), na época estava na quarta gestação, aos 35 anos. Mãe de Raquel, a primeira gravidez, e na adolescência, Gabriel, Pedro e Abener, filhos da juventude. Nas três primeiras gestações, deu à luz em maternidades de Manaus, e a última, na unidade hospitalar do Careiro.

Tia Eliene (tia Julia), 52 anos, agricultora mulher amazônida racializada, iniciou seu tratamento oncológico em 2018, mãe de quatro adultos, uma mulher e três homens: Marcos, Raquel (Pila), Jonas (Homem) e Jair (Nego). Tia Júlia é a quarta filha da minha avó Salvina, mãe da minha mãe. Sua escrevivência estará situada na sua vivência com o tratamento oncológico em Manaus.

Tia Eliete (tia Cristina), 38 anos, mulher amazônida racializada, atualmente é agente comunitária de saúde no Purupuru, teve quatro gestações, e é mãe de três jovens. Sua primeira

gravidez, de Ewelyn, foi aos 18; de Mateus, aos 19; e de Júnior, aos 22 anos. Nas duas gestações deu à luz em maternidade de Manaus, e a última em uma unidade hospitalar, ou seja, no hospital do município do Careiro.

Raquel (prima Pila), 31 anos mulher amazônida racializada, teve quatro gestações. A primeira foi aos 16, de seu filho Victor; a segunda, aos 18, de Renan; e a última, de Thais, aos 20 anos. Seus partos foram na unidade hospitalar de Careiro. Pila, atualmente trabalha na escola municipal como merendeira, mora com a tia Julia e com seus três filhos.

Cassiane (prima), 28 anos, mãe de duas meninas, atualmente é professora do ensino fundamental, na escola municipal do Purupuru. A primeira gestação foi aos 15 anos, de Cassandra; e a segunda gestação foi de Ruane, aos 20 anos. Seus partos foram em uma maternidade de Manaus.

Esse é o momento em que, na varanda, eu, tia Cristina, minhas primas Raquel e Cassiane conversamos sobre suas experiências durante as gestações, parto e purpúreo.

Em outubro, o clima amazônico é um dos mais calorentos, as varandas são perfeitas para passar os dias quentes. Foi em um final de tarde que consegui conversar com todas, pois ambas as primas trabalham durante o dia, e não conseguíamos conversar de forma mais consistente. Durante as nossas caminhadas de final da tarde, as conversas eram diversas, mudávamos constantemente de assunto, até mesmo quando chegávamos na casa da tia Julia, sendo assim, eu não conseguia obter muitas informações, mas era um meio importante para conduzir alguns pensamentos para as estratégias de como conseguir promover as nossas conversas de varanda.

Fiz um grupo no WhatsApp com as minhas primas e a tia Cristina, e fui por lá vendo as nossas possibilidades de nos sentarmos e conversarmos de forma que teríamos uma pauta única: as vivências delas com a assistência médica. Combinamos o dia, e finalmente conseguimos uma conversa de varanda um pouco mais demorada, ouvindo cada uma delas, além das tantas outras conversas que já tínhamos.

Dedico essa parte às escrevivências dessas minhas três semelhantes. Delas, a minha prima Pila é a que menos fala, talvez pela timidez, mas compartilhou algumas coisas conosco.

Convido-as para, junto conosco, entrelaçar as nossas vivências, para pensamos juntas quantas vezes nossos corpos já foram violados e como isso reflete em nossas vidas, mas quero que faça isso na medida que se sentir confortável, afinal, nem sempre recordar um evento é agradável. Caso queira, faça como um exercício reflexivo e sinta o engasgo.

Conversa boa de varanda é aquela que tem comida, então levei um pão caseiro feito pela mamãe, e tia Julia disse que era para deixar que o café ela faria. Eu fui a primeira a chegar em

sua casa, esperei as meninas chegarem do trabalho. Raquel chega primeiro, ela é merendeira na escola municipal do Purupuru, posteriormente chega a Cassiane, toda bonita e arrumada, com um batom vermelho brilhoso, tinha saído da escola mais cedo, ela é professora na rede municipal de ensino.

"Colega, tu achas que vai tirar foto é?", pergunta Pila para Cassiane em tom de brincadeira. "Eu não, nem quero tirar foto! Tu não vais fazer foto não, né, Rafa?"; "Vou já lá na tia Cristina torar o punho da rede dela pra vim prá cá com a gente", fala Cassiane pelo fato de a tia Cristina estar demorando, mas a sua demora tinha uma explicação.

Tia Cristina chega, se acomoda entre a gente. Começou a falar sobre seu atraso. Conta que não estava bem, percebo em sua voz uma certa rouquidão e seu olhos inchados. Na noite anterior foi conturbado, pois o filho mais novo dela havia sido vítima de violência policial. Os policiais, recém-chegados no Purupuru, em uma rota noturna, perguntaram ao adolescente se não tinha casa para estar na rua tão tarde da noite, e ele, com medo, deu sinais de que iria correr. Nisso, foi espancado pelos policiais. Titia estava sentido um misto de sentimento, e um deles era raiva:

> *Sabe, filha, a vontade que dá é de tacar fogo nessas viaturas, qual o perigo meu filho apresentava à sociedade? O menino estava voltando para casa, ele estava na casa da namorada dele. O que esse menino ia fazer? Eu estou com tanto ódio, desculpa se eu não conseguir ajudar você no momento (Tia Cristina).*

Contextualizo a ela que isso é tão comum e uma lástima, que jovens periféricos, pobres, pretos e pardos são lidos como ameaça ao Estado, e precisam ser punidos de alguma forma, pois na estrutura racista e punitiva desse Estado, essa forma de vigiar e punir é eficaz, ou seja, necropolítica de quem são os corpos a serem punidos, quem pode viver ou morrer (Mbembe, 2017).

Na nossa família temos muitos adolescentes na idade do filho da tia Cristina. Meus sobrinhos Gabriel e Pedro Henrique, filhos de Gabi, são um dos nossos maiores cuidados aqui no Purupuru por causa dessa forma de abordagem policial, meninos negros que muitas vezes vão à quadra jogar futebol. A regra aqui em casa é bem restrita: nada de Biel e Pedro depois das dez horas da noite na rua.

Percebendo a sua aflição ao seu desabafo, aproveito para conduzir uma pergunta sobre as suas gestações para ser o ponto de partida dos nossos diálogos. Além de aflita, ela queria ajudar a tia Julia a tratar[15] o peixe que meu primo havia pegado no rio, sendo assim, ela

[15] Limpar o peixe.

precisaria se ausentar e eu não queria tornar o nosso diálogo daquele momento um fardo a mais a ela.

Tia Cristina[16] teve três gestações e um aborto, sendo uma menina e dois meninos, o aborto ocorrera uma semana antes, foi aborto espontâneo. Ela ainda estava em recuperação do procedimento médico que precisou fazer, por isso ela estava tão angustiada, além da questão da noite anterior.

A primeira gestação, para ela, foi a mais complicada, assim como de Raquel e Cassiane. Noto que a falta de experiência é um fator marcante para elas em relação à primeira gestação, pois com a falta de experiência, fica mais propenso o Outro intervir sobre seus corpos. Outra semelhança foi ter que se mudar para a cidade, seja o Careiro, seja Manaus, até chegar o dia do parto, e ficar os dias necessários ou serem liberadas para retornar às suas casas no Purupuru.

> *Para ir a Manaus, eu ia de barco, sozinha. Nas consultas, o pai da minha filha chegou a me acompanhar em umas três, mas depois eu fui sozinha. Faltando 20 dias para parir, fui a Manaus, quem foi comigo foi a Julia. Quando eu estava em Manaus para ter minha primeira filha, a cada contração eu achava que iria parir, aí eu ia para maternidade, mas o médico dizia para voltar para casa, que ainda não era chegada a hora. Aí eu me perguntava qual era o momento certo, hoje eu sei, uma por ter parido mais duas crianças e outra pela experiência de ser agente de saúde. (Tia Cristina)*
>
> *Eu fui mãe nova, muito inexperiente, foi difícil, eu não tinha profissão, me tornei mãe e esposa muito cedo. Eu já tive toda a assistência de pré-natal aqui no Purupuru, apenas não os exames, que precisavam ser feitos em Manaus. Eu engravidei com 15 anos. Para ir a Manaus fazer exames, o pai da minha filha ia comigo, mas para parir eu fui um mês antes. Eu tinha medo de parir pelo meio do caminho, daí fui bem antes. Foi eu e o pai dela, nos mudamos um mês antes para eu parir em Manaus. (Cassiane)*
>
> *Minha primeira gestação foi com 15 anos, do meu filho Victor. O pré-natal, eu fiz aqui pelo posto, somente os exames que não. Todos os meus filhos, eu parir no antigo hospital do Castanho, eu me mudava para a casa do tio Aldair e ia uns quinzes dias antes. (Pila)*

Esses deslocamentos para o Castanho ou Manaus por busca de assistência médica são comuns entre as comunidades, principalmente por questões administrativas e divisões de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Mais à frente, dedico um capítulo para demonstrar os deslocamentos feitos pela minha irmã Gabi, que maximizou a sua condição no momento após o parto, e os deslocamentos de tia Júlia para ter atendimento de alta complexidade, no seu caso, o tratamento do câncer de útero. Dos deslocamentos, tia Cristina pariu os dois primeiros filhos em Manaus, e o último, na unidade hospitalar do Careiro

[16] Vou deixar registrado aqui mais uma vez para que não se percam. Tia Cristina é a mesma pessoa que tia Elite, a prima Raquel é a mesma pessoa que a Pila.

(Castanho). Já Cassiane, pariu as duas filhas em Manaus, e Pila teve todos seus partos no Careiro (Castanho).

Outra semelhança que notei foram as "dedadas[17]". Todas as vezes que iam à maternidade, quando sentiam dores, o médico realizava o exame do toque vaginal nelas, ou até mesmo quando já se encontravam na maternidade. O toque vaginal (exame cervical) tem o intuito de avaliar a dilatação do colo do útero, para poder realizar o parto por via vaginal. Segundo elas, é um dos piores entre outras coisas ruins que experimentaram antes do parto.

A Organização Mundial de Saúde, em 2018, deliberou e mudou os parâmetros para o exame cervical, ou seja, para saber se a pessoa gestante está tendo uma boa evolução no trabalho de parto, não é mais considerada necessária a avaliação de uma em uma hora, fica deliberado que se deve fazer em um intervalo de pelo menos quatro horas e pelo mínimo de profissional possível.

> *Deus me livre, recebi muitos toques! "Deite-se aqui pra gente ver se o bebê tá coroando", foram muitos toques. (Tia Cristina)*
>
> *Sim, tia. Eu bem lá agoniada, com dor, vem um e "PAM! Dá-lhe dedada em mim, nem passava muito tempo, e de novo, e eu percebi que não era mais o mesmo médico. Toques vaginais na gestação da Cassandra foram entre doze e quinze vezes, da Ruane, uns dez. A gente fica muito dolorida, tanto que a primeira que fez o toque foi uma estagiária, a unha dela estava grande e eu senti que me machucou por dentro, eu lembro, se tem uma coisa que eu lembro é dessas dedadas. (Cassiane)*
>
> *Eu nem lembro, mas eu também levei algumas e sinceramente nada mudava. O menino não queria nascer, deve ter ficado com medo do dedo, o que lembro mais foi o da Thais, eu levei uma e essa marcou. (Pila)*

O corpo da pessoa gestante tem servido de objeto nas unidades hospitalares, não tem autonomia e muito menos a liberdade de escolha (Martins, 2006). Percebo a falta de autonomia e de escolha nas experiências de minhas semelhantes, as "dedadas" por elas ditas ocorriam algumas vezes sem nem mesmo serem comunicadas de que o procedimento seria realizado, ou era algo do tipo: "Abre as pernas, deixa eu ver se essa criança já vem", conforme pontuado por uma delas.

Outra questão em comum era a respeito das idades. "Isso foi bem na escola, né?", perguntou uma técnica de enfermagem para minha tia Cristina, que na época estava com 16 anos. Cassiane e Pila também engravidaram nessa mesma faixa etária, tendo que conciliar escola, vida doméstica e gestação. Além de ouvirem as indagações a respeito de suas gestações nos atendimentos médicos, sempre com tons punitivos e de culpabilização, uma delas comenta

[17] Como elas nomeiam o toque vaginal, exame para verificar a dilatação do colo do útero.

durante o nosso diálogo: “Mas eu quis isso”, em uma tentativa de evitar mais infortúnio durante o atendimento médico.

> *Eu estava em trabalho de parto, isso não é pergunta que se faça, olha eu não sei se acontece com todas, mas eu não tive aquele tratamento acolhedor, sabe. Era mais uma indagação: “Isso foi na escola?”; “Engravidou com quantos anos?”; “Por que não se preveniu?”. A gente não quer saber muito disso na hora não, a gente quer é se livrar daquela dor, uma dor insuportável, mas acabamos tendo que suportar. A gente nem merecia ser atendida assim nesse momento. (tia Cristina)*

Aqui no Purupuru, há um número significativo de gravidez na adolescência. Percebo pelas ruas, meninas com seus rostos joviais, grávidas, descendo para ir à UBS Josias Lemos com seus caderninhos nas mãos a fim de realizar o pré-natal. Na assistência médica, aqui no Purupuru, os dias são divididos para cada especialista, então no dia de atendimento às grávidas é comum vê-las indo à UBS, basta acordar um pouquinho mais cedo e ir até a única principal do Purupuru para isso.

Durante a gravidez da tia Cristina, não havia atendimento médico, era somente a agente de saúde, e uma vez ao mês vinha um enfermeiro. Já nas gestações de Pila e Cassiane, elas tiveram assistência médica, mas ocorriam em dias pontuais do mês e os exames eram realizados em Manaus ou no Careiro, assim como a ultrassonografia. Percebo que as consultas eram acompanhamentos básicos e pontuais, tanto que elas não têm muitas recordações, lembram que tiveram algumas instruções de higiene pessoal, mas pouquíssimas informações. Se adoecessem, deveriam ir ao Careiro ou a Manaus, pois o Purupuru não tem estrutura para atendimentos de média e alta complexidade.

Uma outra recordação em suas vivências durante o parto, contada por elas, foi o corte entre a vagina e o ânus, ou seja, a episiotomia. Todas me contaram que tiveram esse corte e que somente durante a sutura é que foram comunicadas do que haviam feito nelas.

> *Inclusive, no meu parto eu senti o corte que eles fazem, Rafa. Aquilo doeu até mesmo mais do que o próprio parto. Na hora de saturar doeu muito. (Tia Cristina)*

> *Para fazer a sutura, aplicaram cinco anestesias, porque não pegava e eu sentia muita dor, ela não aplicou mais e fizeram assim mesmo. Eu senti tudo na hora da sutura. (Cassiane)*

Todas elas tiveram parto vaginal, e na forma tradicional hospitalar, deitadas de barriga para cima e pernas abertas, segundo elas contam. Para Cassiane, essa posição foi constrangedora, além disso, a equipe médica teve toda uma arquitetura para fazê-la parir que mais parecia um ato de tortura. Ela encena como fizeram:

> *Eu achei constrangedora a forma que pari. Coloquei meus pés nuns ferros lá, nem era uma parteira que estava fazendo os partos, era uma mulher lá junto com o médico, ela pulou em cima da minha barriga.*
> *Ela colocou os dois braços e pressionou assim[18], em cima de mim, até que eu fiz só três forças da Cassandra. E a outra força foi essa mulher empurrando na minha barriga, o médico disse para ela me ajudar, que eu não estava conseguindo. Eu senti tudo, teve duas pessoas segurando as minhas pernas durante o parto, a dor dava e minhas pernas tremiam. Seguraram as minhas pernas, e a outra mulher pulou em cima de mim. Hoje eu sei, né, Rafa, isso pode processar, né? (Cassiane)*

De suas vivências da hora do parto, a fala principal era que sabiam que não deviam fazer escândalos (expressa dor), pois foram instruídas de que os médicos não gostam de mulheres escandalosas, então "eu tentava ficar caladinha, mesmo sentindo dor". Essa instrução é ouvida até mesmo durante o atendimento médico no pré-natal. Minhas irmãs mais velhas contam que eles falam que devemos suportar a dor do parto caladas, sem exageros, "porque a gente procurou aquilo".

> *Na hora do parto, eu fiquei caladinha, me contaram antes como era, e que a dor passaria quando eu tivesse minha filha. (Tia Cristina)*

> *Olha, no parto da Cassandra, eu já fui preparada, né. Não gritei, senti a minha dor calada, as meninas já tinham me falado que eles gostam de judiar de quem reclama muito. Eu fiquei caladinha, tanto por pressão psicológica dos médicos quanto da mamãe que comeu meu cérebro para eu não gritar, ela falou que se eu gritasse, ela me deixaria sozinha no hospital, daí eu já não gritei.*
> *Eu até tenho medo, porque quando eu cheguei era ele[19], quando eu entrei era 10h da manhã, ele ainda estava lá, ele ainda me deu dois toques.*
> *Era horário de troca de turno e de almoço, esse médico que maltratava as pacientes saiu, e o outro que estava lá que fez o meu parto. O outro médico, ele estava almoçando, foi 12h15min que a Ruane nasceu, o médico estava lá almoçando na poltrona, daí tinham duas estagiárias. Bom, pelo menos eu acho, porque ele ralhou com elas.*
> *No da Ruane, o parto foi bem estranho. Eu falei: "Mãe eu não estou mais sentido as minhas pernas", a mamãe olhou e viu a cabeça da Ruane. Daí as moças viram, se sentaram e ficaram só olhando, uma com pano e a outra tinha umas coisas de procedimentos nas mãos e diziam: "faz força". Eu fiz três forças, nisso a cabeça dela saiu e ficou presa na minha vagina, pois as contrações tinham parado. Elas não tiveram ação, ficaram lá paradas, o médico não estava lá. Daí mamãe falou "a bebê tá ficando preta", o médico se levantou, veio com a mão suja de comida, ele puxou a cortina e perguntou: "O que tá acontecendo aí?", quando ele olha, viu aquilo e começou a perguntar delas "O que que tem que fazer? O QUE QUE TEM QUE FAZER?", assim, gritando mesmo. Ele entrou sem luva nenhuma tirou a Ruane, com as mãos sujas mesmo, fez lá a manobra[20], não sei o nome, para que elas vissem, jogou a minha filha na minha barriga mortinha.*
> *A Ruane nasceu morta. Ele falou: "Mãe, quem vai dar a vida à sua filha é você, se acalme. Ela depende de você agora, respire pelo nariz e solte pela boca o ar*

[18] Colocou um braço ao lado do outro e empurra com força na perna para demostrar como foi.
[19] O médico que ela está falando é o médico que aparece em um vídeo agredindo uma adolescente em trabalho de parto. O médico é o Armando Andrade Araújo. Em todos os portais de noticiais foi noticiado, mas em somente alguns citam o nome do médico, como nesta matéria. https://amazonasatual.com.br/medico-que-agrediu-gravida-responde-por-corrupcao-e-erros-medicos-e-mantem-registro-do-crm/
[20] Manobra de kristeller.

> *devagar", ele ainda não tinha cortado o cordão umbilical, fiz algumas vezes e ela voltou. Ela chorou, depois sumiu de novo, e ele fez o procedimento cardíaco nela.*
> *Ainda nos procedimentos, o médico continuava dando aula e perguntava das moças: "Tem algo de errado ainda com ela, o que é?", eu tinha sete rupturas dentro de mim, daí eu só o ouvia falar: "Olha aqui, suture isso aqui e isso aqui", ele não falou nada para mim, eu só ouvia.*
> *Depois disso tudo, fiquei na poltrona, não tinha leito, tive que ficar sentada. Eles só me deram leito porque uma prima minha fez um barraco lá. (Cassiane)*

O bom atendimento e assistência médica de qualidade à gestante é determinado por lei, há na Constituição Brasileira algumas leis que são destinadas à melhor vivência da mulher durante a gestação e o parto.

Como exemplos de lei, temos a Lei nº 9.263, de 1996, que determina que o Sistema Único de Saúde garanta serviços de qualidade em todos os ciclos da gestante, do pré-natal, parto, puerpério ao neonatal. E assim também como é assegurado a essas mulheres o parto normal, é também reservado a elas o direito a informações como previsto na Lei nº 11.634, e direito à acompanhante durante ao trabalho de parto de acordo com a Lei nº 11.108.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigo Lei nº 11.108, também existem direitos assegurados a respeito das políticas públicas da saúde da mulher em relação ao planejamento reprodutivo e atendimento humanizado. Essas leis são instrumentos para garantir e assegurar às gestantes uma boa vivência no período gestatório e durante o parto.

É importante destacar a defesa da integridade física e psicológica na gravidez, pois o período gestatório e o parto podem ser momentos em que ocorrem muita violência e violação da integridade das gestantes, conforme visto nas vivências das minhas semelhantes. Ações violentas são frequentes em algumas narrativas das mulheres que vão à maternidade para terem atendimento, a exemplo das mulheres de minha família, que não trouxe todas as vivências aqui, de algumas amigas e das que ouvi em rodas de conversas.

Trazendo dados estatísticos para retratar mais a respeito da violência durante o período gestatório e o parto, de acordo com a fundação Perseu Abramo[21], uma em cada quatro mulheres brasileiras são vítimas de violências no parto, podem ser essas violências tanto física quanto psicológica, como em casos de negligência médica ou em comentários desprovidos de humanidade feitos em relação à condição que a mulher apresenta.

Muitas das vezes as violências se iniciam no pré-natal e vão até o pós-parto, quando culpabilizam as mulheres de alguma condição médica que elas apresentam ou à criança. A

[21] https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/

relação dos profissionais de saúde para com a mulher nessa condição é desumana, culmina com elas tendo seus corpos violados, invadidos e expostos, seja por abuso da medicação aplicada nela, gerando impactos negativos à sua saúde e da criança, seja pela maneira em que seu corpo é manuseado pelo Outro (equipe médica).

Das violências vivenciadas por estas mulheres, uma que é bastante agressiva e que pode refletir na vida sexual pós-parto é a episiotomia indiscriminada, que é uma agressão ao corpo feminino, uma espécie de incisão entre a vagina e o ânus, conhecido como períneo, feita para ampliar o canal do parto. Este procedimento é questionável, porque a vagina consegue se dilatar sem essa intervenção médica, e já se tem pesquisa que comprova que tal procedimento é dispensável. A essas mulheres, cabe a dor e o sofrimento, e mais invasivo ainda é quando o médico decide fazer o ponto do marido, violência que não tem justificativa.

A estrutura hospitalar é pensada no melhor conforto da equipe médica durante um parto e não da gestante, sendo que a gestante é quem de fato precisa de um espaço que a proporcione um bem-estar. Segundo Margaret Mead, em *Macho e Fêmea* (1971), a estrutura e aparatos médicos são pensados para a equipe médica, para que os instrumentos médicos possam ser melhor manuseados durante o parto, não na gestante.

A posição da grávida no parto, deitada sobre uma maca, é para facilitar ao médico agir sobre o corpo desta mulher, assim, os corpos femininos se tornam subprodutos, sem autonomia e direito de escolha, ou você aceita o que está sendo imposto ou sofrerá mais violência - “Eu ficava caladinha para não sofrer mais.” - como em uma das vivências de minhas semelhantes.

O que é para ser uma boa experiência, pode se tornar um momento terrível, pois mulheres têm seus corpos violados e direitos negados. O período da gestação e do parto para elas se tornam momentos de muita dor, refletirá para sempre em suas vidas, cicatrizes provocadas por uma sociedade machista, que pensa a mulher em segundo plano e não trata como pessoas dotadas de capacidades de decidir sobre si. O corpo da mulher naquele momento não pertence a ela, mais uma vez está submetida a um local de impotência entregue ao Outro, pois todos os direitos reservados a parturientes são negados.

Tia Julia e as vivências com assistência médica em Manaus

> Eu não me lembro muito bem das minhas gestações, lembro do que estou passando agora.
>
> *(Tia Julia)*

Em um dos meus primeiros contatos para a construção de escrevivência com minha tia Julia, tive uma quebra de expectativas colossal, além das outras que já tinha experimentado para a pesquisa ao tentar contato, sem sucesso, com outras possíveis interlocutoras. Todas as minhas estratégias fracassaram, foi quando me deparei com uma grade desânimo referente à pesquisa, cheguei a pensar em desistir.

Mas eu não tinha a opção de desistir e estava ciente de que a "pesquisa é feita de acasos", como dito pela minha orientadora profa. Flávia em uma de suas orientações. Eu tinha um formulário quantitativo/qualitativo que desenvolvi para aplicar, na tentativa de fazer minha tia lembrar de algo em relação à sua gestação, parto e puerpério. Mas não fazia sentido a categoria violência obstétrica, ela não era êmica e sim mais uma categoria política.

Tia Julia tinha muita dificuldade de lembrar de suas gestações, conseguia falar apenas de coisas pontuais, e quando eu perguntava de algum procedimento médico, como toques excessivos ou o que o médico tenha dito algo a ela no sentido de reprimir os esparramos das dores das contrações, ela dizia que achava normais as ações, que faziam parte dos procedimentos dos médicos. Percebo aqui a desinformação levá-la a não nomear as ações da equipe médica sobre seu corpo como violência ou um ato que violava sua integridade física e subjetiva, e quem estava nomeando no momento da nossa conversa era eu, por intermédio das pesquisas que tinha feito anteriormente e a leitura da Lei 4.848, de 5 de junho de 2019, que dispõe sobre medidas contra a violência obstétrica nas redes públicas e particular de saúde do estado do Amazonas.

Mediante mais esse impasse, eu fui atravessada pelo que minha tia Julia está passando no momento: seu tratamento na Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON/AM. Foi aqui então que fiz outra conexão, iremos focar na experiência de minha tia com a assistência médica, nada está tão perdido assim, e fazer antropologia é ter a sagacidade de percorrer o mesmo caminho, mas olhar para outras paisagens que conectam um todo. Como minha mãe, minha irmã e minha tia também iam e vinham entre cidades, do Purupuru a Manaus, em busca de tratamento médico, tia Julia me trouxe a possibilidade de escreviver as suas experiências com a assistência médica em Manaus.

Então, mais uma vez na varanda, sentindo o cheiro de banana frita e do café quentinho que aqueceu meu estômago, matando as borboletas do medo de uma jovem aspirante à antropóloga, puxei a bússola (meu caderno de campo) e refiz o meu caminho. O mapa é o mesmo, tratarei de corpos de mulheres negras e racializadas mediante as suas escrevivências com a assistência médica pública.

Primeiro demarco como tia Julia nomeia o que se passa com ela e seu diagnóstico, ela não chama de câncer, ela sempre se referência como "essa doença". Toda vez que fala de algum mal-estar referente ao tratamento oncológico e seus efeitos, ela usa esta expressão, outro sentido que ela traz é de "não estou doente".

> *Não tenho que ficar triste pelos cantos, eu ainda faço as minhas coisas, eu não estou doente, doente, como vejo algumas mulheres lá no CECON, eu ainda faço as minhas coisas sozinha. Tá aí a Pila para te confirmar, às vezes vou lá para a tua avó ajudar ela fazer comida pros trabalhadores, e quando tem festejos na igreja eu ajudo e vou. Tem coisas que não consigo fazer mais, eu fico exausta, eu não jogo mais bola e nem faço farinha mais. (Tia Julia)*

O câncer de colo de útero é um problema de saúde pública, as recomendações médicas para a prevenção é manter os exames ginecológicos em dia, para além de alguns fatores que são fortes indicativos para manterem algumas mulheres sob alerta como o histórico de nossa família, que contém contexto de mortes por conta dessa doença. Em 2016, minha tia Elizete, irmã da mamãe e da tia Julia, morreu em decorrência desse câncer.

O foco aqui não é falar do câncer do colo de útero, como atinge as mulheres e seus dados referentes à saúde da mulher, mas sim a escrevivência da tia Julia durante o seu tratamento, doenças de alta complexidade e crônicas, seus tratamentos, que são delicados, e até mesmo a assistência médica pela rede pública. Pessoas acometidas por essas enfermidades dão sentidos e significados por intermédio de suas percepções de saúde e doença.

> *Essa doença é horrível, mexe com tudo dentro da gente, não sei se é a doença ou os remédios que tomo, antigamente a gente não ouvia falar disso. Essa doença, primeiro começou com sangramentos que não paravam, eu ficava fraca. (Tia Julia)*

Durante as conversas com minha tia Julia, a minha prima Pila, filha da tia Julia, ajudava ela a recordar alguns eventos. Pila conta como foi as primeiras vezes que a tia passou mal e como foi para buscar assistência médica.

> *Rafa, assim, todos aqui em casa ficamos fragilizados com essa doença. Todo mundo ficou nervoso, principalmente quando ela teve as hemorragias. O Vampeci começou a ter tremores na mão, o Nego, a ter queda de cabelo, e eu se estiver dormindo não gosto que ninguém me acorde, eu já acho que a mamãe tá passando mal, se bater na porta quando estou dormindo de noite, eu já gelo toda. Foi um Deus nos acuda, quando ela começou a passar mal dessa doença, a gente chamava a tia Cristina, a*

> *dona Marinez, que são agentes de saúde pra ver a pressão dela, quem vinha mais era tia Cristina. Levávamos ela no posto, davam um remédio para ela parar de sangrar, e mandavam ela voltar pra casa, a gente se mandava era para Manaus. Nas primeiras vezes fomos pro Instituto da Mulher, a gente gastou tanto dinheiro, graças a Deus a comunidade ajudou a gente e fez bingo, tornei de pênalti, essas coisas para ajudar. (Pila)*

Quando fomos acometidas pela morte da Gabi, todas em casa desenvolvemos ansiedade e estresse, minha mãe nunca mais foi a mesma, ela tinha episódios de síndrome do pânico, tivemos que levá-la a Manaus. A prefeitura do Careiro/Castanho fez descaso e não assistia a minha mãe, quando ela chegava ao posto de saúde passando mal diziam para ela ocupar a mente dela com algo.

Tínhamos medo de a mamãe sucumbir ao luto, o meu padrasto, muito paciente com minha mãe, era quem ajudava todas nós a não sucumbir. Tivemos que renunciar em alguns momentos o nosso período individual de luto para sustentar a mamãe.

Em Manaus, criamos um sistema para manter a mamãe viva e longe de qualquer tentativa de algo pior, todas em alertas. Eu me tornei tão corajosa naquela época! Aprendi a aferir pressão arterial, glicose, temperatura. Minha outra irmã ficava responsável em fazer o transporte dela até unidades próximas de pronto atendimento, quando aconteciam as crises de pânico, e ficava observando-a para que ninguém a destratasse. Durante as crises de pânico, era difícil medicá-la para a pressão arterial dela estabilizar, muitas vezes minha irmã tinha que intervir para contextualizar o que se passava.

Pila conta que todos foram para Manaus para ficar com a titia, ficaram em uma casa pequena junto à família do Marcos (filho mais velho da tia Julia), família da mulher dele. No Purupuru, o tio Pulba, hoje ex-marido da tia Julia, ficou com as crianças, ou seja, os filhos de Pila. Tem um fator aqui a pontuar em relação a mulheres adoecidas e seus parceiros.

Existe algo semelhante aqui entre mulheres acometidas por doenças crônicas. Quando a tia Elizete começou o tratamento para o câncer no colo do útero, seu companheiro a deixou. Da mesma forma, quando tia Julia começou o seu tratamento da mesma doença o seu marido se separou e foi morar em outra casa. “Eu e o Pulba, não temos nada. Não sei o que aconteceu, não somos mais marido e mulher, mas ele vive aqui em casa e dorme ali naquela casa.”

Durante o tratamento da minha irmã (Dani, irmã mais velha depois da Gabi), que também foi diagnosticada com câncer no colo do útero, em 2020, tivemos que nos mudar para a casa dela, eu e a Flor (minha irmã depois da Dani), pois o marido de Dani não tinha paciência para as crises de ansiedade que ela passou a ter após o diagnóstico, que, com os exames e a cirurgia, foi comprovado que não era um câncer.

Esses casos não são exclusivos das mulheres de minha família, é tão comum que em um estudo há o dado que 70%[22] das mulheres são abandonadas por seus parceiros. A estrutura machista diante de nós aponta que nossos corpos são descartados quando não conseguimos mais dar conta da vida doméstica. Uma pesquisadora que apresenta bastante dados a respeito é Biroli (2018), em relação a gênero e desigualdades:

> Pode-se ressaltar que: 1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer; 2) a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; e 3) os padrões de organização e (des)regulação das relações de trabalho incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns/umas dos/as outros/as. (BIROLI, 2018, p. 57)

O cuidado pelos outros sempre recai sobre ombros das mulheres. Assim, somos levadas a criar as nossas redes de apoio, como minha irmã Flor dizia quando a Dani tinha as crises pós-traumáticas após a notícia do diagnóstico do câncer no colo do útero: "A gente só tem a gente porque somos mulheres, senão a Dani estava aí, sozinha". "Cuidado, entendido como decorrência do "amor", é um fardo que recai sobre as mulheres. Trata-se de um ônus cultural de uma existência feminina" (Pimenta, 2019, p. 11). O cuidado é uma atividade não remunerada, que envolve mais que atividades do dia a dia, mas também o apoio emocional, afetos, atenção, dedicação ao outro, geralmente estamos sempre cuidando dos nossos, ou seja, o trabalho do cuidado (Sorj, 2010, p.58 apud Abreu, Marques, Diniz, 2020, p. 10).

Voltando à tia Julia e à Pila, que estão juntas nesse processo de recordar alguns eventos, elas me contam como eram os atendimentos. Tia Julia sempre fala do fato de não suportar ir a Manaus e principalmente de ter que ir ao CECON. Quando chega na semana de sua viagem, a pressão dela arterial se desestabiliza e fica nervosa.

Lembrando que nossas conversas são de diferentes dias, mandei mensagens para tia perguntando se tinha açaí lá na casa dela, ela manda eu ir lá com, pois tinha acabado de chegar de Manaus, foi em uma consulta médica e estava sem entender o que eles querem dela.

> *Minha filha, eu não entendo, se engordo brigam comigo, se emagreço brigam comigo, eu fico sem entender, sabe o que falam? Que eu preciso manter um peso bom para ter a medicação, e eu tenho culpa deles não terem minha medicação? Eu fico é emputecida com isso. Eles não têm a minha medicação e a culpa é do meu peso? Sinceramente. Eu não posso engordar, porque eles falam que é tachado o remédio com meu peso, uma coisa assim. Mas como falaram para mim, que comigo o governo estava gastando mais de 28 mil por ano, só comigo. Aí eu tinha que emagrecer, eu não tinha culpa de nada, nem eu mesma sabia disso, para tu ter noção. Os*

[22]https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/04/26/interna_bem_viver,1486316/cancer-70-das-mulheres-em-tratamento-sao-abandonadas-por-parceiro.shtml

> *medicamentos, a maioria eu compro, assim esses que podem ser vendidos na farmácia. A gente vai dando o jeito aqui. (Tia Julia)*

A falta de medicação é bastante presente em nossos diálogos, além disso, as dificuldades financeiras que encontra para ir e vir, e como tentam culpabilizá-la por não terem a sua medicação. Tia Julia toma a medicação bevacizumabe a cada 21 dias, essa medicação custa mais de 8 mil reais uma dosagem de 400MG FR/AMP. 16ML. Em 2022, ela ficou sem tomar mais de três doses.

Em uma tarde de outubro, fui à casa de tia Julia esperar a Pila e tia Cristina para sairmos para caminhar. Nisso, vejo tia Julia meio desanimada, deitada na rede. Perguntei a ela o que se passava, ela me relatou que estava desde final de julho sem tomar a medicação principal de seu tratamento oncológico e que estava se sentindo mal. Me sento no chão ao lado dela e peço para ver o cartão de controle que o CECON disponibiliza, e lá constava realmente que ela tinha retornos, mas quando ligavam às pessoas responsáveis pela farmácia, diziam que não havia a medicação.

Eu pedi que me desses seus dados e informações, que eu iria tentar viabilizar junto à minha rede de amigas(os) a medicação. Uma era bevacizumabe e as outras medicações que ela estava precisando, como suplementos vitamínicos.

Quando Evaristo (2021) fala que "o engasgo é nosso", foi exatamente o que eu tive. Entrei em contato com um amigo de um portal de notícias de Manaus, e ele levou a pauta para seus superiores. Na época era período eleitoral, a matéria ficou pouco mais de uma semana no ar, visto que o portal de notícia estava apoiando a candidatura do atual governador de Manaus, Wilson Lima, mas consegui, antes de sair do ar, tirar prints, conforme consta aqui na dissertação. Além da matéria, fizemos uma vakinha on-line, que os valores não chegaram a 2 mil reais.

Comecei a ligar para a farmácia do CECON. No outro dia que peguei os dados da tia, a matéria foi ao ar, e o incrível aconteceu: a medicação, que não tinha previsão para chegar tão cedo à farmácia do CECON-AM, já estava disponível para minha tia tomar no dia seguinte. Infelizmente, a falta da medicação voltou no início do ano de 2023, e dessa vez outras mulheres em tratamento começaram a denunciar e a sair nas mídias locais.[23] Liguei novamente para a farmácia no mês de abril de 2023, e eles falaram as mesmas coisas, que não tinham previsão

[23]https://www.acritica.com/manaus/pacientes-denunciam-falta-de-remedios-em-hospital-do-cancer-no-am-1.130417; https://globoplay.globo.com/v/11622125/; https://globoplay.globo.com/v/11628925/

para chegada da medicação. Pedi para falar com a pessoa responsável pela farmácia, o farmacêutico que me atendeu confirmou a falta da medicação e que eles não tinham nem previsão de quando iriam solicitar, pois estavam sem repasse do governo para compra da medicação.

> *O pior é que eu tiro dinheiro do meu bolso para ir a Manaus. Toda vez é mais de 150,00 reais só a viagem de ônibus até o porto da Ceasa ou à Escadaria. Eu recebo somente 600,00 de benefício, isso não ajuda, porque tenho que comprar as outras medicações. Graças a Deus, meus filhos ajudam, alguns amigos, a mamãe e até tu mesmo tem me ajudado, senão eu estava era lascada com eles. O pessoal da farmácia do CECON parece que nunca sabe se vai ter medicação, a médica às vezes até quer chamar minha atenção, mas eu não falto nenhuma medicação e consulta, quando não tenho dinheiro a gente vai conseguindo 10,00 daqui, 20,00 dali, e vai juntando, mas eu vou e quero me livrar logo dessa doença. Acho que uma das coisas que fez a Elizete morrer logo foi porque ela não fazia o tratamento direitinho dela. Eu quero ter minha vida normal de volta, não gosto daquele lugar, o CECON. (Tia Julia)*

Foi então que pedi para meu amigo do portal de notícia, que já tinha feito uma matéria no ano anterior, ligar e se identificar de onde era, e perguntar a respeito das medicações. Como um passe de mágica, em menos de 24h ligam para a minha tia solicitando que ela fosse ao CECON, sendo que no dia anterior ela foi ao hospital e me ligou chorando, pois havia dado viagem perdida mais uma vez, porque eles disseram que não tinha a sua medicação. Lembrando que, para ela ir ao CECON-AM, é toda uma logística de deslocamento, que irei demonstrar no próximo capítulo.

Nas vezes que fiquei responsável em ligar para marcar as consultas e solicitar a medicação da tia Julia, eles davam certeza que teria a medicação, eu pedia que fossem honestos com a gente, visto que ela sairia do Purupuru com esperança de ser medicada, e como ela mesma já havia dito para mim: “Eu tenho pânico daquele lugar, quero só ir em situações, como fazer a consulta com o médico e tomar o remédio, e vir embora para o Purupuru, eu não gosto de ficar ali.”

Com a falta da medicação no final de outubro de 2022, ela refez os exames e o médico informou que as células cancerígenas estavam preocupantes novamente. Pila, em tom de revolta com a situação, conta:

> A mamãe fez todos os exames e a ressonância, a gente pagou alguns exames com aquele dinheiro da vakinha que você fez, além de que usamos nas viagens também. E tinha sumido o perigo dessa doença, isso antes da falta da medicação. Mas com a falta da medicação, no final de 2022, ela voltou a refazer os exames e apareceu novamente. Esse remédio sempre falta pra mamãe, não entendo o que acontece lá dentro, Rafa. (Pila)

Aqui eu reaplico os estudos de Mbembe (2017), quando pontua quais os corpos são merecedores de vida ou de morte, juntamente à letra da música de Elza Soares “A carne mais

barata do mercado é a carne negra", minha tia vem na luta para vencer o câncer, lidando com os estresses no atendimento médico há mais de cinco anos. A doença, juntamente aos seus deslocamentos e às faltas de medicações, as incertezas de quando estará livre do câncer, não foram capazes de fazer a minha tia se abater a ponto de se entregar, como ela mesmo fala: "Eu não vou me entregar a essa doença."

Suas experiências com a assistência médica perpassam por violências que induzem que a falta da medicação é por conta de seu peso, dão esperança de que terá a sua medicação para seu tratamento, ao chegar na unidade hospitalar, recebe a notícia que não tem, precisa contar com a rede de apoio da família, amigos e da comunidade para seus deslocamentos e compra de algumas medicações, além de tudo isso, desenvolveu pânico do ambiente hospitalar.

Essa mulher é minha irmã, Gabriele

> O que fizeram com o corpo desta mulher?"
> (Médica Plantonista, Hospital Maternidade Ana Braga, 2019)

O corpo da mulher negra é manuseado como coisa, sem humanidade. Uma pesquisa coordenada pela médica Maria do Carmo Leal, em que consta os prontuários de 9.633 grávidas (brancas e negras) atendidas pelo SUS, no Rio de Janeiro, aponta uma diferenciação no atendimento dessas mulheres. No parto normal, 13,5% das mulheres brancas não receberam anestesia contra 21,8% das negras (Leal, 2005):

> No momento do parto, foram mais penalizadas por não serem aceitas na primeira maternidade que procuraram e, durante o parto, receberam menos anestesia. Essas diferenças no tratamento oferecido foram apreendidas pelas mulheres ao avaliarem a qualidade dos serviços oferecidos a elas. Novamente o mesmo padrão se estabelece na relação com os serviços de saúde, por instrução e por cor da pele. (LEAL, 2005, p. 106)

Noto na escrevivência de Gabriele Queiroz, minha irmã, como ocorreram violências durante suas quatro gestações, principalmente na primeira, quando era adolescente. Ela me relatou como foi, e apresento mais à frente sobre esse fato, e a última gravidez, que ocasionou sua morte, em 2019. Mulheres negras são duplamente violentadas pelo racismo e machismo (bell hooks, 1981; Lélia González, 1984; Françoise Vergés, 2017).

Mulheres negras carregam sobre seus corpos o estigma da resistência e negação da fragilidade. Assim, tal violência nega a humanidade, ideia presente na definição de humanos e não humanos (Lugones, 2014). Portanto, entende-se a violência como: "(...) ato desprovido de humanidade, pois, ao impor a outra pessoa a condição de objeto, o sujeito desta ação também

se desumaniza, já que para ser humano é preciso tornar-se humano" (Leocádio, 2007, *apud* Wolff e Waldow 2008, p. 149).

A violência obstétrica é uma categoria política e uma prática, pode acontecer em qualquer fase da gestação até o pós-parto. De acordo com a Lei nº 4.848, de 5 de junho de 2019:

> (...) entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, que cause a perda da autonomia e capacidade das mulheres de decidir livremente sobre seus corpos e sua sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres durante o pré-natal, parto, puerpério ou em abortamento, que cause dor, dano ou sofrimento desnecessário à mulher, praticada por membros que pertençam à equipe de saúde, ou não, sem o seu consentimento explícito ou em desrespeito à sua autonomia.

Os danos são incalculáveis, vão do físico ao psicológico, ou até mesmo à morte. É possível pensar de forma interseccional sobre quais corpos esta violência se apresenta de forma mais cruel. Segundo Lima (2016, p. 08), em sua monografia *Raça e violência obstétrica no Brasil*, apresentada à Fiocruz, "a maioria das mulheres que relataram terem sofrido algum tipo de violência na internação para o parto são negras, de menor escolaridade e atendidas no setor público".

Como já citado anteriormente, durante o parto, a estrutura hospitalar é pensada para o bem-estar da equipe médica, não da parturiente. Salas extremamente frias, ambientes sem privacidade, partos realizados na posição deitada, em macas, posições que facilitam o manuseio médico sobre o corpo da mulher, e não que facilite a ela e à criança a um parto com menos exposição e desconfortos.

Tais procedimentos não estão amparados nas atuais evidências científicas, assim como o corpo negro não é mais resistente e sim mais negligenciado. Ideias de uma "ciência da superioridade euro-cristã (branca e patriarcal)" (González, 1988, p. 71) sustentam a violência e nos colocam em condições de quem é humanizado e quem não é. O racismo é negado veementemente, mas mata todos os dias e negligencia nossas vidas.

Lembro-me de não conseguir falar sobre o ocorrido, fingir que não tínhamos vivenciado tal tragédia, mas a ausência acusava a realidade. Não consigo encontrar combinações de palavras para formar uma frase e iniciar essa parte sem que meus olhos se encham de lágrimas. Sou levada a pensamentos que me retornam aos dias em que passei com minha irmã para realizar um relatório de pesquisa da iniciação científica de 2019.

A escrevivência, aqui, é para além de dados etnográficos, é o ecoar de sua voz na minha cabeça e trazê-la como uma das protagonistas nesse trabalho. É eternizá-la dando sentido à

escrita de nós, não apenas como um objeto de pesquisa, mas parte de mim e do que sou hoje. Escrevivo com ajuda da minha mãe, ela tem sido uma parceira importante nesse momento.

Mas quem poderia adivinhar que naquele ano, dia 28 de janeiro de 2019, seria a nossa última conversa? Nunca se passou à minha mente perdê-la de forma tão cruel. Minha irmã seria levada ao hospital com vida e retornaria em um caixão, tratada como coisa, sem humanidade nem qualquer piedade, tendo seus direitos negados e sua vida interrompida de forma cruel e fria, esses são os sentidos que damos para a sua morte.

O artigo 5º da Constituição garante a todos os brasileiros e brasileiras o direito à vida, mas a pergunta que carrego comigo é: quem são esses e essas brasileiras? Gabriele não teve esse direito, não foi uma perda inevitável. Foi irresponsabilidade, foi racismo, foi machismo foi violência obstétrica.

Recebi a notícia do seu falecimento numa quinta-feira, dia 14 de fevereiro de 2019, às 18h, no mês do meu aniversário. Fiquei sem reação, conto agora parte do que senti não apenas como uma aprendiz de pesquisadora e autoetnógrafa, mas como a irmã mais nova que está usando a escrevivência neste momento. A irmã mais nova que deu suporte à minha mãe e sobrinhos enquanto eu sentia meu corpo arder de ódio e de raiva.

Figura 1- A negação



Acervo Pessoal

Como assim ela morreu? Eu tinha visto ela sair de casa com vida, aparentava calma e com consciência de que o parto iria acontecer nas próximas horas, e que era melhor estar em uma unidade hospitalar para receber assistência médica especializada. Eu pensava isso o tempo todo, vinham perguntas e pensamentos a todo momento em minha cabeça, era um congestionamento de indagações, e todas carregadas de muita raiva. Como assim ela morreu? Não é verdade. Ela saiu tão bem de casa.

Eram as coisas que conseguia pensar. Como pode? Em menos de 24h minha irmã estava morta. A negação de sua morte todo o tempo me pairava, eu não queria acreditar naquela realidade. Foi doloroso falar o que aconteceu aos meus sobrinhos, filhos dela, e para a filha mais velha, que estava grávida na época. Não sabia como fazer isso, mas precisava ser dito. Para desconversar as crianças e tirar um pouco a atenção, as chamei para gravar vídeos no TikTok, fomos à varanda.

Era um dia chuvoso de fevereiro. Nesse período do ano chove muito no Amazonas. Estava nublado, com trovões e relâmpagos. Minha mãe foi chamada à casa da vizinha para que dessem a notícia, e lá ela teria acolhimento das irmãs da igreja.

Como o tempo era chuvoso, eu perguntava às crianças sobre o tempo, em tom de brincadeira, para que elas respondessem com o meme "Aqui tá chovendo e relampejando", para gravarmos o vídeo no TikTok. Exatamente, assim, estava dentro de mim, nuvem cinza de tristeza, trovões e relâmpagos de muita raiva pelo ocorrido.

Não tive coragem de contar e fui até a casa de dona Rute, onde a minha mãe estava. Ao chegar, me deparei com a minha mãe gritando e questionando a Deus o porquê ele tinha permitido tal coisa. Meus sobrinhos perguntaram: "Então, tia, a mamãe morreu?", e o mais novo começou a se questionar: "Foi ela que me ensinou a ler, quem vai me falar as coisas? E agora, tia, a minha mãe?" Eu não conseguia chorar, pois ainda estava na negação e sentindo muita raiva de toda aquela situação.

No dia 15 de fevereiro de 2019, aconteceu o culto fúnebre. Gabriele era evangélica, a mesma igreja em que se deu seu baby chá, em que ela falou de suas angústias em relação à gravidez para as mulheres daquela igreja e que estavam presentes. Uma igreja que abriga aproximadamente cem pessoas, estava repleta, todas elas extremamente emocionadas e perplexas com a maneira que se deu sua partida. No Purupuru, na época, havia aproximadamente 5.500 moradores. Parou o pequeno interior, pessoas de interiores próximos vieram se solidarizar com a dor da minha família.

O clima era de extrema angústia, que se alastrou por dias no pequeno interior Purupuru, Careiro/AM. Os moradores comentavam que nunca no Purupuru aconteceu um velório daquela

forma, em que muitas pessoas vão até o local e acompanham até o sepultamento. Pessoas que nunca vi na minha vida vieram prestar solidariedade à minha família. Isso me faz entender que minha irmã tinha bons relacionamentos com os moradores da comunidade e era participante no cotidiano do pequeno interior.

Busquei entender o que se passou na maternidade com Gabriele, para que a sua vida tivesse um fim tão drástico. Conversei com sua acompanhante na maternidade. Ela afirmou que não entendeu muito bem o porquê de tudo aquilo acontecido, foi tão estranho que ela não sabia como digerir sua morte.

A acompanhante era a nossa tia Eliete (tia Cristina), tem aproximadamente a mesma idade que a minha irmã tinha na época, 35 anos, e eram muito amigas. Tia Cristina falou que minha irmã estava confiante e aparentemente tranquila em relação ao parto durante a viagem de ambulância até o hospital do Careiro.

Fui atrás de informações, pedi para a minha irmã Flor conseguir as fichas médicas para mim, pois ela havia solicitado e ainda não a repassaram. Depois de algumas insistências e com ajuda de advogado, conseguimos as fichas tanto do Hospital Deoclécio dos Santos (Careiro/Castanho) quanto da Maternidade Ana Braga (Manaus/AM). As fichas médicas estavam sem dados suficientes do evento do dia 14 de fevereiro de 2019, um emaranhado de letras que não consegui ter muitas informações, já as fichas médicas da Maternidade Ana Braga tinham mais detalhes.

As informações são básicas: pressão arterial, quantidade de semanas de gestação, que eram 38 semanas, síndrome de pré-eclâmpsia e quantidades de cesariana ela já havia realizado, mas tem uma informação importantíssima, que talvez tenham ignorado pelo fato de permanecerem com minha irmã na unidade hospitalar do Careiro: sua gravidez era de risco. Ela vinha de duas gravidezes anteriores cesarianas, em ambas ela teve complicações, e sua pressão arterial, ao chegar na unidade hospitalar, se desestabilizou consideravelmente.

Minha mãe, em atendimento médico para remoção de um pequeno sinal, na UBS do Purupuru, foi surpreendida pelo responsável da pequena intervenção cirúrgica. A prefeitura estava com uma programação de pequenas cirurgias de baixa complexidade. O médico cirurgião responsável pelos procedimentos era o médico que realizou o parto; conta a minha mãe que ele pergunta a ela se era a mãe de Gabriele, ela responde que sim, e ele fala que foi ele que fez os procedimentos na minha irmã.

> *Minha filha, eu saí flutuando fora de mim para o que ele me falou. Eu falei: "Pois é, Dr, minha filha não podia ter partos normais". Sabe o que ele fala: "Era mesmo. dona Maria, ela não me disse isso, deveria ter me falado". (Minha mãe, Maria de Fátima)*

Aparentemente o médico desconhecia a ficha e o histórico médico de minha irmã. Em minha ignorância, mas com o que estou lendo desde sua morte sobre atendimentos hospitalares e as divisões para cada tipo de atendimento, minha irmã não era uma paciente para aquela unidade hospitalar mista. O hospital do Careiro/Castanho não tinha, na época, os equipamentos necessários caso ocorresse um agravamento do quadro médico da minha irmã, o que já era de se imaginar por conta das outras gestações dela. Todos os pré-natais de minha irmã foram realizados na UBS do Purupuru, logo, eles tinham todas as informações necessárias para solicitar a transferência dela de forma urgente.

Em uma das conversas com minha irmã, lembro de ela me dizer que não queria de jeito nenhum parir em Manaus, e isso se dava por algumas razões. Dizia que não queria parir na maternidade Ana Braga, pois ela já tinha parido um de seus filhos nessa maternidade e teve péssima experiência, além de que ela tinha medo de eles não realizarem a laqueadura que ela tanto almejava. Porém, ela foi para a maternidade que tanto tinha medo.

A pergunta feita pela médica plantonista sempre é lembrada entre mim, minhas irmãs e nossa mãe: "O que fizeram com o corpo desta mulher?". A ficha médica que saiu com ela do Careiro/Castanho tinha poucas informações. Houve um momento que minha irmã desapareceu, e somente a criança passa a existir.

São onze anotações referentes à condição médica da minha irmã e as medicações dadas a ela. Às 8h, do dia 14 de fevereiro de 2019, minha irmã não existe. Ela deu entrada ao hospital por volta do Careiro às 01h da manhã, mas quem passa a existir na ficha médica é Abener Gael. São dezoito anotações feitas sobre a condição médica de Abener. Às 08h e da manhã é retirado o RN[24], de sexo masculino, em óbito. Após 45 min de reanimação, Abener dá resposta positiva. Abener tem vida, recebe toda a atenção e corrida contra o tempo para lhe manterem vivo e nesse plano.

Segundo a ficha do hospital do Careiro, minha irmã estava com um quadro de pré-eclâmpsia, a partir daí administram medicações para estabilizar a sua pressão arterial. Durante o parto ocorreu uma ruptura uterina que comprometia um terço de sua vagina e mais o deslocamento da placenta.

Não sabemos ao certo se tentaram primeiro provocar um parto normal nela e isso agravou mais a sua condição, por conta da fala do médico responsável: "Eu não sabia que ela não poderia ter parto normal". Sua ficha não consta registro a respeito, e sua acompanhante não

[24] Recém-nascido.

lembra de muita coisa, mas sempre diz que ela aparentava tranquilidade, e a única coisa que realmente se desestabilizou foi a pressão arterial, e quando começaram as medicações na veia as contrações ficaram mais tensas.

Verificando a ficha médica de minha irmã, já com muito mais detalhes da Maternidade Ana Braga, consta alguns aspectos que toda vez que leio me causa um engasgo e as lágrimas descem.

Alerto às pessoas que estão lendo esse texto, que estou realizando a escrevivência junto à autoetnografia evocativa. Nesse momento, poderia recorrer às intelectuais que tratam do tema a respeito da violência obstétrica, mas optei por pontuar as discussões teóricas e de outras intelectuais antes das descrições etnográficas, principalmente no capítulo intitulado "Conversas de varanda".

Foram 4 horas de viagem pela BR-319, mais a travessia por via fluvial. Uma lancha rápida atravessou os rios Negro e Solimões, chegando à Ceasa, onde estava uma ambulância à sua espera para levá-la até a Maternidade Ana Braga. Sua entrada foi às 13h21, do dia 14 de fevereiro de 2019.

A entrada na então maternidade por ela tão temida aconteceu. Ela chega com um quadro de desorientação, choque hipovolêmico, sangramento em grande quantidade e ainda um ferimento operatório, o que ocasionava a hemorragia. De imediato, levaram a minha irmã para a UTI. Minhas irmãs, que estavam na maternidade, não tinham informação alguma a respeito de seu quadro, minha tia estava em estado de choque e recebendo atendimento.

Observem esse detalhe: a nossa rede de apoio é sempre feminina. Este mesmo elemento você encontrará em outras etnografias, autoetnografias ou em escrevivências que tratam de processos de adoecimento de mulheres e divisão sexual do trabalho, a quem fica a responsabilidade de cuidar. Passei a me perguntar com todos esses eventos de adoecimento entre as mulheres de minha família: quem cuida das mulheres que cuidam?

Entra o momento de tensão, a médica chega para dar as informações iniciais a respeito do estado clínico da minha irmã. Sabe a pergunta que você viu na epígrafe? Agora entenderás, caso ainda não tenha conseguido responder a si mesmo.

Minha irmã foi imediatamente transferida ao centro cirúrgico para uma intervenção de emergência, foi encontrado na minha irmã uma grande quantidade de sangue em cavidade devido à laceração na vagina, à esquerda, não saturada. Na unidade hospitalar anterior não cauterizaram e não fizeram a sutura na minha irmã, no hospital do Careiro foi realizado uma histerectomia subtotal, ou seja, eles retiraram o corpo do útero, porém mantiveram o colo do

órgão. Contavam com uma *damage control*[25], com duas compressas em cavidade, na tentativa de reduzir a hemorragia até a sua chegada em uma unidade hospitalar com mais preparo e estrutura para o quadro médico que minha irmã apresentava.

Se ainda não consegues visualizar a resposta para *o que fizeram com esta mulher*. Na maternidade Ana Braga foi solicitado transfusão de 2CH[26], com sangue tipo O-, o que foi negado inicialmente pela atendente, pois faltavam os papéis para liberar as bolsas de sangue, ou seja, precisava de uma solicitação formal. Para minha mãe, a resposta é a mais cruel possível: "Eles mataram a minha filha, eles tiraram de mim a minha joia preciosa". Eram as frases mais ditas pela minha mãe durante as piores crises de pânico que eu presenciei.

Juntamos todas essas informações, eu e minhas irmãs, solicitamos a entrada de investigação, que anda a passos lentos na justiça. Ficamos um bom tempo sem informações, soubemos por terceiros que a prefeitura ofereceu valores ao viúvo da minha irmã, para não entrar com uma ação, e recentemente o filho mais velho dela confirmou, que realmente o seu pai recebe um valor da prefeitura por causa da morte de sua mãe.

No mês de maio desse ano, consegui passar para o meu nome todas as responsabilidades a respeito da investigação do caso da morte da minha irmã, conseguimos alegar que o seu marido não tem tempo e não tem moradia fixa em Manaus ou no Purupuru para dar andamento à ação.

Confesso que fazer este exercício de apresentar a escrevivência da minha irmã, a forma como o seu corpo foi tratado, me custa parte da minha saúde mental, mas não a ponto de eu me silenciar perante o ocorrido. Meu corpo arde por desejo de justiça, como apresento no poema "As vozes do meus ancestrais ecoam por justiça".

Estou ciente que não traremos ela para esse plano, a questão trata-se de que outras mulheres negras e racializadas sejam vistas como seres dotados de direito à vida e um bem viver. Nesse momento, apresentei a vocês como eu e minha mãe demos sentidos e significados à frase "O que fizeram com o corpo desta mulher?", busquei pautar as minhas reflexões, não somente em minha subjetividade, mas no meu entendimento de como mulheres negras e racializadas estão mediante a uma estrutura racista, que colocam nossos corpos como a carne mais barata do mercado, porém a mamãe deixa-os ciente de que a filha dela é uma "joia rara",

---

[25] Controle da hemorragia intra-abdominal e contaminação, por meio do tamponamento intra-abdominal, seguido do fechamento temporário do abdome (...) os pacientes em sua maioria vão a óbito devido a instalação da tríade letal (hipotermia, coagulopatia e acidose). (HAZIME, 2018)
[26] Bolsas de sangue.

a estrutura racista pode até matar uma das nossas, mas não todas. As vozes das nossas ancestrais vão ecoar para incomodar o sono dos da casa grande.

Será que o universo dá sinais para o que irá acontecer?

> O amor nos convida a sofrer pelos mortos como um ritual de perda e como celebração. Conforme abrimos nosso coração e falamos sobre o luto, compartilhamos o conhecimento íntimo de nossos mortos, de quem eles eram e como viveram. Nós honramos sua presença nomeando os legados que nos deixaram. Não precisamos conter o luto quando o usamos como meio de intensificar nosso amor pelos que estão morrendo, pelos nossos mortos ou pelos que ainda estão vivos.
>
> (bell hooks, 2020)

Figura 2- Gabi, 2017.



Fonte: Acervo pessoal

Fui até a casa da minha irmã, numa segunda-feira preguiçosa, era janeiro de 2019. Cheguei por volta das 10h da manhã, ela estava fazendo as atividades domésticas. Eu estava um pouco tímida, pois não sabia como seria a receptividade dela em relação a algumas perguntas que eu faria para conduzir a minha pesquisa.

Uma casa simples, de quatro cômodos, em estado incompleto de construção. Aparentava ser recém-construída, em um bairro que estava também em processo de crescimento. Contou Gabriele que "o bairro se chama Terra Prometida, tem pouco menos de dois anos que ele existe,

os moradores daqui ocuparam esse terreno, que até onde sabemos é do município, mas tem um homem que vive ameaçando a gente de derrubar as nossas casas".

Na época, Gabriele estava com 35 anos, amazonense, solteira, se autodeclarava negra, cursou o ensino médio, tendo uma filha e três filhos, e estava na quarta gestação. Chefe da família que administrava 200,00 reais do antigo Bolsa Família, era cristã, evangélica, da denominação Assembleia de Deus de Madureira. Sobre sua família, contou:

> Sou a filha mais velha de quatro irmãs, eu e mais duas temos a pele mais escura e uma a pele mais clara, o nosso pai é negro. Ele veio para o Amazonas trabalhar, era marinheiro. Aí conheceu a mamãe, e assim nasceu 4 meninas, filha de um baiano e uma amazonense, a mamãe tem a pele clara e o papai bem escura. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

Me convidou para irmos ao seu quarto, e lá conversamos. Estava nos seus últimos meses de gestação, na quarta gravidez, considerada de risco mediante seu histórico das outras gravidezes. Nesse dia estava inchada e encontrava muitas dificuldades para realizar as atividades domésticas, estava impossibilitada de trabalhar. Segundo ela, lhe foi recomendado repouso.

> Esta gravidez não foi planejada, assim como a primeira aos 14/15 anos, e os sentimentos parecem os mesmos, mas se tem uma diferença hoje, já sou uma mulher experiente. Na minha primeira gravidez sofri muito, foi horrível, gravidez na adolescência é terrível, eu não sabia o que fazer, fora isso ainda tive que me casar com o pai da minha filha. Eu sofri muito, ele me agredia, eu passava fome, não é bom lembrar. Passei muito tempo com ele, até um dia a minha mãe me tirar das mãos dele. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

Continuando a conversa, perguntei se chegou a pensar em interromper a gestação. Ela afirma que sim, e comentou que compartilhou com as mulheres de lá essa sua vontade no dia que fizeram o baby chá surpresa na igreja. Nesse dia ela estava tão emocionada, não sei se pelo fato de ter tido um baby chá surpresa, ou a respeito de sua alma estar angustiada com algo que ela sempre silenciava. Cheguei a vê-la chorando pelos cantos da casa, mas dava a desculpa de que estava cansada somente, e não se abria.

> Sim, pensei. Se passou tanta coisa na minha cabeça, nossa, revivi sentimentos da minha adolescência, angústias, dúvidas, desespero. Eu perguntava: "Por que, Deus, teve que acontecer isso?". Eu chorei muito não, queria. Passei muito tempo para me conformar, afinal, é uma vida, não vou tirar, se Deus permitiu que acontecesse, eu vou prosseguir. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

As mulheres que fazem parte da igreja que minha irmã frequentava organizaram esse baby chá surpresa, a organização se deu coletivamente, cada pessoa dava alguma coisa para que a surpresa acontecesse. Além de levar algo no dia que aconteceria o baby chá, eu dei um kit de produtos de higienização para recém-nascido, todos os presentes foram direcionados à criança, nenhum para minha irmã. Ela parecia em segundo plano, estranho como organizamos

esses encontros para promover as boas-vindas de uma criança e não para celebrar a vida das duas pessoas: a pessoa gestante e a criança.

Percebia ela extremamente contente e agradecida por aquilo estar acontecendo. Foi aqui que ela falou a respeito de como se sentiu alguns meses em relação à gravidez. Seu semblante não negava a aflição, estava muito chorosa. Nossa mãe falou que eram as tribulações que se passavam com o marido dela, que estava pelo mundo e sequer acompanhou-a durante a gestação, sempre sozinha. Na maioria das vezes, vinha para casa da mamãe para passar o dia e dormir, pois ficava sozinha em sua residência, que era longe, em uma área nova de ocupação.

Figura 3- Baby chá



Acervo Pessoal, 2019

> Confesso às irmãs que eu não queria, pensei muitas vezes em tirar esta criança, orei muito a Deus para que esse sentimento fosse tirado do meu coração, afinal, essa criança não tem culpa de nada. Quando o médico deu a certeza da minha gravidez, eu fiquei aflita e desesperada, tanto que ele pediu para acalmar, eu falei que não era possível, eu não poderia estar grávida, era um cisto, menos gravidez. Saí do posto de saúde com muita coisa na cabeça, e principalmente em tirar, mas não fiz isso. Entreguei na mão de Deus e se estou aqui é Ele que está me sustentando. (CADERNO DE CAMPO 20 DE JANEIRO DE 2019)

Relendo o que eu tinha escrito sobre nossas conversas e ouvindo os áudios dela, que recentemente apaguei, percebia a angústia e a solidão da mulher negra em sua voz, e revendo as fotografias desse dia, eu via essa angústia também em seu rosto. Minha mãe tem gatilhos ao

ver essas fotografias e sempre exclama, “eu não gosto de ver a minha filha assim, não gosto!” bell hooks (2021, p. 221) é certeira em *Tudo sobre o amor* quando diz: “O amor nos faz sentir mais vivos. Quando vivemos num estado de desamor, sentimos que poderíamos muito bem estar mortos; tudo dentro de nós é silencio e imobilidade.”

Minha irmã estava sempre em silêncio ou sussurrando. Ouvi uma vez: “Deus, me ajuda.” Minha mãe se culpa, essa foi uma das principais causas de suas crises de síndrome de pânico e de ansiedade generalizada, por não ter percebido seu estado de solidão referente à gravidez e ao relacionamento dela.

Ao contar das suas aflições no baby chá, chorou, como se estivesse arrependida por ter pensado em tirar o feto no início de sua gravidez. As mulheres que lá estavam choraram também, se comoveram com a dor dela. Entendo que por se tratar de pessoas evangélicas, falar do aborto é um tabu, e vê-la expondo seus sentimentos e se colocando em posição de julgamento me fez perceber que eu estava diante de um dilema que muitas mulheres se encontram ao dar continuidade a uma gravidez não planejada.

O Amazonas lidera o ranking de gravidez indesejada. De acordo com o site Famivita,[27], 67% das gestantes do Amazonas afirmam não terem planejado conceber o bebê. A não interrupção da gravidez se deu pelos seus dogmas cristãos, pois diante das escrituras sagradas, segundo ela, aquilo (aborto) seria um pecado. “Pedi graça a Deus para não sucumbir” e em meio a muitas lágrimas, ela agradece a todas presentes. Pede orações para que ela tenha um bom parto e que sua saúde melhore, pois estava muito inchada.

Nossa mãe falou que achava que a Gabriele estava com depressão, pois vivia com uma cara de angustiada e não queria fazer nada além de ficar deitada. Eu também percebi uma certa tristeza ao conversar, mas não quis adentrar muito na intimidade por entender que poderia ser delicado falar sobre a gravidez dela.

Tentei conversar com ela, ela me falou um pouco da primeira gravidez, como se sentiu. Talvez ao lembrar da sua gestação na adolescência, pelo que a vi passar, é que tenho medo de ser mãe. A gravidez na adolescência dela foi horrível, principalmente, por sermos de uma igreja conservadora na época:

> A mamãe ficou extremamente chateada porque eu engravidei naquela idade, uma adolescente. Foi péssimo, fui julgada, as pessoas ficavam de fofoca com o meu nome, falavam da minha mãe. Porque ela era mãe solteira e eu seria também. Foi bem difícil como já falei anteriormente, mas tem uma coisa que nunca vou esquecer. Quando eu fui parir, mana, foi horrível. As pessoas naquele hospital eram ruins comigo, oh. Tu

[27] https://www.famivita.com.br/conteudo/gravidez-indesejada-no-brasil/

> sabia que deslocaram a minha perna, alguém subiu nela, por isso que ela deslocou. Eu achei que iria morrer, eu era apenas uma adolescente. Foi um inferno, as minhas outras gestações foram delicadas, mas a minha primeira foi péssima. (CADERNO DE CAMPO 28 DE JANEIRO DE 2019)

Gabi casou-se com esse homem, o genitor de sua primeira filha. Foi terrível. O tempo que sobreviveu com ele, eu lembro muito de ver minha irmã com seu corpo machucado das violências, lembro da minha mãe indo trazer ela de volta para a nossa casa para cuidar dela. Lembro mais, um acontecimento de bravura da minha mãe correndo atrás desse homem para vingar os machucados da minha irmã. Ela queria "meter o terçado nele". Sim, minha mãe queria eliminar aquele homem cruel por ter agredido a minha irmã e ter deixado ela sem comer.

Minha irmã levava a vida no interior, fazia alguns artesanatos quando não trabalhava na roça. Recorria aos recursos naturais quando não tinha alimentos em casa, é uma atividade típica de pessoas que moram no interior do Amazonas. A busca por suprimentos alimentares na floresta era assistida pela assistência federal do programa Bolsa Família.

> Eu trabalho desde muito novinha, trabalho na roça, esses tempos eu não estou por causa da gravidez. Tem mês que temos duzentos reais e outros não, daí a gente pesca ou meu marido vai caçar. Recebo o Bolsa Família, ajuda muito na alimentação dos meus filhos, não é muito, mas é uma ajuda a mais, né? Minha mãe voltou a morar no Purupuru em 1993, eu tinha nove anos, era muito criança, eu e minhas irmãs, a gente passou bem baixo, pois não nos adaptamos logo. Nossa pele ficou horrível, cheia de picada de insetos, mas com o tempo eu me adaptei, não me vejo morando em outro lugar. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

Durante a nossa conversa, eu pergunto se já foi alvo de racismo onde mora ou alguma atitude que ela julgou que ocorreu por ser uma pessoa negra, somos filhas de um homem negro baiano. A nossa mãe é uma mulher racializada, amazônida, as nossas pigmentações de pele variam entre as quatro irmãs. A Gabi era um pouco mais escura que eu e pouco mais clara que a Dani. A Flor é a irmã que tem probleminha na pigmentação e saiu "desbotada", é uma brincadeira familiar para dizer que a Flor tem uma pele de negra clara.

> Hoje não falam como antigamente, mas tem algumas atitudes que lembro. Olha, eu e minhas irmãs tivemos momentos muitos chatos na escola quando adolescentes, e tomei uma atitude que eu me arrependo. Na escola tinha uma garota que me chamava de neguinha do batuque, gorila, nega maluca, era sempre que ela me via, sabe, eu sempre deixava pra lá e não contava para mamãe e nem para o diretor da escola, isso me irritava a ponto de não querer frequentar mais a escola só para não ouvir esses xingamentos, mas eu sempre ignorava na escola. Só chorava voltando para casa, e era engraçado porque a gente voltava de barco e a sensação de tristeza parecia maior. Quando foi um dia, na saída da escola, ela estava na escada que a gente descia para pegar o barco e voltar pra casa, e eu estava já chegando no barco quando ela começou a me ofender, ahhh eu fiquei estressada subi a escada com muita ira e bati nela. Foi uma atitude errada, pelo menos ela passou a respeitar eu e minhas irmãs. Hoje eu não

> faria isso, mas eu era adolescente, né, nessa idade a gente age assim. Ahhh, antes disso acontecer eu falei bem assim para minha mãe: "Mamãe, qualquer dia desses vai chegar um recado da secretaria da escola para senhora. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

Por racismo, compreende-se, em Gomes (2005), "um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc." (Gomes, 2005, p.52). Essa aversão é violenta e atinge a subjetividade da mulher negra que carrega consigo os sinais de negritude em seu corpo.

Tais ações preconceituosas fazem com que a saúde emocional seja afetada, como o surgimento de complexos de inferioridade, insegurança, baixa autoestima, ansiedade, depressão e a até mesmo a recusa de sua identidade. A minha escrita, você perceberá que está contaminada, não nego as minhas vulnerabilidades, as quais são frutos de uma academia racista, que em uma aula chegaram a falar que minha escrita era emotiva. A antropóloga Nilma Gomes (2003) chama essa ação preconceituosa sobre o corpo, o cabelo, os ataques à identidade negra de "patrulhamento ideológico".

Há uma negação de que o Brasil é um país racista. Negam o racismo, dizendo que vivemos em um país de democracia racial. Essa negação do racismo na sociedade brasileira só reafirma a existência dele, pois ele se alimenta e se mantém da negação e invisibilidade. A desigualdade racial e o racismo existem, basta recorrer aos dados estatísticos para localizar a posição do negro na sociedade brasileira e quem estão matando.

O site El País Brasil publicou um artigo intitulado "O racismo não dá descanso e impacta a saúde e o trabalho dos negros no Brasil", de Beatriz Sanz, que faz referência a um estudo da Universidade do Texas. A autora afirma que "pessoas que sofrem com discriminação estavam sujeitas a desenvolver alcoolismo e depressão" (Sanz, 2017), ou seja, para além de xingamentos verbais, não é apenas a violência simbólica, há toda uma estrutura e uma relação de sofrimento e violência.

Ainda desse sofrimento, na matéria, a psiquiatra Noemi Kon afirma que "obviamente essa violência causa sofrimento psíquico" e mais, o racismo "pode fazer com que as pessoas se sintam menos qualificadas a ocupar determinados espaços e a estabelecer relações amorosas de qualidade, por exemplo". Acompanhei alguns eventos da vida da minha irmã, ouvi sobre o racismo que passava na escola e como ela e minhas irmãs resolviam o problema com as pessoas racistas, minha irmã sempre foi defensora das irmãs mais novas.

Nesse momento, recordo de algumas vivências com a minha irmã. Lembro dela escondendo da mamãe as fitas de música da banda de pagode e samba Raça Negra, as fitas do

cantor Belo, entre outros que ouvia no walkman toca-fita. A Gabi era muito boa em várias coisas da vida doméstica, sabia fazer encanação, trocar torneiras, trocar lâmpadas, mudar paredes de madeira, pintar paredes, fazia artesanatos, conhecia ervas boas para aliviar a ansiedade e era uma ótima protetora das irmãs. Compreendo que o ciclo de vida dela terminou, mesmo desta forma desumana, é assim que vemos em nossa família.

Nessa época, dos diálogos apresentados acima, minha irmã tinha projetos de vida, sonhos e ambições que foram interrompidos.

> Já vivi de tudo, somente com 35 anos, passei por coisas que não entendi, eu tenho apenas o ensino médio, é uma vitória, terminei pouco tempo atrás. Me afastei dos estudos por um bom tempo, eu tenho vontade de voltar a estudar e me formar em advocacia ou técnico em enfermagem. Para mim, ser mulher negra amazônida significa que existe gente negra aqui, não só o povo indígena, tem gente negra que nem eu, significa coisa boa para eu ser mulher negra amazônida. (CADERNO DE CAMPO, 28 DE JANEIRO DE 2019)

Eu sinto que as palavras se esgotaram, o luto ainda me atravessa, mas sinto raiva e sua ausência. Eu senti todos os dias a responsabilidade de cuidar da minha mãe, ela precisava de mim, eu não poderia estar na universidade e ignorar as crises de pânico que ela passou a ter. Me dediquei aos cuidados da minha mãe em 2019, aos cuidados da minha irmã Dani em 2020, por conta do diagnóstico de câncer no colo do útero, e fui a rede de apoio a minha irmã Flor em seu processo de separação e perseguição de seu ex-marido, que culminou numa tentativa de suicídio. Vi na escrita a possibilidade de colocar em cada palavra parte do que se passou em nossas vidas após a morte da nossa irmã mais velha.

Em certos momentos, me vi numa posição de cuidadora, enquanto o mundo desabava em pandemia da Covid-19, eu tentava manter todas as minhas vivas. Eu não tinha o poder de nada, mas eu sabia cuidar, como vi minha irmã Gabi cuidar de mim quando eu era criança:

> De modo geral, a mulher é associada ao cuidado de forma direta, natural, como se esta fosse uma relação óbvia e dada, e não uma construção social que carrega afetos e sentimentos considerados nobres, mas também impregnada por risco e perigo. Chama-se de “amor” o cuidado promovido por mulheres desde meninas, sem que se reconheça esse cuidado como um trabalho, um investimento de tempo, dedicação, paciência e força física; mas também um engajamento que leva a perdas, exaustão, debilitação física, bem como possíveis doenças e morte. (PIMENTA, 2019, p.12)

Eu tive que me renunciar alguns momentos pelas minhas, e hoje compartilho com você que lê esta autoetnografia e escrevivências. Em todos esses anos retratados, de 2019 a 2023, eu estava na academia, fazendo iniciação científica, graduação e o mestrado, carregando o peso de ser boa na escrita e sempre dando conta da vida acadêmica.

Foi um prazer tê-las em nossas conversas de varanda, eu convido-as para fazermos, juntas, os percursos dos deslocamentos de tia Julia do Purupuru a Manaus, e de Gabriele do Purupuru ao Careiro e a Manaus, que apresento no próximo capítulo. No capítulo a seguir, nós vamos pensar como se dá o nosso deslocamento em busca de assistência médica e também um pouco do lugar, ou seja, do Purupuru.

Entrelaçamento e varandas
(Ensaio fotográfico)

O que é uma vida?

É instante, momentos, laços e afeto, uma vida são vários eventos até que chega o dia que acaba tudo.

O ano é 2019, e eu nem sei mais quantas vezes me fiz de forte para não sucumbir, quantas vezes em público me segurei para não chorar.

Está sendo árduo, difícil, mas as vezes me pego me olhando no espelho, agradecendo a mim por não desistir. Por continuar acreditando em dias melhores.

Sei lá, parece que as vezes tento me enganar sobre tudo que estou vivendo, mas a realidade não dá tempo.

E mais uma perda, hoje se deu em minha vida, Apollo o cachorrinho que estava conosco há 7 anos, pegamos ele numa rua onde a mãezinha dele deu à luz e lá ficou.

Cuidamos com amor. Sabe, animais são parte da família também, eles sabem do nosso estado emocional e lutam para animar a gente. Tinha sido assim, durante meus dias cinzas, com o pesar da partida da minha irmã.

Quantas vezes Apollo me ajudou a sobreviver a uma crise de ansiedade? Quando eu me sentava no chão ele ficava ali perto de mim, mexendo comigo pedindo a atenção, nisso eu desviava a atenção do que estava tirando minha paz.

Apollo não vai estar no portão me esperando chegar da faculdade. Ele se foi.

Eu tenho tudo para desistir desse plano, mas a minha rebeldia diz que eu tenho que continuar aqui e não desistir.

Ando sempre dizendo: não exijam muito de mim. Pois se me vir sorrindo, estou dando naquele momento tudo que tenho, sempre lutarei para que a vida não me torne dura demais e feche os meus olhos para as coisas bonitas que a vida possivelmente tem para mim.

Eu continuo sendo uma menina sonhadora, meio criança meio boba, e acreditando que o amanhã será melhor. Mesmo que as situações desta vida me queiram dura.

Eu escolho viver com leveza, e ser fonte de amor e afeto.

***

Para viver a ausência eu me fiz presente, presente na vida da minha mãe e me colocando numa posição que talvez seja a única vez que viverei, ser mãe.

Sim, naquele sentido romântico da palavra, ser mãe de dar colo, dormir junto, falar coisas positivas e de apoio.

E eu fui mãe, mãe da minha mãe. Cuidei dela como ela cuidou e cuida de mim:

Afeto

Atenção

Tempo

Alimentando

CUIDANDO

Amor

Graça

Paciência

Cuidei dela e todos os dias eu pensava: quem diria, estou sendo mãe da minha mãe. Não que o cuidado é algo das mães, mas no meu sentido, eu estava cuidado dela como ela cuidou de mim.

Foi da ausência da minha irmã que tive de me fazer presente. Negociei o meu luto para a minha mãe sentir o dela até a última gota.

Precisei persistir em me manter sã, para não sucumbir ao ver a minha mãe em crise de pânico.

Horrível

Desesperador

Impotente

Assustador

Eu prometi a mim o que faria com tudo que estava vivendo.

Eu iria escrever.

Fazer ecoar a minha angústia e impotência de ver a minha irmã morta por um sistema racista e desumano, e ver indo mal, cada dia mais assustadora a saúde mental da minha mãe, sucumbindo.

Eu não vou ter minha vida resumida a essa dor, pois eu persisto em não aceitar o estado de dor e solidão que o racismo submete os corpos das mulheres negras.

Legenda: Casa da tia Júlia. Tia Júlia na Janela e prima Pila sentada na frente da casa.





Legenda: Eu de costas, tia Cristina na ponta da mesa e prima Pila na minha frente.

Legenda: Na varanda. Avó Salvina tirando um cochilo após o almoço.



Legenda: Varanda da frente da casa da avó Salvina.



Legenda: Tia Delza e suas amigas conversando e preparando o milho para fazer pamonha.



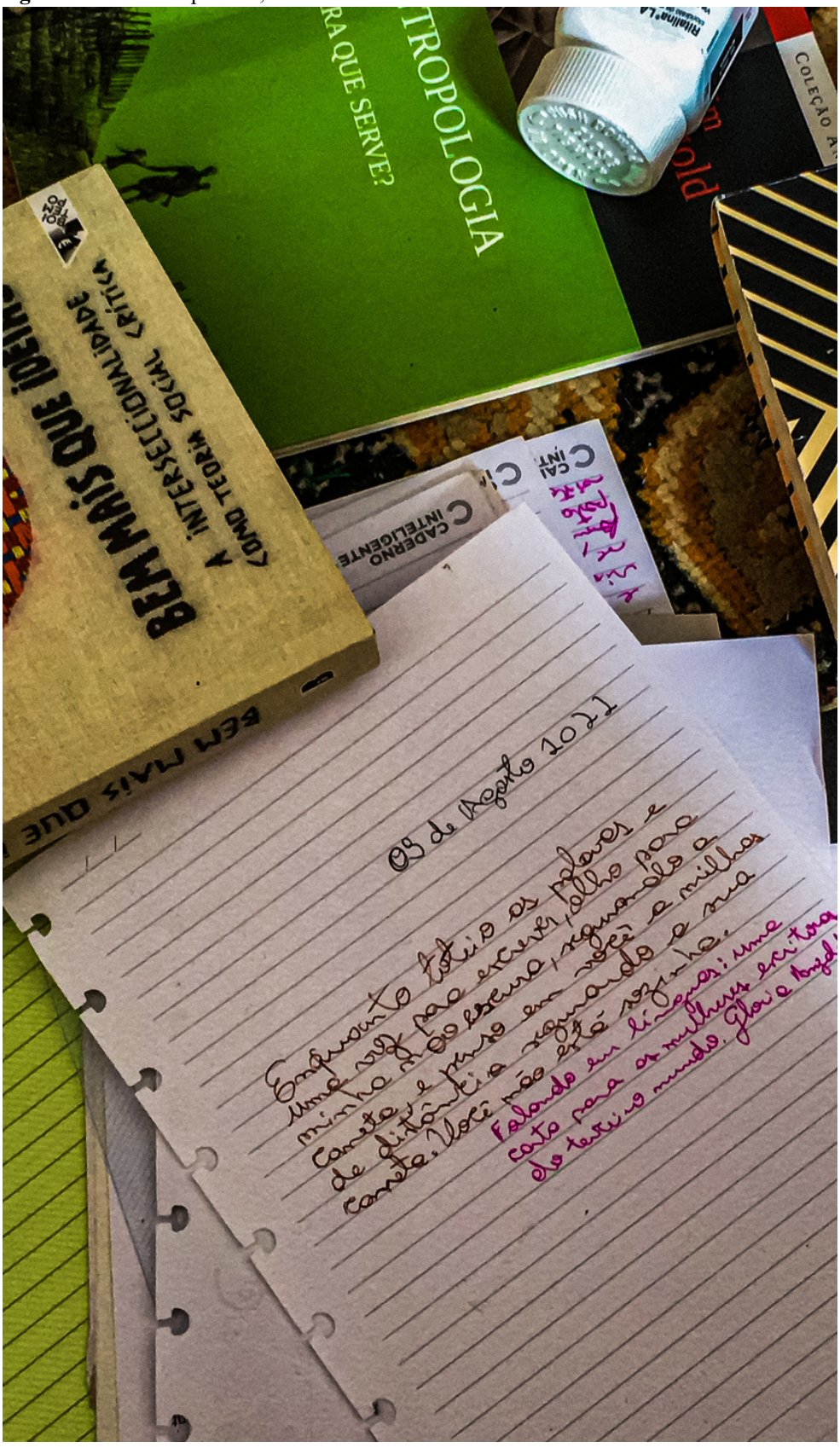
Legenda: Tia Cristina na varanda de sua casa.



Legenda: Por do sol da varanda da casa do tio Chico



Legenda: Escrever é preciso, escreviver é viver.



CAPÍTULO III
OS DESLOCAMENTOS

> Viajo porque preciso, mas nem gosto daquele lugar, até a água de lá é diferente.
>
> Tia Julia.

No início de outubro de 2022, eu retorno ao Purupuru após o período letivo referente ao mestrado. Desta vez, irei ficar mais tempo do que nos meses anteriores, em que as viagens eram pontuais para atender alguma solicitação de compra de medicamentos para a mamãe.

Antes de pegar a estrada, mamãe me alerta sobre a situação da BR-319 e que talvez eu demore para chegar ao Purupuru. Ela estava se referindo ao desabamento da ponte sobre o rio Curuçá, que ocorreu no dia 28 de setembro de 2022, deixando cinco mortos e 14 feridos. Retornei ao Purupuru no dia 01 de outubro de 2022, dois dias após o acidente. O cenário ao redor do desabamento era de desespero. O Corpo de Bombeiros buscava corpos que estavam sob os escombros e destroços da ponte, além de estar removendo veículos de dentro do rio Curuçá.

Ao chegar próximo ao acidente, pude sentir de longe o mau cheiro de alimentos estragados, misturados a um vento quente que vinha do asfalto. Aquele odor vinha dos caminhões-baús envolvidos no desabamento.

A sensação era desagradável: Sol escaldante, cheiros desagradáveis, destroços espalhados pela pista e margem do rio. O sentimento era de aflição ao ver o cenário e a busca das famílias por seus entes queridos desaparecidos.

Para atravessar, era necessário ir até a margem do rio Curuçá e aguardar a Defesa Civil para fazer a travessia. Eram três embarcações pequenas que comportavam entre 12 e 14 pessoas, de acordo com os responsáveis.

Era um sábado, um dia antes das eleições, e teria um intenso fluxo de pessoas indo e vindo pela BR-319. Quando cheguei lá, não havia nenhuma cobertura para proteger a população em caso de chuva, ficamos em uma fila próxima à margem do rio, debaixo de algumas árvores. A Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS estava organizando a fila, separando as pessoas em prioridades, e a fila maior, da qual eu fazia parte, de não prioridades. Saí de Manaus às 9h da manhã, com a intenção de chegar em casa, no Purupuru, às 12h. No entanto, acabei chegando às 15h, devido a demora na travessia, já que a fila estava grande e o trânsito era lento.

Quando penso em Malinowski e em seu fazer etnográfico, não estou querendo discutir com um clássico tão estudado de nossa ciência antropológica. Na realidade, percebo que a

prática etnográfica pode atender a interesses, seja para colonos, para problematizar uma realidade, seja para descrever um evento. Atualmente, pesquisadores do terceiro mundo estão ressignificando o trabalho de campo, adotando uma postura política e crítica em relação ao que descrevem, observando as intersecções de onde investigam e propondo uma bricolagem durante sua escrita antropológica. Isso dependerá do lugar em que se escreve e descreve, bem como dos interesses envolvidos.

Ao longo das leituras, desde a graduação em Ciências Sociais, notei que a escrita antropológica vem passando por metamorfoses, e o fazer etnográfico é a construção de uma ficção persuasiva (Strathern, 2013, p.174). Isso significa dizer ao leitor: "Eu estive lá, eu estava junto, eu participei desse momento." A capacidade de levar o leitor ao cenário descrito é um esforço antropológico, em que aquele que está escrevendo aciona suas experiências, ou seja, o campo pode trazer eventos de serendipidade, como já destacado no capítulo anterior.

Diante disso, meus esforços são voltados para descrever, nesse momento, os deslocamentos de Gabriele e tia Júlia por meio de fotografias, e minha própria vivência, de quem frequentemente faz o trajeto BR-319 e Manaus. Sigo cuidadosamente utilizando meus instrumentos no campo - a câmera do celular e o caderno de campo - para me auxiliar na "descrição densa" (Geertz, 2008, p.19). No entanto, preciso de um estranhamento nessa descrição. Eu não estava fazendo uma viagem com minhas tias e prima, eu sou familiar, mas estava lá naquele momento, como em outros, enquanto antropóloga, porém sempre imersa em nosso cotidiano. Aqui, a viagem não é para fora, usando a metáfora das viagens antropológicas em outros continentes.

No entanto, me deparo mais uma vez com os limites do fazer antropológico, sendo parte do campo. Mesmo assim, continuo com a ideia de escrevivência como suporte teórico para minha escrita situada, afinal, como aponta Strathern (2013, p.174):

> Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia deve configurar-se de modo a transmitir novas composições de ideias. Isso se torna uma questão de sua própria composição interna, da organização da análise, da sequência em que o leitor é apresentado aos conceitos, da forma como as categorias são justapostas ou os dualismos revertidos. Enfrentar esse problema é enfrentar o arranjo do texto. Assim, se um autor escolhe, digamos, um estilo "científico" ou "literário", isso indica de que tipo de ficção se trata; não se pode escolher escapar completamente à ficção. (p.174)

Este capítulo seguirá a narrativa do deslocamento da minha irmã até a unidade hospitalar do Careiro Castanho à Maternidade Ana Braga em Manaus. Utilizarei a memória do que me foi contado pela minha tia Elite e pelo motorista. Conheço e refiz esse caminho duas vezes em 2022, utilizando táxi. A situação é diferente, mas apenas passar mais de duas horas sem sentir

qualquer dor ao estar sentada em um carro já me permite visualizar, ao lembrar do que me foi contado, os momentos pelos quais ela passou.

Relatarei também os meus deslocamentos pela BR-319 até Manaus, acompanhada pela minha tia Júlia, para o tratamento oncológico, destacando os imponderáveis da vida, como as quedas das pontes nos rios Curuçá/AM e Autaz-Mirim/AM. Apresentarei, por meio da autoetnografia e da escrevivência, as vivências da tia Júlia, assim como descreverei as paisagens e os deslocamentos.

Farei uma breve contextualização sobre o Purupuru, sua paisagem, sua comunidade e as relações social, política e cultural que o constituem.

O Purupuru nem é tão longe de Manaus

Neste momento, irei localizar o Purupuru e contextualizar. Usarei como base o que ouvi dos mais velhos e as poucas referências bibliográficas que consegui sobre onde eu moro. Essa parte será para situá-los sobre de onde eu falo e, principalmente, para visualizarem os deslocamentos feitos por mim e minhas semelhantes.

Ao buscar dados históricos para desenvolver essa unidade, não encontrei bibliografias sobre a história do Purupuru. Castro (2019) também encontrou essa mesma dificuldade em relação à formação histórica do Purupuru. "Purupuru não possui histórico escrito, o que nos impossibilita de fazer afirmações sobre seus processos de formação e fundação. O que temos são relatos de moradores que dizem ter participado da criação..." (Castro, 2019, p. 84).

Ainda não somos considerados um município, e pelo andar da história de nossa localidade e as políticas de barão de barranco, ainda permaneceremos por muito tempo como uma comunidade de um município tão longe da gente, talvez mais longe que a nossa capital, Manaus.

As políticas de barão de barranco são uma prática comum nos interiores do Amazonas, conhecida historicamente como coronelismo. Percebi tais semelhanças na política que circula no Purupuru quando comecei as aulas na graduação sobre história do Amazonas. O autor Victor Nunes Leal (2012) é bastante citado em trabalhos que tratam a respeito das formas de política feita em interiores, com o seu livro *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.*

Pensando brevemente com o conceito trabalhado pelo autor, o coronelismo se caracteriza como um sistema político que se centraliza na figura do coronel, a pessoa que detém

grandes poderes econômicos dentro dos municípios, geralmente fazendeiros e proprietários de terra que exercem poderes sobre a localidade. O autor descreve esse tipo de sistema político a partir da Primeira República (1889-1930) (Leal, 2012). Mas, olhando para o fio da história de nosso país, é possível afirmar que essa prática é herdada do colonialismo das relações de violência e imposição de poder.

Penso que na região do Amazonas, contemporaneamente a política de barão de barranco recebe bastante influência da igreja evangélica. Desde que eu era criança, sempre os prefeitos e vereadores eleitos estavam sendo apoiados pelas igrejas ou são membros delas. Lembro dos cultos e das campanhas de oração que eu ia na infância, em que o pastor dizia que deveríamos orar para os nossos representantes, alguns eventos tinham o patrocínio de alguém que posteriormente se tornaria candidato. Porém, o foco desta dissertação não são os aspectos políticos do Purupuru, mas a influência da política de barão de barranco na organização política do município e na burocracia da assistência médica.

O Purupuru está localizado entre os municípios de Careiro Castanho, Careiro da Várzea e Autazes, estamos mais ou menos a três horas de Manaus. Sou levada a fazer uma pesquisa breve, por meio de trabalhos de etnologias, dicionário de etnologia, o Google Maps e sites que atualizam os dados sobre os povos indígenas do Brasil, com o intuito de saber mais sobre a localidade que moro. Geograficamente, olhando a ferramenta Google Maps, para situarmos onde é a sede do Careiro e onde é o Purupuru, notamos uma distância significativa entre essas duas localidades.

De acordo com dados do IBGE, o Purupuru é um distrito do Careiro. Para se entender a dinâmica administrativa, o Purupuru é dependente da administração do município de Careiro, contando com as deliberações da sede. Isso reflete nos serviços públicos ofertados pela sede como aqui observado: a questão da saúde pública e os itinerários que os moradores do Purupuru fazem para serem assistidos pelo Sistema Único de Saúde-SUS, em situações de atendimentos de alta complexidade.[28]

Assim como a maioria dos interiores do Amazonas, a falta de estrutura é um fator marcante, principalmente em relação à assistência médica, que fixa sobre a responsabilidade do município-sede. Há poucos anos atrás, não tínhamos uma Unidade Básica de Saúde, era um

[28] Dentro das estratégias de atendimento do SUS, ele divide os atendimentos. Os procedimentos de alta complexidade são aqueles que requerem mais recursos técnicos e laboratoriais, exemplo: o tratamento oncológico da tia Júlia, o parto dentro das condições de sofrimento físico e dificuldades que a Gabriele apresentava.

pequeno posto de saúde, que atualmente é uma UBS, que fornece serviços básicos de saúde em dias pontuais.

Os dias são separados por especialidades: dia de atendimento aos hipertensos e diabéticos; dia de atendimento obstétrico e pediátrico; dia de atendimento odontológico e psiquiatria e o dia de atendimento com o clínico geral. São dias da semana separados, e nem sempre ocorrem em todas as semanas do mês, apenas em datas específicas.

Ouvindo as histórias dos mais velhos sobre o Purupuru, em relação à origem do nome e da localidade, junto aos dados encontrados nas referências, pode-se constatar que o Purupuru, é uma comunidade típica do Norte do Brasil, se tem uma multiplicidade de identidade. As ancestralidades indígenas e negras são latentes em nossas práticas sociais, seja na agricultura, seja na alimentação, modo de vida ou nas formas de buscar assistência para cura de doenças em ervas medicinais, rezas, benzimentos, "puxações" de desmentidores, entre outros aspectos culturais.

A princípio, o que se encontra é que Purupuru é o nome de uma doença que dá na pele e que ocasionou a morte de muitos indígenas, sendo eles também da localidade. Não se tem ao certo informações de quais etnias pertenciam os do Purupuru, mas os mais antigos dizem que no Purupuru habitavam esses povos que se mudaram por causa dessa doença. Posteriormente, um fazendeiro dividiu as terras em lotes, vendeu algumas partes e fez doação de outras.

Os pesquisadores F. Nery Guimarães e Bichat Almeida Rodrigues apontam, em um documento de março de 1948, do Instituto Oswaldo Cruz, que purupuru:

> (...) é uma palavra indígena que quer dizer "pintado" ou "manchado", peculiar à Amazônia Brasileira. Certas tribos, com alta incidência da moléstia, passaram a ser chamadas também "Purú-purús", o mesmo acontecendo com o rio onde habitavam - Rio Purús. 2) A doença existe na bacia do rio Solimões e seus principais afluentes: Javari, Juruá, Purús, Içá, Japurá, e Negro (F. NERI GUIMARÃES e BICHAT ALMEIDA RODRIGUES, 1948, p. 137)

A doença purupuru foi um mal persistente. Por ser uma doença que dava na pele, sua transmissão era por meio do toque e contágio, pela convivência no mesmo ambiente do adoecido, pois a pele descamava, deixando resíduos, entrando para o primeiro relatório da OMS sobre doenças tropicais negligenciadas, conforme consta no documento:

> Os treponemas tosses endêmicas, que compreendem bouba, sífilis endêmica e purupuru, são causadas por bactérias do gênero Treponema. No início da década de 1970, a prevalência das doenças tinha sido reduzida de 50 milhões pares a 2, 5 milhões de casos depois da disseminação do uso de penicilina injetável de longa duração. (OMS, 2012, p. 64)

Os tempos são outros, a medicina ocidental está cada vez mais avançada, contudo, ainda não é bastante para providenciar um antídoto em um curto prazo para doenças como foi a Covid-19. Assim como a doença "purú-purú" matou muitos indígenas, a Covid-19 também fez muitas vítimas, e este paralelo não entra à toa aqui, visto que parte da minha experiência com o mestrado foi atravessada pela pandemia do coronavírus.

Faço uma divisão do espaço geográfico do Purupuru, de acordo com as características social e cultural, assim como muitos moradores falam da nossa localidade. Atualmente, não temos mais aquela divisão de apenas três partes: Rua do sr. Jaquirana[29], Ponta do Vento[30] e o Deserto[31]. Hoje, somos o distrito maior, em população e em território, de acordo com a divisão da sede Careiro, entre os outros Distritos pertencentes ao Careiro, que são: Araçá, Anvéres, Janauacá, Mamori e Purupuru.

Hoje visualizo o Purupuru da seguinte forma: Vila Velha do Purupuru, a frente do Purupuru, Ponta do Vento, parte da avenida principal, rua do finado Jaquirana, parte do campo de futebol de terra batida, rua do Sarará, bairro do Tucumã, rua da Ferinha. Parte da frente do Purupuru é o início da comunidade, fica de frente para o rio. É nesta parte que fica o flutuante do meu avô Nelson, além de outros flutuantes.

Nessa parte da frente estão a UBS do Purupuru, a única escola estadual, a pracinha e uma igreja católica. Todas as construções são de frente para o rio, na parte alta tem algumas palafitas, casas e comércios construídos. Minha avó Salvina e a tia Julia moram na parte da rua do finado Jaquirana, que é próximo à via principal onde a tia Cristina mora, e eu moro na parte depois do campo de futebol de terra batida.

Para chegar ao Purupuru, por via terrestre como faço, saindo de Manaus, primeiro se atravessa o rio Negro e o Solimões por via fluvial, depois irás pegar a BR-319 e por alguns quilômetros irás trafegar na rodovia AM-245, exatamente no km 26, que é a do Careiro/Autazes. Nas proximidades do km 22, se localiza o ramal de acesso ao Purupuru, após 28 km, você chega nesse município.

A distância do Purupuru em relação a Manaus é de 76 km, e a distância em relação ao Careiro fica cerca de 126 km quando os deslocamentos de urgência e emergência pela UBS do Purupuru são feitos para o Careiro. Esse é um fator entre outros já apontados pelos moradores

[29] Um morador conhecido da comunidade pela sua risada e por ser brincalhão.
[30] Parte do Purupuru onde circula muito vento.
[31] Localidade muito distante, é utilizada para fazer plantações, o nome "deserto" é mais por ser distante do que por ser uma terra infértil.

em outro capítulo, por não quererem ir ao hospital do Careiro, a viagem é demorada, muitos optam, por conta própria, se deslocarem a Manaus.

A seguir, apresento o seu deslocamento e trago as razões que levaram Gabi ao hospital do Careiro na noite que sentiu o líquido amniótico em suas pernas e leves contrações.

Era para ela parir em Manaus, não no Careiro

> Não se preocupem, Deus já tem tudo preparado para mim, eu vou para o Castanho .
>
> Gabriele Queiroz, janeiro de 2019

Gabriele não queria ir a Manaus para o parto, pois temia não realizarem a laqueadura nela. Todos os outros três partos que teve em Manaus foram uma combinação de sofrimento. Se deslocar pelo menos um mês antes e ficar na casa de parentes foi o que sempre fez. O modo como foi tratada na maternidade pesou em sua escolha. Dessa vez ela estava decidida e já havia acertado, durante o pré-natal na UBS do Purupuru, que iria parir no Careiro, na Unidade Hospitalar Deoclécio dos Santos.

Era por volta de umas 22h, do dia 13 de fevereiro de 2019, todos em casa já estavam dormindo. No interior temos o hábito de dormir cedo, porém eu estava acordada transcrevendo meu diálogo com a líder do pitiú[32], dona Lídia, mulher negra, que mora no Purupuru. Estava escrevendo sobre ela e sua posição de liderança em nossa comunidade, e precisava entregar o relatório parcial da minha iniciação científica da época.

Noto uma movimentação na cozinha, era minha irmã Gabriele. Ela, seu marido Biel e Pedrinho vieram dormir aqui em casa, pois a casa deles estava sem energia. Percebo e me levanto, ela pergunta se eu havia visto uma calcinha dela, pois ela queria trocar, porque estava descendo um líquido, "Acho que vou mandar chamar a enfermeira, para liberar a ambulância".

Rede telefônica não funciona no Purupuru. Na época, tínhamos rede wi-fi via satélite, mas nem todas as pessoas tinham em sua residência. Para chamar a enfermeira responsável pela UBS do Purupuru era preciso ir até a sua residência, ficava a uns 10 min de distância da nossa casa. Após acionar a enfermeira, tinha que ir até a casa do motorista responsável pela ambulância para que ele fosse à casa de quem estava solicitando.

---

[32] Cheiro de peixe que fica na pele.

O marido da minha irmã foi até a casa da enfermeira e depois até a casa do motorista, retornou e foi até a residência deles para pegar a bolsa da maternidade. A ambulância chegou depois de uns 30 min, pois a enfermeira passou primeiro na UBS, pegou alguns instrumentos de trabalho e passou pela casa da minha tia Cristina para levá-la, pois minha irmã já havia combinado com a minha para acompanha-la e eu ficaria com as suas crianças.

Fomos à varanda esperar a ambulância. Aqui no Purupuru não usam o barulho da sirene, visto que é um lugar pequeno e não há trânsito. Durante o tempo de espera, perguntei como ela se sentia, ela respondeu que não estava sentindo dor, e que achava que iria parir. Eu falei que chamaria a nossa mãe, ela então pediu para não acordá-la, não queria deixá-la preocupada. "Mana, não estás sentindo nada não? Tem certeza?". Eu, assustada, pergunto, ela fala que não. Finalmente a ambulância chegou, a enfermeira aferiu sua pressão (estava 14 por 8), fala que está um pouco alta e pergunta se ela está preparada para ir ao Castanho, ela responde que sim.

Eu, de novo, pergunto se chamo a mamãe, e ela pede que não, pois nossa mãe poderia ficar com a pressão alta e seria mais uma passando mal. Essa é uma das dores de minha mãe, não ter visto minha irmã sair de casa na noite do dia 13 de fevereiro, sua última noite viva. Essa foi a última vez que vi a Gabi com vida, e sinceramente, nessa noite eu me senti gelada e com sentimentos estranhos, aqueles acompanhados de "e se".

São mais de 2 horas de viagem de ambulância do Purupuru até o hospital do Careiro, ela chegou lá por volta de 1h40, do dia 14 de fevereiro de 2019. Durante a sua viagem, minha tia Cristina disse que ela ia cantando alguns louvores da igreja para não ficar assustada, pois estava perdendo líquido. Hora a pressão dela subia, hora ficava estável, mas ela continuava tranquila, cantando e orando, e ela havia dito antes de sair: "Não se preocupem, Deus já tem tudo preparado para mim."

A estrada irregular fazia a ambulância chacoalhar, e cada buraco era uma tensão, foram estradas adentro. Primeiro pela estrada do Purupuru/AM, depois uma parte da estrada de Autazes/AM, por último a BR-19 até a unidade hospitalar do Careiro.

É quase unânime entre os moradores do Purupuru não querer ser atendido no hospital do Careiro em caso de urgência e emergência, mas por questões burocráticas do SUS, os pacientes devem ser removidos primeiro para lá e só depois devem ser deslocados para Manaus, dependendo do quadro médico e da especialidade. As grandes questões são: é muito longe; lá não tem atendimentos específicos; medo de não serem atendidos adequadamente; mataram a filha da irmã Maria lá; já tiveram outros casos de negligência médica na unidade hospitalar.

A Assistência Primária de Saúde, que é executada pelas UBSs, é de responsabilidade da secretária de saúde do município, no caso, aqui no Purupuru é do Careiro, logo os casos de urgência e emergência do Purupuru são deslocados para o hospital do Careiro.

Portanto, essa parte burocrática interfere nos deslocamentos dos moradores do Purupuru para a Unidade Hospitalar do Careiro, e aqueles que se recusam a ir por algum motivo, estão assumindo os riscos ao se deslocarem por conta própria até Manaus. Na UBS do Purupuru, o atendimento é específico da Atenção Básica de Saúde, como aponta a Portaria de nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que delibera no Art. 2º:

> A atenção básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais, as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Com as Normas Operacionais Básicas (NOBs), estabeleceu-se instrumentos para operacionalização dos serviços de saúde pública. Uma das estratégias é para descentralização da saúde para os municípios e a divisão de responsabilidades na gestão do SUS, com o intuito de construir um Sistema Único de Saúde eficaz. (Serra e Rogrigues, 2007, p. 210, 211; 2012, 213)

Eu fiz essa viagem do Purupuru até a sede do município onde fica a unidade hospitalar que minha irmã foi levada. Em um dia normal, sem evento algum, a viagem é cansativa, visto a demora. Sem parar para nada, formos direto, em uma velocidade considerada perigosa, acima dos 80 km por hora. Saí do Purupuru antes das 5h da madrugada e cheguei no Careiro depois das 7h30, minha intenção era ir ao hospital, mas não consegui, senti um grande bloqueio, tanto que a minha vontade era retornar para o Purupuru.

Passamos pela frente do hospital, mas pedi que não parasse o carro e fomos à praça do município. Realmente, não queria ficar no lugar, nem tirei fotos para registrar e dizer a vocês que eu estive lá, mesmo assim ainda fiz dois registros: de uma estátua da praça, que é um pescador com um pirarucu nas costas, e uns pen drives que um vendedor ambulante, que por ali passava, me ofereceu.

Senti enjoo daquele lugar e um grande pesar, pretendo ir ao Careiro em outras ocasiões, mas no momento tentei não forçar, minha mãe já teve que ir até a sede algumas vezes e sempre passa mal. Segundo ela, se sente culpada por não ter insistido para Gabi não ir para aquele lugar.

Para minha mãe ter atendimento psiquiátrico, por conta do luto e da forma que minha irmã faleceu, ela precisava ir até o hospital do Careiro, não somente ela, mas todas as pessoas que fazem atendimento com tal especialidade, por conta da grande quantidade de pessoas

direcionadas a esse serviço de saúde e da solicitação dos próprios pacientes para que o especialista atendesse aqui na UBS do Purupuru. A prefeitura viabilizou, a cada dois meses, que o psiquiatra atenda na UBS do Purupuru. Para minha mãe, foi um grande alivio, pois ela não estaria no mesmo ambiente que minha irmã vivenciou os últimos minutos de vida dela, e para mim foi uma possibilidade de também ser assistida pela psiquiatria.

Após o parto e a situação estar mais agravada, o corpo médico solicita o deslocamento da minha irmã para Manaus, já era 12 de fevereiro de 2019. Era um dia chuvoso, minha tia manda mensagens para minhas irmãs, em Manaus, e diz que o deslocamento será feito via aéreo. Eles precisavam fazer rápido e com pouco atrito o deslocamento dela para o atendimento de urgência. Ela pediu que fossem para a Maternidade Ana Braga, pois nossas irmãs iriam para essa unidade hospitalar.

Porém, a solicitação de sua remoção por via área não foi atendida. Tia Cristina ligou novamente para minhas irmãs e disse que será via terrestre mesmo, pois o dia estava chuvoso e com muitas nuvens cinzas. Por via terrestre seria mais demorado e com muito mais atritos, além de que teriam que atravessar o rio Negro e o rio Solimões pela via fluvial.

Em meio a toda essa demora, minha irmã estava perdendo sangue, eles não tinham bolsas de sangue suficientes. Consta na ficha médica do hospital, que eles a deram somente duas bolsas de sangue. Quando eles chegaram no porto da Ceasa, já em Manaus, Gabi teve a primeira parada cardiorrespiratória. Tia Cristina viu uma movimentação na ambulância, eram os socorristas fazendo massagens cardíacas. Ela correu para ver, e eles pedem para se afastar. Durante a viagem na estrada, minha tia disse que ainda falou com a Gabi, mas não sabia se ela estava consciente.

Esse deslocamento é temido pelos moradores do Purupuru. Durante a pandemia de Covid-19, em 2020 e 2021, todos os casos graves de Covid-19 eram deslocados para o hospital do Careiro, não havia outra opção para quem ia até a UBS do Purupuru para atendimento. Quem conseguia se deslocar direto para Manaus fazia por conta própria e em carros particulares.

Para minha mãe, minha irmã foi como ovelha para o abatedouro, prometeram a ela que seria possível realizar o parto e a laqueadura que tanto ela desejava, que eles teriam na unidade hospitalar do Careiro. Todo um suporte técnico para atendê-la, e ela foi fugindo do atendimento traumático que vivenciou em Manaus nos partos dos seus outros três filhos para um atendimento que não imaginou que seria seu último momento nesse plano. Eu me pergunto: o que será que Deus tinha preparado para ela, que ela falava isso com tanta certeza?

Não sei, mas acredito que ele tinha preparado a festa para a chegada da minha irmã no céu. Sei que ela era uma mulher de muita fé, acho que Deus sussurrou isso a ela, mas o que

mais questionamos enquanto pessoas dotadas de fé e noções de justiça nem é tanto a sua morte, mas a forma com que se deu o seu fim.

Eu estou com enjoo de tanto andar

> Minha filha, com essas tragédias da ponte, está complicado viajar até Manaus. Se antes já era, imagina com isso agora. Eu nem gosto de ir para Manaus, vou por necessidade, e sempre volto no mesmo dia quando consigo, agora vai ser mais cansativo.
>
> Tia Julia 2022

Tia Julia, faz o trajeto Purupuru - Manaus para atendimento médico desde 2018, quando começou a investigar os sangramentos anormais que estava tendo. Em 2018, ficou 28 dias em Manaus, pois necessitava ser assistida de forma mais rápida e por mais dias seguidos. Após esses dias, passou a fazer até os dias de hoje esse deslocamento pelo menos duas vezes ou mais ao mês até o CECON-AM.

Um trauma de seu deslocamento vai se dando. Viagens sem sucesso, pois o médico faltou, medicamentos em falta, mudanças de dia das consultas, falta de assistência para custear as viagens. Aqui mostrarei principalmente seu deslocamento após a queda das pontes rio Autaz-Mirim e rio Curuçá, na BR-319.

Mostro para vocês esse deslocamento mais por fotografias do que por texto. Quero que consigam visualizar a viagem que fiz junto à minha tia Cristina, Tia Julia e prima Pila para um de seus atendimentos no CECON-AM. Essa viagem, em específico, aconteceu em outubro de 2022. Tomamos ciência, com coincidência, de que tia Cristina viajaria também para atendimento médico, conforme conto no capítulo “Conversa de varanda”, pois ela havia passado por um processo de aborto e pelo procedimento de curetagem uterina.

Confirmei com a tia Julia que iria a Manaus com ela. Ela falou que iria de ônibus e nem sabe como chegaria a Manaus, visto as condições das quedas das pontes. Saímos mais cedo que em tempos normais, às 5h, quando o ônibus ia direto pela estrada do Purupuru, parte da estrada de Autazes e a BR-319, mas, após esse ocorrido, os ônibus estão saindo uma hora antes do horário anterior, ou seja, às 4h. Por essa razão, quase perdi a viagem, mas consegui ir para a principal no momento exato que o ônibus passou. Minha mãe me deixou no ônibus e falou: “Julia, cuida dessa menina”. Logo fiquei com medo, a mente ansiosa cria vários cenários. Ela

falou isso, porque as viagens estavam sendo um pouco arriscadas de fazer por conta das quedas das pontes.

O ônibus estava com poucos assentos disponíveis, e não consegui sentar ao lado de minhas tias, então as localizei, "tomei bença"[33] e sentei duas fileiras de cadeiras atrás delas. Escutei a tia Julia falar: "Jesus, Maria, José, nos proteja nessa viagem". O percurso foi normal, tinha bastante fumaça na estrada. Como no mês de outubro é verão, os agricultores aproveitam para encoivarar[34] os roçados, colocar fogo para abrir a roça e fazer plantações, fazendeiros também fazem isso para abrir mais campo aos gados.

Chegando na primeira ponte, todos desceram do ônibus e tivemos que andar até a beira do rio Autaz-Mirim para pegar uma embarcação, e ir até o outro lado da BR-319. As travessias estavam sendo feitas por moradores das proximidades, e cobravam cinco reais por cada passageiro. A Defesa Civil chegaria por volta das 9h ou mais tarde, e não dava para esperar, pois tínhamos horários para ser cumpridos ao chegar em Manaus.

"Valei-me, Nossa Senhora!" Minha tia Julia exclama ao ver a situação, "Bora, Rafa, para de ficar tirando foto, se não vai perder a vaga na canoa e vai ter que ir em outra, temos que ir todas na mesma canoa", chama minha atenção a prima Pila. Enquanto eu estava no início do barranco, elas já estavam quase perto do rio para entrar na canoa, eu estava tentando capturar o evento tanto com a fotografia quanto com os olhos, para etnografar, ou seja, realizar a "descrição densa" (Geertz, 2008, p. 19). Eu fiquei com medo quando olhei para tanta gente em uma canoa de cinco acentos, em que sentavam duas pessoas em cada acento, uma tábua de aproximadamente trinta centímetros de largura e um metro e meio de comprimento.

Respirei fundo e entrei, alguém grita: "Segura nas mãos de Deus e vai!", em tom de brincadeira, e novamente a mente da ansiosa trabalha em vários cenários, porém segui firme, sentada, olhando para a grandeza de paisagem que ia se compondo conforme a canoa se distanciava do ponto que saímos. Após alguns minutos no rio Autaz-Mirim, chegamos no outro lado da BR-319, desembarcamos ao lado da ponte que caiu, nessa não tinha ninguém sobre ela. Quando caiu, no dia 8 de outubro de 2022, a ponte que contabilizou 14 pessoas feridas e 5 mortas foi a do rio Curuçá, no dia 28 de setembro de 2022[35].

---

[33] Costume cristão enraizado na cultura brasileira, que ainda é presente em alguns interiores pequenos do Brasil. Pedimos a bênção ao chegar, ao sair, ao dormir, ao acordar ou quando passamos pelos parentes pela rua ou ambientes que eles estão.

[34] Juntar pedações de árvores, folhas, matos e queimar. Preparar a roça para o plantio.

[35] https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/06/11/audiencia-publica-vai-debater-recuperacao-de-pontes-que-desabaram-na-br-319-notraverssia-amazonas.html

Ao desembarcar nessa parte da BR-319, tivemos que andar mais ou menos um quilômetro até a ponte do rio Curuçá. Sou acostumada a fazer caminhadas, mas nunca fiz com mochila e uma bolsa com frutas que minha mãe estava mandando para as minhas irmãs. A cada metro, meu corpo ficava mais pesado. Minhas tias e primas mais distantes de mim, novamente a Pila me chamou, eu havia parado para tirar fotos, "Bora, Rafa! Quem fica para trás, a onça vem e come."

Corri um pouco para tentar alcançá-las. Durante essa caminhada, não ouvi em momento algum minha tia Julia reclamar de estar cansada ou dizer que estava passando mal, ela estava há alguns meses já sem a sua medicação, e a esperança era que, nessa viagem, ela conseguiria tomar alguma dose do principal medicamento: bevacizumabe.

Ouvi, durante a caminhada entre as pontes dos rios Autaz-Mirim e Curuçá, algumas pessoas reclamando, principalmente da lentidão do governo para intervir na situação na época, período eleitoral, e já fazia quinze dias desde a queda da ponte do rio Curuçá. Em tom de provocação, alguém perguntava. "Cadê o presidente de vocês? O que ele falou que vai fazer por essa situação?", outra respondia: "O Bolsonaro não está nem aí para a gente, por isso temos a possibilidade nesse segundo turno de mudar a direção do nosso país." Outra pessoa para provocar gritava: "É Bolsonaro 2022!".

E eu ia ficando cada vez mais longe das minhas tias e primas, pois me distraía na caminhada com a paisagem e olhando as pessoas estressadas de andarem tanto e não chegarem até a outra parte da BR-319, onde teríamos que novamente atravessar por meio de embarcações ou canoas pequenas, dependeria se a Defesa Civil estivesse lá para fazer a travessia.

Dou uma apressada nos passos para chegar perto da tia Julia, pergunto se ela está bem, e ela fala que um pouco cansada e sentindo-se enjoada de tanto andar, mas que não estava passando mal e estava bem. Para novamente atravessarmos ao outro lado da BR-319, a Defesa Civil não estava na travessia, e novamente eram moradores das proximidades que estavam fazendo as travessias, o valor era cinco reais por cada passageiro.

E mais uma vez fomos em uma canoa, desta vez a remo[36] e um pouco maior, porém a distância de uma margem do rio para outra era menor. Tia Julia aparentava estar um pouco cansada. Chegando do outro lado da margem do rio Curuçá, havia uma vendedora ambulante vendendo café, tia Julia pede para pararmos: "Preciso tomar algo, senão eu vou desmaiar." Paramos para ela tomar um pouco de café, mas disse que tomaria andando até o outro ônibus

[36] Uma pessoa ou mais utilizam remos para fazer a canoa navegar.

que estava esperando a gente na BR-319. De onde desembarcamos até o ônibus não era tão distante, mas andaríamos alguns metros a mais, além do barranco que subíamos até chegar na BR.

Durante a caminhada, corríamos o risco de pegar chuva, mas o mês de outubro tem pouca probabilidade de chuva no Amazonas, porém cedo do dia já estava quente e subia um vapor do asfalto da rodovia, isso tornava a caminhada mais cansativa, porém tia Julia não reclamava. Chegamos ao segundo ônibus e fomos até o porto do Careiro da Várzea, tivemos que pagar novamente a passagem para, assim, seguirmos viagem.

Das frutas que trazia na sacola para as minhas irmãs, que minha mãe havia mandado, dei uma banana para tia Julia e comi a outra. Depois de tanto caminhar, minha reserva de glicose estava baixa, e ainda iríamos andar um pouco até a embarcação para atravessar o rio Negro e o Solimões. Em outubro, os rios estão secos e as embarcações ficam longe de onde desembarcamos dos ônibus, tendo que descer ou subir um barranco um pouco inclinado.

Chegando ao porto do Careiro da Várzea, fiquei novamente para trás. Esperei todas irem na frente, e a tia Julia chama minha atenção, pois quando a embarcação que faz a travessia completa a lotação eles não deixam entrar mais passageiros, e ela havia dito que era para todas irmos na mesma embarcação. Minha prima Pila diz para tia Julia que eu estava tentando gravar as coisas para minha pesquisa, por isso eu ficava sempre para trás.

Percebo que eu não estava somente como Rafaele, eu era alguém como elas, mas que minha viagem era por um outro motivo, que não era ir em busca de assistência médica, eu era um Outro nesse momento, não um Outro distante, eu era familiar.

Após 40 minutos de travessia no rio Amazonas e rio Negro, chegamos na Ceasa. Tia Julia decide não ir ao CECON-AM, estava cansada, e iria no dia seguinte, não iria se sentir muito bem para suportar os efeitos da medicação. Tia Cristina nos convida a tomar café na casa de sua filha. Vamos todas e eu aproveito para ligar para farmácia do CECON, a fim de confirmar que minha tia Julia iria tomar a medicação bevacizumabe no dia seguinte. Para nossa surpresa, o atendente disse que a medicação ainda não tinha na unidade hospitalar e que estavam esperando o farmacêutico responsável chegar para confirmar quando teria.

Saímos do Purupuru às 4h da manhã, andamos mais de um quilômetro, enfrentamos riscos dos rios agitados por correnteza em canoas pequenas, chegamos na Ceasa de Manaus aproximadamente às 8h40, do dia 12 de outubro de 2022. Minha tia tinha esperança de que após alguns meses da falta da medicação, dessa vez teriam a sua dose, mas foi atravessada pela resposta de que não teria. Espero chegar 13h do mesmo dia para ligar novamente, pois eu queria ter certeza se teria ou não a medicação da tia Julia, e eles confirmaram que estava em falta.

Tia Julia decidiu ficar mais alguns dias para fazer uns exames que ela já deveria ter feito, porém não havia conseguido valores para viajar, e como já estava na cidade, iria fazê-los, visto que a marcação de exames pelo SUS tem um mês de validade para realizar.

Me despeço delas, peço para Pila me ligar caso precisassem de alguma coisa, pois eu tentaria acionar a minha rede de amigos para ajudá-las.

Quando cheguei na casa da minha amiga, mal consegui passar para o caderno de campo aquele dia, gravei um áudio, que comecei com a voz embargada:

> Eu estou cansada, sabe. Não cansada da viagem de hoje, mas de ver as minhas semelhantes, mulheres pobres, negras e racializadas sendo tratadas com tantos descasos, tantas outras mulheres estão nessa mesma situação. Eu não sei qual é a minha, que decido escrever sobre a gente. Esse processo acaba sendo dolorido, porque acabo me refletindo nelas, me vejo diante de uma realidade que meu corpo pode ser o próximo.
> É cansativo tudo isso, agora digo das viagens que faço todos os meses a Manaus, para comprar as medicações controladas da mamãe, que ela passou a tomar depois da morte da minha irmã, estou cansada da vida acadêmica, das viagens para cursar os períodos letivos do mestrado.
> Hoje acompanhei a tia Julia, tia Cristina e a prima Pila em uma viagem até Manaus, amanhã espero conseguir lembrar de algumas coisas junto às fotografias, mas para o momento eu consigo dizer somente que estou cansada. (Áudio gravado na noite do dia 12 de outubro de 2022).

A quebra de expectativas da dose da medicação da minha tia foi o momento que percebi uma mudança de seu humor, nem quando estávamos caminhando na BR-319 ela esmoreceu, como se todo o nosso deslocamento tivesse sido inútil naquele momento. Eu mesma me abati, fiquei chateada e incrédula.

A seguir, apresento as fotografias do ir e vir pela busca por assistência de minha tia, de minha irmã e o meu ir e vir entre períodos letivos da universidade.

Deslocamento e os imponderáveis da vida real
(Ensaio fotográfico)

Localização do Purupuru (Fonte: Google Earth)



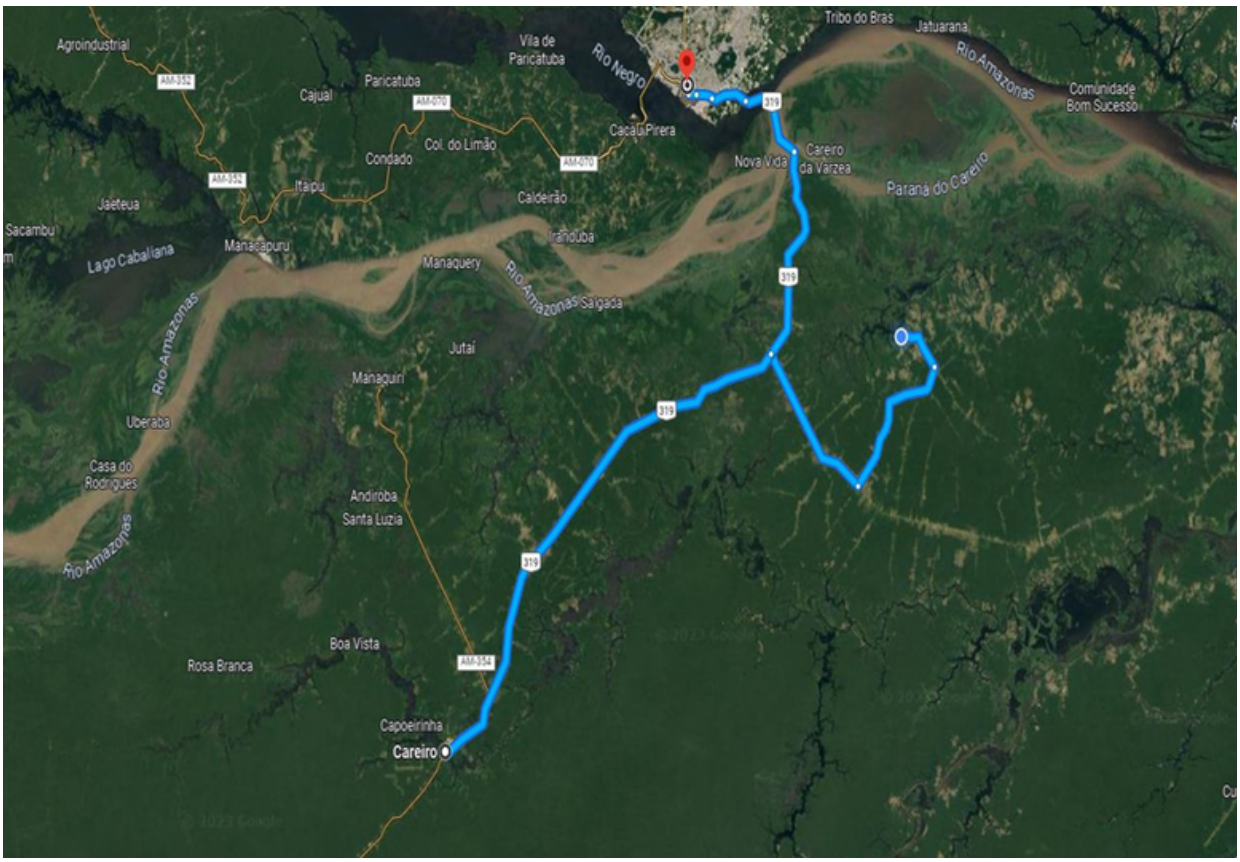


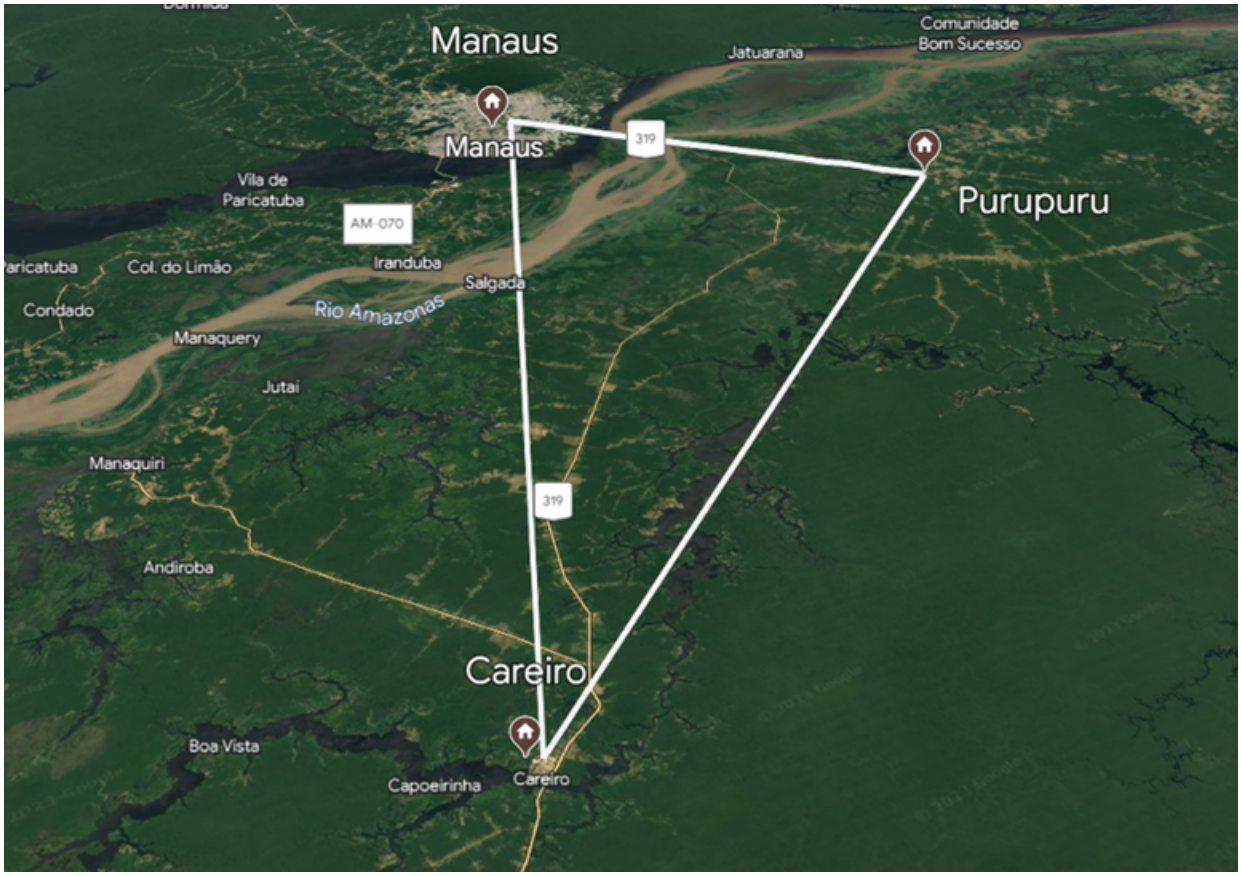
Purupuru vista da frente/porto





Deslocamentos (Fonte: Google Earth)





Praça do Careiro







Fonte: Internet

Localizando o Desastre (Fonte: Google Earth)
Trajeto KM 23,24 e 25 da BR-319
Ponte sobre o rio Autaz-Mirim BR-319
Ponte sobre Rio Curuça BR-319




Ponte Autaz Mirim


Ponte Curuça

Deslocamentos: meu retorno ao Purupuru em 2 de outubro de 2022, após o período letivo. Ponte rio Curuça - Fotos do cenário após a queda da ponte sobre o rio Curuça.








DEFESA CIVIL
AMAZONAS
A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL



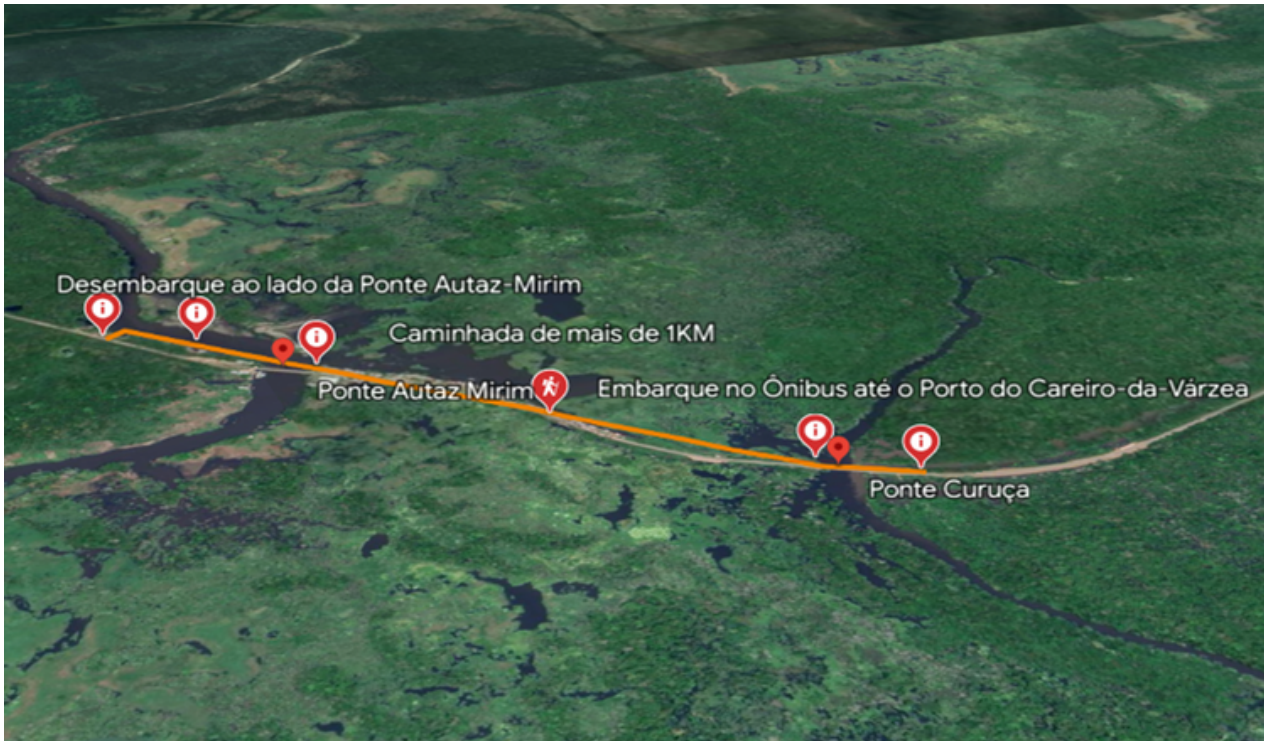




Deslocamento: Viagem da tia Julia em 12 de outubro de 2022 para consulta médica no CECON-AM. Queda da ponte do rio Curuçá 28 de setembro. Queda da ponte do io Autaz-Mirim 8 de outubro de 2022

Mais de 1 km de caminhada na BR319, após as quedas das pontes sobre os rios Autaz-Mirim e Curuçá, outubro de 2022















Legenda: Mais uma travessia. De blusa listrada em preto e branco tia Cristina, ao meio de blusa vermelha tia Julia, de blusa cinza no canto prima Pila, no canto esquerdo eu.



Legenda: Tia Cristina, (blusa listrada) Tia Julia (blusa vermelha) e prima Pila (blusa cinza)




YAMAHA
NAUTICA EVOLUCAO












8


Italac







CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentei meus esforços teóricos e conceituais, que caminhei por eles durante a escrita desta dissertação, em que o cotidiano se configura com o entrelaçamento das vivências em campo.

Talvez o caminho metodológico e as minhas escolhas teóricas não sejam lidas como um supertrabalho teórico antropológico. Talvez eu esteja me colocando em uma situação delicada ao escreviver as experiências de vida de mulheres negras e racializadas como eu, utilizando para reflexões uma base decolonial, uma epistemologia do sul da periferia do mundo. Meus meios de escrita são pensados a partir das relações com minhas semelhantes e de onde estou inserida, escrevo sobre a gente, afinal, eles[37] não falam da gente, e principalmente como o racismo nos nega a dor e a fragilidade, como nossos corpos são atravessados por negligências pautadas em mitos enraizados na sociedade por meio de suas escritas[38]. Minha decisão de escrita é política, e a construção é feita por meio de leituras em intelectuais negras e não negras decoloniais.

O saber ocidental, por muito tempo baseou-se na sua hegemonia como uma ciência da verdade, "ciência da superioridade euro cristã (branca, patriarcal, etnocêntrica)" (González, 1988, p. 71). Fazendo, assim, perpetuar noções que não condizem, afinal, a fala é um mito e, se é vinda de um local da branquitude, ela toma proporções maiores, a ponto de levar corpos negros e racializados ao sofrimento e à morte.

Por isso, minha escrita é por meio de um olhar de quem está dentro, assim como me afirmo entre outras intelectuais com reflexões decoloniais. Por isso a escolha pela escrevivência. Esse é o novo fazer antropológico que me coloco perante a academia. Eles se colocaram como autoridade de dizer quem é humano e não humano, nós escrevemos sobre as nossas dores, demostrando como a ciência deles é genocida e violenta para corpos não brancos.

É inegável que estou sendo afetada no campo e envolvida emocionalmente com ele, assumo esse risco. É mais inegável ainda que o campo e as escrevivências são sociais e mais: a emocionalidade é presente, a minha subjetividade está em todo o texto.

Junto às minhas semelhantes temos trocas. No diálogo, na interação social, a alteridade e identidade estão presentes assim como a teoria e a prática, a pesquisadora é parte do campo

---

[37] Refiro-me à ciência eurocêntrica, à forma de escrever sobre a gente pelo viés etnocêntrico.
[38] Refiro-me à ciência eurocêntrica, à forma de escrever sobre a gente pelo viés etnocêntrico.

pesquisado. Esse Outro (minhas semelhantes) não é distante; ambas estamos envolvidas no campo e no diálogo. A pesquisa é feita com elas e sobre elas.

As conversas de varanda, a escrevivência de minha irmã Gabi e as escrevivências de tia Julia e primas me fazem refletir sobre aspectos que me conduzem à busca para estudar mais a fundo as vivências de mulheres negras e racializadas com a assistência médica, de que maneiras seus corpos são submetidos ao Outro como coisa, a ponto de ser manuseados de qualquer forma, sem devidos cuidados. Conforme noto nas conversas de varanda quando Cassiane relata que seu parto foi realizado por um médico que estava com as mãos sujas de alimento, quando ele a deixou por um tempo para chamar a atenção de suas alunas, quando Gabriele teve sua perna deslocada, quando tia Julia foi chamada a atenção sobre seu peso, pois a medicação deve ser de acordo com o peso, quando na conversa de varanda me contam sobre os toques vaginais excessivos.

Ir em outras varandas e fazer o entrelaçamento dessas vivências poderiam me trazer mais escrevivências, porém me delimitei a essas mulheres, as quais me sinto contemplada para a escrevivência nesse momento, mas vejo mais possibilidades, como pensar os deslocamentos feitos por mulheres de diferentes interiores do Amazonas para o tratamento do câncer no colo de útero no CECON-AM, como elas experimentam a assistência médica no tratamento e como dão sentido e significado aos seus tratamentos.

O ir e vir por busca de assistência médica de alta e até média complexidade é um percurso comum entre algumas mulheres do Purupuru, mesmo as de Distritos próximos, seria uma espécie de peregrinação para ter acesso a algumas especialidades médicas, sendo que o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) não dá conta. É hora das mulheres negras das periferias do mundo, dos interiores, se deslocarem para cidades próximas, que tenham possibilidade de assisti-las.

Esse deslocamento é comum e é feito por famílias do Purupuru em casos de familiares adoecidos necessitarem de atendimento médico mais específico, com exames laboratoriais mais complexos. Geralmente, são as mulheres que fazem esse deslocamento com alguns de seus familiares, passam dias em hospitais e retornam ao interior ou ficam abrigados em casa de parentes na cidade.

Minha mãe se abrigou em um barco comigo, conforme retrato no início da pesquisa. Minha tia fica na casa de parentes quando precisa de mais de um dia para o tratamento no CECON/AM, assim como minha irmã se alojou na casa de parentes nas primeiras gestações.

Nesse momento, sentada na varanda da minha casa, no Purupuru, refletindo sobre toda essa caminhada e conversas, me vejo diante de considerar que um dos achados dessa pesquisa

foi de me perceber como pesquisadora, principalmente quando nas conversas de varanda e caminhadas minhas primas e tias mencionavam, às pessoas que passavam e perguntavam o que tínhamos para o dia, que estavam me ajudando numa pesquisa, e mais, quando elas falavam que estavam ocupadas me ajudando durante os diálogos, quando alguém interferia solicitando alguma coisa e desviavam suas atenções.

A escrevivência foi a teoria da cura. Ador, a raiva e o descontentamento com os eventos vivenciados por elas me colocam no mesmo plano quando escrevivo as vivências da minha irmã Gabi, ou seja, a dororidade é presente na nossa relação. Percebo ainda que a escrevivência me fez ver o quanto a relação de parentesco entre a gente se dá por meio das mulheres e do cuidado, mas, principalmente, da forma de afeto que temos entre os nossos.

Por fim, tudo está em constante movimento. E para as nossas conversas de varandas e caminhadas futuras, deixo aqui algumas inquietações anotadas no meu diário de campo, pois o tempo já não me favorece tanto e no semestre que vem dou início ao doutorado. Vejo a possibilidade de desenvolver outros estudos dentro da temática, mas principalmente de pensar a escrita de pesquisadoras negras, racializadas, indígenas e LGBTQIA+, essas pesquisadoras ditas das periferias do mundo, as que escrevem de dentro com suas escritas localizadas.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita dos mundos de mulheres:** histórias beduínas**.** Trad. De Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.

ADAMS, T.E., Ellis, C. and Jones, S.H. **Autoethnography.** In The International Encyclopedia of Communication Research Methods (eds J. Matthes, C.S. Davis and R.F. Potter), 2017. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118901731.iecrm0011. Acesso em: abril de 2023.

ANDERSON, Leon e GLASS-COFFIN, Bonnie. **Autoethnographic Modes of Inquiry** . In: JONES, S.; ADAMS, T. E.; ELLIS, C. (Orgs.). Handbook of autoethnography. Wallnut Creek, CA: Left Coast Press, 2013. Disponível em: https://archive.org/details/handbookofautoet0000holm/mode/2up?view=theater. Acesso em: abril de 2023.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, v. 08, n. 01, p. 229–236, 2000.

AMAZONAS, **Lei nº 4.848,** de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre a implementação de medidas contra a violência obstétrica nas redes públicas e particular de Saúde do Estado do Amazonas. Assembleia legislativa do Estado do Amazonas, 2019.

BASTIDE, Roger – **"Introdução"; "História da Antropologia Social Aplicada"** Em: Antropologia aplicada. São Paulo, Perspectiva, 1979. pp 1-23.

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer:** Anthropology That Breaks Your Heart. Boston: Beacon Press. 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/24946657/Ruth_Behar_The_Vulnerable_Observer_Anthropology_That_Breaks_Your_Heart. Acesso em: abril de 2023

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

BOCHNER, Arthur; Ellis, Carolyn. **Evocative Autoethnography**: writing lives and telling stories. England: Taylor & Francis/ Routledge, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ixsFDAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: maio de 2023

BRASIL. **Lei nº 9.263,** De 12 De Janeiro De 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.634,** De 27 De Dezembro De 2007. Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 27 de dezembro de 2007.

BRASIL**. Lei nº 11.108**, De 7 De Abril De 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 7 de abril de 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2017.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: o lugar da psicologia, os territórios de resistência.** Dissertação de Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.

CAMPO, A.M.M. **O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru**: etnografia sobre a assistência obstétrica no Município de Benjamin Constant / Amazonas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. 2014. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):32 https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015

CARNEIRO, Sueli**. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero".** In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____ **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de Doutorado em educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

_____**Bem Mais que ideias.** A interseccionalidade como teoria social crítica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2022

CRAPANZANO, Vicent – **Diálogo**. Em: Rev. Anuário Antropólogico 88. Brasília. DF, 1991. pp. 59-80.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.** Estudos Feministas. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: agosto de 2022.

DAMASIO, A. C. S. **Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre cair para a idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

DIFRUSCIA, K. T. **Listening to Voices. An Interview with Veena Das**. Altérités, 7/1, p. 136-145, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/78582996/Listening_to_Voices_An_Interview_with_Veena_Das. Acesso em: jun de 2023.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. **Autoethnography:** An Overview. Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research, [S. l.], v. 12, n. 1, 2010. DOI: 10.17169/fqs-12.1.1589. Disponível em: https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589. Acesso em: jan. 2023.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. **AUTOETNOGRAFÍA:** UN PANORAMA. Astrolabio, [S. l.], n. 14, p. 249–273, 2015. DOI: 10.55441/1668.7515.n14.11626. Disponível em: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/11626. Acesso em: jan. 2023.

EL PAIS. **Entrevista com Conceição Evaristo** | Cultura. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wnB4YsSj1nA. Acesso em: jun de 2021

EVARISTO, Conceição, **Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** PALMARES - Cultura afro-brasileira, Brasília.52/56, 2005.

_____ **“Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de Nascimento de minha escrita”** In: ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21

_____A Escrevivência e seus subtextos. In: Escrevivência : a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

_____**Poncã Vicêncio**.3ª ed. Rio de Janeiro: PALLAS,2021.

_____ **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FELISBERTO, Fernanda. **Escrevivência como rota de escrita acadêmica.** In: Escrevivência : a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa:** por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. 1ed., 13. reimpr., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHASARIAN, Christian. **Por los caminos de la etnografía reflexiva**. Em: De la etnografia a la antropología reflexiva. Nuevos campos, nuevas prácticas, nuevas apuestas. Christian Ghasarian(org). Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2008. pp.9-42

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discursão.** In: Educação antis-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

_____ **Educação, identidade negra e formação de professores**/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educaçao e Pesquisa, v.29, n.1, p.167-182.

GONZALEZ, Lélia. 1988. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82.

_____ **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

_____ **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONÇALEZ, I. P. B. *"**APRENDENDO E MUDANDO A VIDA DA GENTE**"***:*** A construção de lideranças femininas nas ocupações de moradia urbana Pascoal Alágio e Castanhal em Parintins/Am (2016-2020). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2022.

GUIMARÃES, F. N.; RODRIGUES, B. A. O **puru-puru da Amazônia (Pinta, Carate, Mal del Pinto etc)**. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, v. 46, n. 1, p. 135–197, mar. 1948. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mioc/a/4SWPWGtzkd8sVMyw59DRVFv/?lang=pt. Acesso em: setembro de 2022.

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: abril. 2023.

HAZIME, Desirée Oliveira karasek. SCHERWINSKI, Rubeneide da Rocha Ferreira. OLIVEIRA, Renato Leão. **A cirurgia damage control no paciente traumatizado**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 05, pp. 121-130 outubro de 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/cirurgia-damage#_ftn3. Acesso em: novembro de 2022

hooks, bell. 1981. **"Não sou eu uma mulher?". Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

_____ **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade.** Trad. Marcelo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____ **Tudo sobre o amor**: novas perpectivas; tradução Stephanie Borges. São Paulo. Ed. Elefante, 2020.

_____ **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

KAUR, Rupi. **O que o sol faz com as flores**. [*S. l.*]: Editorial Planeta, 2018.

KILOMBA, Grada. **"The Mask". In: Plantation Memories:** Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010. Disponível em: https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf. Acesso: mar de 2022.

LEAL MC, Gama SGN, Cunha C B. **Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001 Racial**, sociodemographic, and prenatal and childbirth care inequalities in Brazil, 1999-2001, Rev Saúde Pública, 2005; 39(1): 100-107. Disponível: < http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/13.pdf > Acesso em mar de 2021.

_____ et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2017, vol. 33.

LEAL, Vitor Nunes, **Coronelismo, Enxada e Voto**, 7ª edição. São Paulo, Editora Schwarcz S.A, 2012.

LIMA, Kelly Diogo de. **Raça e Violência Obstétrica no Brasil. 2016.** Monografia (Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.

LÓPEZ LC. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface Comun Saúde Educ 2012; 16:121-34.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** Estudos Feministas. Florianopolis. Set-Dez., 2014.

Mead, Margaret. **Macho e fémea; um estudo dos sexos num mundo em transformação.** Petrópolis, Vozes, 1971.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**.Tradução Anton P. Carr, Lígia Cardieri. São Paulo: Ubu, 2018.

MELO, Flávia. **Cadastrar, incluir e proteger**: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.8.2020.tde-19042021-132559. Acesso em: jan de 2023

_____ **Ensaio por uma política etnográfica do contágio.** HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 7, p. 11-27, 2020

MELO, Patrícia.**O fim do silêncio: presença negra na Amazônia.** Belém: Editora Açaí; CNPq, 2011.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo:** uma análise cultural da reprodução. Tradução de Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
MOREIRA SENA, Ligia. "Ameaçada e sem voz como num campo de concentração" a medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica. [tese]. florianópolis: Universidade federal de Santa Catarina, 2016, p. 26-46.

MBEMBE, A. (2017). **Necropolítica.** Arte & Ensaios, 2(32), 122 - 151.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, S. de S. **O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima.** Revista de Antropologia, [S. l.], v. 62, n. 2, p. 459 - 484, 2019. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2019.161080. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080. Acesso em: jun. 2023.

Organização Mundial da Saúde. **Primeiro relatório da OMS sobre doenças tropicais negligenciadas**: Avanços para superar o impacto global de doenças tropicais negligenciadas. 2012

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso:** tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas). Tese de Doutorado em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, 2008. v. 11, n. 2, pp. 263-274.

_____. **Gênero: a história de um conceito.** In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica:** atores, perspectivas e desafios. Plural, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.113972. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972. Acesso em: jun. 2023.

SANZ, Beatriz. **Racismo não dá descanso e impacta a saúde e o trabalho dos negros no Brasil.** EL PAÍS, São Paulo -20 NOV 2017. Disponivel em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/politica/1510954056_774052.html. Acesso em: agosto de 2022.

SERRA, C. G.; RODRIGUES, P. H. **O Financiamento da Saúde no Brasil**. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. M. (Org.).Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde. Rio de Janeiro: Epsjv, 2007.

SOUZA, Lívia Natalia. **Intelectuais escreviventes: enegrecendo os estudos literários. A Escrevivência e seus subtextos.** In: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico.** In.: STRATHERN, M. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____ **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

_____ Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

UEMG UNIDADE DAVINÓPOLIS. **Encontro com a autora Conceição Evaristo.** 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n0YupSAbJ-k&feature=youtu.be. Acesso em: jun de 2021.

VENEZUELA. **Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia,** Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela**.** Publicada en Gaceta Oficial n° 38668 de 23 abr. 2007. Disponível em:https://docplayer.es/14322523-133-p-30x21-cm-isbn-978-950-38-0126-0-1-salud-publica-2-trabajo-social-i-tessio-angeles-ed-lit-ii-titulo-cdd-614.html. Acesso em dezembro 2021.

VERGÈS, Françoise. **Le ventre des femmes.** Capitalisme, racialisation, féminisme. Paris: Albin Michel (Bibliothèque des Idées). 2017.

VERSIANI, D. G. C. B. A**utoetnografias: conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade:** Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. A invenção da cultura. São Paulo, Cosac Naify, 2010. Cap. 1.

WERNWCK, Jurema. 2010. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. Revista da ABPN. v1, n. 1, p. 08-17.

WOLFF, L. R.; WALDOW, V. R. **Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v.17, n. 3, jul., 2008. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000300014 Acesso em: maio. 2021.